

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA
ESCOLA DE MÚSICA**

IDALMO JONATAN CASTRO SANTOS

**A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NO REINADO DO ROSÁRIO DE
ITAPECERICA – MG**

BELO HORIZONTE – MG

2020

IDALMO JONATAN CASTRO SANTOS

**A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NO REINADO DO ROSÁRIO DE
ITAPECERICA – MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Música da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Mestre em Música, linha de pesquisa: Música e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Nonato Natale Cardoso.

BELO HORIZONTE – MG

2020

S237c

Santos, Idalmo Jonatan Castro.

A construção de sentidos no Reinado do Rosário de Itapecerica - MG [manuscrito] / Idalmo Jonatan Castro Santos. - 2020.

156 f., enc.; il.

Orientador: Ângelo Nonato Natale Cardoso.

Linha de pesquisa: Música e cultura.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Música.

Inclui bibliografia.

1. Música - Teses. 2. Etnomusicologia. 3. Negros - Canções e música. 4. Rosário, Nossa Senhora do, Festa de - Itapecerica (MG). 5. Congadas. I. Cardoso, Ângelo Nonato Natale. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Música. III. Título.

CDD: 780.91



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE MÚSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MÚSICA

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação defendida pelo aluno **Idalmo Jonatan Castro Santos**, em 17 de novembro de 2020, e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Ângelo Nonato Natale Cardoso
Universidade Federal de Minas Gerais
(orientador)

Prof. Dr. Vanildo Mousinho Marinho
Universidade Federal da Paraíba

Profa. Dra. Patrícia Valadão Almeida de Oliveira
Universidade Federal de Minas Gerais



Documento assinado eletronicamente por **Angelo Nonato Natale Cardoso, Professor do Magistério Superior**, em 23/11/2020, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanildo Mousinho Marinho, Usuário Externo**, em 24/11/2020, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Patricia Valadão Almeida de Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 04/12/2020, às 22:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0429362** e o código CRC **45253253**.

Levantei de manhã cedo...
Fui varrer meu barracão.
Encontrei Nossa Senhora...
Com um raminho na mão, ai, ai.
Eu pedi ele pra mim, ai...
Ela me disse que não.
Eu pedi ele pra mim, ai.
Ela me deu seu cordão, ai, ai.
O cordão deu sete volta.
Em volta do coração.
Numa ponta São Pedro.
Noutra ponta São João, ai, ai...
Oh meu tal de São Francisco.
Vem benzer esse cordão,
Quem rezar nesse cordão, ai.
Ganha o reino lá da glória!

Capitão Mor, Anielo D'Alessandro (2019)

Agradecimento

Em um de seus célebres sermões, Pe. Antônio Vieira anuncia categoricamente, “o melhor modo de pedir é agradecer”. Tenho comigo que este seja talvez o maior de seus ensinamentos, acredito no poder que a gratidão tem de trazer o bem para nossas vidas. Por isso dedico este espaço para expressar minha gratidão a todos aqueles, do mundo físico e do mundo espiritual, que permitiram e apoiaram este trabalho.

À minha esposa, Paula Aparecida Diniz Gomides Castro Santos, agradeço a paciência e a parceria. Como estudante de pós-graduação, ela bem sabe o valor que este momento tem e como pode ser difícil esta caminhada. Não mediu esforços para me incentivar e encorajar, apoiando-me quando mais precisei.

Aos meus pais, que sempre apoiaram minha vontade de estudar, mesmo quando escolhi o difícil caminho de estudar música em uma cidade distante da nossa. A família pode ser a base de grandes projetos. Desde a graduação, nunca negaram qualquer pedido de socorro, ainda que eles também estivessem em dificuldades.

Aos capitães, Anielo D’Alessandro e Geraldo D’Alessandro, dois irmãos que dedicaram suas vidas ao Reinado do Rosário de Itapeverica. Pela sabedoria comigo compartilhada e pela confiança em mim depositada. Sinto que nem se eu tivesse outras dez vidas no Reinado, saberia tanto quanto eles sabem e por isso é uma honra poder aprender com eles.

À Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia e Nossa Senhora das Mercês, por todas as graças concedidas em minha vida.

Ao guia do terno Marinheiro, pela proteção e por guiar nossos caminhos para a realização de um bom trabalho.

À professora Glaura Lucas, pelas indicações e apontamentos na qualificação e também pelos ensinamentos nas disciplinas da pós-graduação.

Ao orientador Ângelo Nonato Natale Cardoso. Pela coragem de entrar nessa aventura comigo e pela estratégica orientação. Mais que um orientador, o professor Ângelo foi um companheiro de caminhada.

Ao Programa de Pós Graduação em Música, em nome de todos os servidores e professores, pela receptividade e dedicação aos alunos.

À CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo financiamento desta pesquisa na forma de bolsa permanência de mestrado.

RESUMO

Atribuimos sentidos e significados em cada enunciado, a cada signo, pois somos seres dialógicos e isso também se aplica ao discurso sonoro. Investigamos e analisamos, neste trabalho, como se desenvolve o processo de construção dos sentidos atribuídos aos materiais sonoros e elementos contíguos presentes no Reinado do Rosário de Itapecerica, cidade do Estado de Minas Gerais (MG). Levantamos dados históricos, documentos e bibliografias que nos ajudam a compreender como a devoção à Nossa Senhora do Rosário nasceu no mundo católico europeu do século XV, exerceu importante papel na cristianização da África e chegou ao Brasil. Assim, analisamos como tem ocorrido o processo vivo e constante de reelaborações culturais do Reinado que, dialogicamente, vem mediando as relações das heranças africanas presentes nos cantos, nos ritmos e na religiosidade dos reinadeiros do terno Marinheiro e demais grupos participantes. Para chegarmos à confecção do presente trabalho, ainda fomos à campo na edição de 2019, quando a festa completou seus 199 anos de existência, além de efetuarmos entrevistas com os capitães e registros audiovisuais dos cortejos, encenações e rituais próprios da tradição.

Palavras chave: Construção de sentidos. Reinado do Rosário de Itapecerica. Dialogismo. Heranças africanas. Reelaborações culturais.

ABSTRACT

We assign senses and meanings in each enunciation, to each sign, because we are dialogical beings and this also applies to sound discourse. We investigate and analyze, in this work, how the process of construction of the senses attributed to the sound materials and contiguous elements present in the Reign of the Rosary of Itapecerica, a city in the state of Minas Gerais (MG) develops. We collected historical data, documents and bibliographies that help us to understand how the devotion to Our Lady of the Rosary was born in the European catholic world of the XV century, played an important role in the Christianization of Africa and arrived in Brazil. Thus, we analyze how the living and constant process of cultural reelaborations of the reign has occurred, which, dialogically, has been mediating the relations of the African heritages present in the songs, rhythms and religiosity of the reigns of the tender Mariner and other participant groups. To get to the preparation of this work, we also went to the field in the 2019 edition, when the party celebrated its 199th anniversary, besides interviewing the captains and recording audiovisuals of the parades, staging and rituals proper to tradition.

Key words: Construction of senses. Reinado do Rosário of Itapecerica. Dialogism. African heritage. Cultural re-elaborations.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: MAPA DO REINO DO CONGO DE 1641	22
FIGURA 2: REI DO CONGO AGRADECENDO AO REI DE PORTUGAL.....	24
FIGURA 3: PEDIDO DE DOM AFFONSO À PORTUGAL	24
FIGURA 4: CARTA DE DOM AFFONSO SOBRE NAVIO NEGREIRO.....	25
FIGURA 5: CARTA DE D. AFFONSO SOBRE SEUS PARENTES EM PORTUGAL	25
FIGURA 6: REI DO CONGO PEDINDO LICENÇA A PORTUGAL PARA COMPRAR UM NAVIO	26
FIGURA 7: ROSÁRIO DE LÁGRIMAS CATÓLICO	30
FIGURA 8: ROSÁRIO DE IFÁ.....	30
FIGURA 9: ORATÓRIO COM IMAGENS DE SANTOS DO REINADO	33
FIGURA 10: EXEMPLO DE NKISI CONGOLÊS.....	33
FIGURA 11: ATA DE ELEIÇÃO DA FREGUESIA DE SANTO ANTONIO DO RIBEIRÃO DE SANTA BÁRBARA	46
FIGURA 12: ATA DE ELEIÇÃO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO DA VILA DE CAETÉ	46
FIGURA 13: ATA DE ELEIÇÃO DA FREGUESIA DE SANTA QUITÉRIA.....	47
FIGURA 14: PÁGINA DA CONSTITUIÇÃO DO REINADO DO ROSÁRIO DE ITAPECERICA	51
FIGURA 15: CENA DA MISSA CONGA DO REINADO DO ROSÁRIO.....	52
FIGURA 16: PROPOSTA DE INDICAÇÃO A POSTO MILITAR	54
FIGURA 17: RÉPLICA DO PELOURINHO DE ITAPECERICA	60
FIGURA 18: MAPA DA POPULAÇÃO DA VILA DE SÃO BENTO DO TAMANDUÁ	61
FIGURA 19: MAPA DA FREGUESIA DE SÃO BENTO DO TAMANDUÁ E SUAS CAPELAS FILIAIS.....	66
FIGURA 20: FACHADA DA IGREJA DAS MERCÊS EM ITAPECERICA MG	69
FIGURA 21: RESTOS MORTAIS DO FUNDADOR DA ARQUICONFRARIA DE SÃO FRANCISCO	70
FIGURA 22: FACHADA DA IGREJA DE SÃO FRANCISCO EM ITAPECERICA MG.....	70
FIGURA 23: IGREJA DE SÃO FRANCISCO EM ITAPECERICA MG ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX. 71	
FIGURA 24: FACHADA DA IGREJA DE SÃO FRANCISCO VISTA POR OUTRA PERSPECTIVA	71
FIGURA 25: PROJETO DA REFORMA DA FACHADA DA CAPELA DO ROSÁRIO DE ITAPECERICA MG	75
FIGURA 26: VISTA DA IGREJA DO ROSÁRIO SUPOSTAMENTE NA MESMA ÉPOCA DA REFORMA... 75	
FIGURA 27: FACHADA DA IGREJA DO ROSÁRIO SUPOSTAMENTE APÓS REFORMA	76
FIGURA 28: FACHADA DA IGREJA DO ROSÁRIO ATUALMENTE.....	76
FIGURA 29: FACHADA DA IGREJA DO ROSÁRIO VISTA POR OUTRA PERSPECTIVA	77

FIGURA 30: MAPA - BELO HORIZONTE – ITAPECERICA	79
FIGURA 31: TERNO MARINHEIRO DE ITAPECERICA.....	84
FIGURA 32: CANTO - MARINHEIRO É HORA	98
FIGURA 33: POSTER AFIXADO DURANTE A FESTA DO ROSÁRIO.....	102
FIGURA 34: CADERNO - CÓPIA DOS MOUROS	104
FIGURA 35: PRIMEIRA PÁGINA DO CADERNO CÓPIA DOS MOUROS	105
FIGURA 36: PÁGINA DO CADERNO CÓPIA DOS MOUROS.....	106
FIGURA 37: PÁGINA DO CADERNO CÓPIA DOS MOUROS.....	107
FIGURA 38: CANTIGA DE RUA DO CADERNO CÓPIA DOS MOUROS	109
FIGURA 39: PÁGINA DO CADERNO CÓPIA DOS MOUROS.....	112
FIGURA 40: FALA DO REI DA TURQUIA NA ENCENAÇÃO DOS MOUROS	113
FIGURA 41: PÁGINA DO CADERNO CÓPIA DOS MOUROS.....	114
FIGURA 42: ENCENAÇÃO DA FORÇA EM FRENTE AO PALANQUE DA FESTA	119
FIGURA 43: TERNO DE MOÇAMBIQUE REALIZANDO DANÇA 2019.....	123
FIGURA 44: PRINCESA ISABEL DE 2019 LENDO A LEI ÁUREA	126
FIGURA 45: SAÍDA DA PRINCESA ISABEL DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS	127
FIGURA 46: PRINCESA ISABEL EM SUA CARRUAGEM SENDO ESCOLTADA PARA O PALANQUE DA FESTA.	128
FIGURA 47: PRINCESA ISABEL E SUAS DAMAS DE COMPANHIA	129
FIGURA 48: CAPITÃO DO MATO LEVANDO ESCRAVOS CONDENADOS PARA A FORÇA	129
FIGURA 49: ESCRAVOS ACORRENTADOS QUE FAZEM PARTE DA ENCENAÇÃO	130
FIGURA 50: TERNO MARINHEIRO FAZENDO A DANÇA DE ESPADAS AO LADO DA IGREJA DO ROSÁRIO.....	130
FIGURA 51: ATRIZES REPRESENTANDO AS ESCRAVIZADAS DOMÉSTICAS	132
FIGURA 52: ENCENAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO NO PILÃO E NO TEAR.....	133
FIGURA 53: ESTÁTUA DA SRA. GERALDA PIO ATRIZ QUE INTERPRETAVA UMA ESCRAVA.....	134
FIGURA 54: REZA DO TERNO MARINHEIRO	135
FIGURA 55: BANDEIRA DO TERNO MARINHEIRO.....	136
FIGURA 56: MASTRO COM O DESENHO DA COROA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO.....	137
FIGURA 57: MASTRO DO REINADO COM IMAGEM DE SANTA.....	138
FIGURA 58: MONUMENTO DA COROA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	139
FIGURA 59: PRAÇA DO ROSÁRIO, CRUZEIRO, ALTAR DOS SANTOS E COROA	140
FIGURA 60: TERNO MARINHEIRO USANDO OS PANDEIROS	144
FIGURA 61: RITMOS EM OSTINATO REALIZADOS PELOS PANDEIROS DO TERNO MARINHEIRO ...	144

FIGURA 62: TRANSCRIÇÃO DA MARCAÇÃO E DA VIRADA DOS PANDEIROS DO MARINHEIRO.....	145
FIGURA 63: PANDEIRO USADO PELO TERNO MARINHEIRO	146
FIGURA 64: TERNO MARINHEIRO USANDO AS ESPADAS.....	147
FIGURA 65: RITMOS DAS ESPADAS DO TERNO MARINHEIRO	147
FIGURA 66: TERNO MARINHEIRO COM ESPADAS E O SANFONEIRO.....	148
FIGURA 67: CAPITÃO GERALDINHO DE QUEPE BRANCO E TAMBORIM NA MÃO	149
FIGURA 68: CAPITÃO GERALDINHO COM SEU APITO.....	150
FIGURA 69: CAIXEIRO MARINHEIRO TOCANDO EM VISITA A FESTEIROS	151
FIGURA 70: RITMO E VIRADA DO MARINHEIRO	152

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - COMPARATIVO POPULAÇÃO: LIVRES X ESCRAVOS	62
GRÁFICO 2 - COMPARATIVO ENTRE: BRANCOS, PRETOS E MESTIÇOS.....	64
GRÁFICO 3 - COMPARATIVO ENTRE BRANCOS E A SOMA DE PRETOS E MESTIÇOS	64
GRÁFICO 4 - POPULAÇÃO DE ITAPECERICA ANOS 1814 E 2010	65
GRÁFICO 5 - (UNIDADE-PESSOAS) - CATÓLICOS, EVANGÉLICOS E ESPÍRITAS.....	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – APONTAMENTOS SOBRE A ORIGEM DO CONGADO E ELEMENTOS CIRCUNVIZINHOS	18
1.1 Origem do culto à Nossa Senhora do Rosário: São Domingos	19
1.2 Como a devoção à Nossa Senhora do Rosário chegou aos africanos: um jogo de interesses	21
1.3 A origem do congado africano: a contribuição da semelhança	30
1.4 O congado no Brasil: a busca da semelhança e a diferença inevitável	35
1.5 O mito fundador: conhecimento e justificativa subjacentes	40
1.6 Catolicismo popular: proximidades entre estado, Igreja e Reinado	44
CAPÍTULO 2 - ITAPECERICA	57
2.1 De Conquista do Campo Grande da Picada de Goiás à Itapecerica	57
2.2 Panorama da população no período da escravidão em Itapecerica	59
2.3 Vila de São Bento do Tamanduá: região cobiçada	66
2.4 As Ordens Católicas de Itapecerica	67
2.4.1 Arquiconfraria de São Francisco	69
2.4.2 A Irmandade do Rosário em Itapecerica: fatos históricos e curiosos	74
2.5 Uma cidade católica com seu passado africano no presente	78
2.6 As versões do mito fundador adaptadas a Itapecerica	81
2.7 A Festa do Rosário em Itapecerica: apontamentos gerais	83
2.7.1 O terno de marinheiros	85
2.7.2 Catopé	87
2.7.3 Vilão	88
2.7.4 Moçambique	88
2.7.5 Personagens	89
CAPÍTULO 3: A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NO REINADO DO ROSÁRIO DE ITAPECERICA	91
3.1 Signos: buscando um entendimento	91
3.1.1 Signos sonoro-verbais: A importância da fala	94
3.1.2 A diáspora: a busca da ancestralidade, as adaptações ao novo e a relação dialógica entre passado e presente	94

3.1.3	O diálogo entre passado e presente prossegue em signos sobrepostos: o sonoro-verbal e o cenográfico	104
3.1.4	O sofrimento passado ecoando no presente	115
3.1.5	Representações da liberdade: a Princesa Isabel	125
3.1.6	Outros Signos não-sonoros	134
3.1.7	Signos sonoros não-verbais: apontamentos musicais	142
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
	REFERENCIAS	154

INTRODUÇÃO

Nossa história com o Reinado do Rosário inicia-se ainda na infância do pesquisador. Em Itapecerica, no interior de Minas Gerais, ocorre uma festividade cujo Capitão¹ Antônio Patrocínio tinha uma importante participação e liderança. Era a festa do Reinado do Alto Alegre. Regularmente íamos à casa do antigo capitão para sermos benzidos ou para ouvirmos os seus ensinamentos. Nestas visitas ao “vô preto”, como nós o chamávamos, aprendíamos sobre esta manifestação e sobre seus santos.

Crescemos em contato com estas tradições e com a fé no rosário de Nossa Senhora, uma religiosidade que nossa família sempre incentivou e acreditou. Ainda muito jovem, fui diagnosticado com disritmia cerebral. Foi a crença familiar no Rosário que motivou meus pais a fazer a promessa de que se os santos do Reinado me livrassem daquele mal eu dançaria no terno² do Marinheiro³ do Reinado do Rosário de Itapecerica, por pelo menos 7 anos seguidos. Ocorrência comum neste meio, pois como observa Kelly Araújo Rabelo:

Deste modo, o apelo pela sua intercessão passou a ser adotado pelos fiéis que acreditam no intermédio de Nossa Senhora do Rosário, sendo fortemente vivenciado nos grupos de Congado atuais, nos quais, principalmente através de promessas, exercitam seus pedidos de graças. (RABELLO, 2018, p. 96)

As orações foram atendidas e mesmo após me livrar dos problemas de saúde e cumprir a promessa, continuei participando do terno Marinheiro. Na pré-adolescência conheci o ensino de música da Corporação Musical Santa Cecília, onde fui iniciado no bombardino e depois no trombone. Por causa das instruções formais em música comecei a observar que, no Reinado, também aprendíamos a sentir o ritmo, a manter o andamento e a tocar instrumentos musicais.

Acreditamos que a convivência com os músicos da cidade e o contato com uma tradição onde os gestos e sons musicais podem falar tanto quanto palavras me fizeram buscar a formação superior em música. Já na graduação em licenciatura em música na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), tivemos a oportunidade de fazer a disciplina Introdução à

¹ Título referente à sua posição hierárquica do Reinado.

² Nome genérico que costuma principiar as designações atribuídas aos grupos que participam das festas de Reinado.

³ Grupo de manifestantes que participam do Reinado. Ao longo da dissertação, trataremos mais informações sobre estes.

Etnomusicologia cujo trabalho final era um trabalho de campo em uma das manifestações culturais da cidade. Acolhendo nossa sugestão, o grupo do qual fazíamos parte escolheu o Reinado do Bairro São Geraldo em São João del-Rei para realizar a tarefa.

Sendo assim, desde a graduação, estivemos em posições distintas, à princípio como participante da manifestação e depois como seu pesquisador. Duas situações as quais hoje, acredito, não se opunham, mas, naturalmente, levaram-me a óticas distintas que, academicamente intitulam-se, respectivamente, em êmico e ético.

A distinção entre êmico e ético sofreu diversas transformações e adaptações por diferentes autores ao longo do tempo, difundindo-se principalmente do início dos anos 70 até o final dos anos 80 (HEADLAND; PIKE; HARRIS, 1988). Segundo Pike (1988) a popularização dos termos cunhados por ele levou a tantas distorções que muitos trabalhos nem mesmo referenciam as fontes primárias, as vezes até as atribuindo a outros autores. Assim, como observam os autores Thomas N. Headland, Kenneth L. Pike e Marvin Harris, várias pesquisas atribuíram sentidos específicos, equiparando os termos êmico e ético a outras divisões conceituais totalmente diferentes da original, “[...] como formal versus informal, como bom versus mau, como comportamento ideal versus comportamento real” (HEADLAND; PIKE; HARRIS, 1988, p. 21, tradução nossa⁴).

De fato, devido à nossa vivência, podemos atestar que os conceitos não representam antagonismos do tipo “bem versus mal” ou “certo versus errado” e sim visões a partir de perspectivas diversas, que podem ser complementares entre si. Destarte, podemos considerar que não faz sentido tentarmos estabelecer qualquer hierarquia entre as abordagens êmicas e éticas, tal atitude só tende a reforçar uma divisão desnecessária. A abordagem ética está preocupada com a interpretação de aspectos da cultura a partir das categorias prévias daqueles que a observam, ou seja, dos pesquisadores, os *outsiders*. Ao passo que a abordagem êmica tenta entender a cultura por meio de referências autóctones, estabelecidas pelos *insiders*.

Nesta pesquisa, analisamos evidências de que as referências estabelecidas pelos *insiders* do Reinado para construir os sentidos atribuídos aos sons, são dialógicas. Essas referências encontram suas raízes na história da cidade, do Estado, do país e da própria religiosidade. O sentido dos sons realizados em um tambor de Reinado pode ser o eco de uma série de fatos que ocorreram na Europa cristã, na África cristianizada e no Brasil escravagista.

4 No original: [...] As good versus bad, as ideal behavior versus actual behavior, as informal versus formal.

Como *insiders*, percebemos que os enunciados e seus significados se apresentavam através de uma prática, pois aprendemos com os mais antigos o que precisamos para cumprir nossas obrigações com a festa e isso nos basta. Porém, como *outsiders* somos levados a reflexões, as quais se apresentavam sobre outra roupagem, levando-nos a desenvolver formas diferentes de se explicar o universo do Reinado.

Pesquisando pela internet, podemos ler artigos, monografias, dissertações e teses de etnografias sobre o candomblé, a umbanda, o Reinado, inclusive o de Itapecerica. As leituras foram nos direcionando aos programas de pós-graduação que mantêm linhas de pesquisa que contemplam esta abordagem. Em algum momento, conhecemos o programa de Pós-graduação em Música da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG e sua linha de pesquisa em Música e Cultura.

Começamos a acreditar que era possível contribuir com o campo da etnomusicologia voltando nossos esforços ao estudo do fato musical⁵ no Reinado e a produção de sentidos nesse contexto (MOLINO, sd). No entanto, sabíamos que este trabalho precisaria de orientação e o programa de Pós-graduação em Música da UFMG nos pareceu oferecer o suporte necessário para uma pesquisa como a que tínhamos em mente. Por estes motivos nos inscrevemos no programa e realizamos seu processo seletivo para o mestrado em música, visando realizarmos a pesquisa idealizada.

As manifestações reinadeiras ou congadeiras têm sido estudadas por etnomusicólogos, historiadores, teólogos, ou seja, por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Nas buscas que realizamos encontramos trabalhos sobre Itapecerica que mencionam algo relativo ao Reinado do rosário, tais como a dissertação de mestrado “Produção Artística No Centro-Oeste Mineiro Nos Séculos XVIII e XIX – Estudo Sobre a Igreja de Santo Antônio da Arquiconfraria de São Francisco em Itapecerica” do Programa de Pós-graduação em história da UFSJ em 2014 e a tese de doutorado “A atualização da tradição: arquitetura e arte religiosa em Itapecerica, MG (1757-1927)” do Programa de Pós-graduação em História da UFMG em 2018, ambos realizados pelo pesquisador Gustavo Oliveira Fonseca. Além destes, encontramos um trabalho específico sobre o Reinado do Rosário de Itapecerica, qual seja, “O reinado de Itapecerica no século XX: distintos sentidos de tradição” do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP e por último, a tese “O Moçambique de

⁵ Utilizo aqui a expressão “fato musical” no sentido que lhe deu Jean Molino, onde o som vai além dos aspectos sonoros.

Tonho e Lena: um eixo na tradição afro-brasileira do Reinado de Nossa Senhora do Rosário” do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, UNB.

Os trabalhos encontrados sobre Itapecerica, que mencionam o Reinado, ou os trabalhos cujo tema era especificamente sobre o Reinado, não haviam sido realizados a partir da ótica da etnomusicologia, ou da musicologia, sendo em sua maior parte provenientes de programas de pós-graduação em história. Passamos a refletir que a música enquanto área do conhecimento, também poderia contribuir para o debate, somando com as outras áreas no esforço de estudar sobre o Reinado do Rosário de Itapecerica.

Visando construir essa colaboração da área de música, começamos as leituras indicadas pelo orientador. Ao conhecermos o livro *Introdução ao Pensamento de Bakhtin* de 2011, escrito por José Luiz Fiorin, passamos a procurar na teoria dialógica uma forma de entender a construção de sentidos dos fatos sonoros no Reinado do Rosário de Itapecerica. E foi lendo mais sobre o dialogismo que estabelecemos o primeiro objetivo da pesquisa, qual seja, realizar um levantamento histórico da devoção a Nossa Senhora do Rosário, a principal santa da festa de Reinado.

Ao escolhermos um marco histórico relevante na formação da religiosidade do Rosário, nos demos conta de que todos os aspectos sócio-histórico-culturais da cidade onde a festa ocorre estão, direta ou indiretamente, relacionados ao processo de construção de sentidos. É preciso compreendermos que a cultura não é uma entidade isolada uma vez que, “[...] as culturas não apenas significam por direito próprio, mas são construídas e adquirem significado em termos de sua relação com outras culturas” (COOK, 2012, p. 194, tradução nossa⁶). Assim, foi necessário conhecer melhor a história de Itapecerica, o que fizemos por meio de documentos preservados em acervos diversos. Essa dedução do objetivo de estudar melhor a história da cidade, se consolidou, principalmente após a leitura do livro *Dialogismo e Construção do Sentido* de 2005, organizado pela pesquisadora Beth Brait, uma autoridade nas obras de Bahktin no Brasil.

Por fim, as conexões que estabelecemos entre as fontes históricas, os autores do campo da música e de outras áreas do conhecimento, nos levou a compreender o processo de construção dos sentidos no Reinado pela ótica bakhtiniana. Neste ínterim, o sonoro e seus

⁶ No original: “cultures do not simply signify in their own right but are constructed and acquire meaning in terms of their relationship to other cultures.”

elementos contíguos assumem diferentes papéis, quer seja como signo, como enunciado ou como discurso.

Utilizamos em nossa metodologia, a observação participante, o trabalho de campo, entrevistas, gravações, fotografias, consulta a documentos públicos históricos, transcrições e a pesquisa bibliográfica. Nos aproximamos muito das práticas etnográficas, porém não houve preocupação com a distinçãoêmico/ético ao longo do trabalho. Nas transcrições das entrevistas, focamos em transmitir a mensagem dos entrevistados da forma mais fiel possível. Não foram feitas quaisquer interferências no modo de fala, nem mesmo qualquer correção gramatical. O mesmo ocorreu com os textos extraídos dos documentos históricos, sendo alguns deles de até dois séculos atrás, mantivemos sua forma de escrita que, em grande parte não corresponde ao português brasileiro usado atualmente.

Os objetivos deste trabalho foram:

- Realizar um levantamento histórico da devoção à Nossa Senhora do Rosário.
- Estudar a história de Itapecerica a partir da religiosidade.
- Analisar, por meio dos conceitos bakhtinianos, a construção de sentidos na festa do Reinado do Rosário de Itapecerica.

Visando alcançar estes objetivos, organizamos a pesquisa segundo uma estrutura de três capítulos conforme detalhamos a seguir:

Em nosso primeiro capítulo, abordamos a história da devoção a Nossa Senhora do Rosário. Escolhemos como ponto de partida o nascimento da Ordem Dominicana, que foi a responsável pela disseminação da devoção a Nossa Senhora do Rosário a nível global. Assim, descrevemos como esta religiosidade cresceu no mundo católico e chegou à África no século XV e posteriormente ao Brasil. Ainda no primeiro capítulo, demonstramos as origens do congado⁷. Partimos de sua construção na África cristianizada e sua chegada ao Brasil por meio da diáspora.

O primeiro capítulo cumpriu a função de estabelecer nossa base histórica para uma compreensão geral da devoção a Nossa Senhora do Rosário e sua relação com a escravidão. Além disso, nesse mesmo capítulo apresentamos um panorama geral da cultura reinadeira. A inserção do congado no Brasil e em Minas Gerais possibilitou a criação da bicentenária festa

⁷ Termo utilizado por pesquisadores para se referir às festas e manifestações culturais de herança africana cuja origem cultural se remete ao povo bantu do Reino do Congo e regiões próximas a este.

do Reinado do Rosário de Itapecerica. Uma vez que apresentamos o panorama histórico geral no qual está imbricado o congado, trouxemos informações do passado de Itapecerica.

No segundo capítulo, focamo-nos em apresentar a cidade onde a festa ocorre anualmente. Com a intenção de melhor contextualizar a tradição do Reinado local, procuramos documentos históricos de Itapecerica em diferentes acervos. Demonstramos provas da existência de escravizados em Itapecerica. Ademais, encontramos evidências documentais da longevidade da tradição e de como os fatos ocorridos no município entre os séculos XVIII e XIX ainda influenciam as manifestações culturais. Encerramos o segundo capítulo com uma descrição da festa do Reinado, com base nas observações e na participação do pesquisador junto ao terno de Marinheiro.

Por fim, no terceiro capítulo, abordamos a construção dos sentidos no Reinado do Rosário de Itapecerica. Apoiamo-nos nas teorias de Bakhtin para analisar o papel dos signos, objetos e enunciados nos discursos reinadeiros. Em suma, apresentamos o processo dialógico onde torna-se necessário um conhecimento dos sentidos para que se estabeleça um entendimento cultural sincrônico, mas, também detectamos o dialogismo diacrônico no Reinado de Itapecerica onde o passado encontra sua réplica no presente por meio dos sentidos atribuídos aos sons, gestos, objetos e palavras presentes nos rituais e eventos do Reinado.

CAPÍTULO 1 – APONTAMENTOS SOBRE A ORIGEM DO CONGADO E ELEMENTOS CIRCUNVIZINHOS

No presente capítulo apresentaremos um panorama histórico que remonta às origens do Congado – manifestação afro-brasileira difundida, principalmente, em Minas Gerais. Buscamos na bibliografia uma descrição de como começou a devoção católica em Nossa Senhora do Rosário, como esta chegou à África e posteriormente ao Brasil, sendo constantemente reelaborada e adaptada. Por fim, demonstraremos que estas reelaborações se traduzem em diversas manifestações atuais, incluindo-se nosso objeto de estudo.

Para ampliarmos nosso entendimento de como se desenvolveu o congado no Brasil, refletiremos sobre como, segundo alguns autores, os congoleses interpretaram a chegada dos portugueses à África e discutiremos aspectos que, acreditamos, possibilitaram, em grande medida, a existência de manifestações afro-brasileiras de devoção aos santos católicos. Uma vez que, tanto na bibliografia consultada quanto em nossa experiência em campo, em todas as

manifestações congadeiras que obtivemos contato verificamos o destaque em Nossa Senhora do Rosário, “[...] a mais importante de todos os santos, a mãe dos congadeiros.” (Capitão Geraldinho, 2019), faremos uma breve reflexão sobre a origem de seu culto, tanto de sua história católica, de sua adoção pelos africanos e pelos brasileiros, focando principalmente nas irmandades do rosário e nas narrativas deste culto imbricadas de novas práticas decorrentes de reelaborações.

Ao final desta seção trataremos do catolicismo popular difundido nas cidades mineiras, dentre as quais se encontra Itapecerica, cidade onde se realiza a Festa do Rosário na qual realizamos nosso trabalho de campo que conseqüentemente resultou no presente estudo.

1.1 Origem do culto à Nossa Senhora do Rosário: São Domingos

Nos chama atenção que em determinadas regiões de Minas Gerais, como a cidade de São João del-Rei, existem festividades congadeiras cujo santo principal homenageado é São Domingos e não Nossa Senhora do Rosário, como nos informou o Capitão-Mor⁸ Anielo D’Alessandro (2019) que conta com amizades entre os capitães da referida cidade. Apesar de tal fato diferenciado, podemos entender neste tributo, um elemento essencial para nosso estudo, a origem do rosário, pois ao consultar o site da Ordem Dominicana no Brasil⁹, temos acesso a descrições sobre sua criação e seu fundador, qual seja, o santo mencionado.

Domingos viveu entre os anos 1.170 e 1.221, período que compreende a primeira fase das Cruzadas (1.095 – 1.492) e antecede à reforma protestante (1.517 – 1.648) que, por sua vez, compreende parte do período em que ocorreu a colonização do Brasil e a exploração de escravos africanos pelos portugueses. Se buscarmos as características do pensamento dominante nesse período de vida do religioso, bem como os lugares por onde passou, podemos inferir que sua educação religiosa influenciou seus feitos e reconhecimento junto à Igreja. Logo, sua trajetória teria inspirado outros religiosos e se tornado alicerce da devoção à Nossa Senhora do Rosário.

Conforme nos conta a Ordem Dominicana do Brasil (BRASIL, 2020), enquanto religioso cristão, Domingos Gusmão se destacou como pregador entre os membros da

⁸ Nas manifestações congadeiras, como veremos ao longo do texto, encontramos determinados títulos atribuídos a seus participantes. “Capitão-Mor” é uma designação encontrada em vários congados (ver Glauro, 2005) e remete-se ao capitão que administra, organiza toda a festa, é detentor de grandes responsabilidades e liderança junto à comunidade sendo superior hierarquicamente aos demais capitães.

⁹ Ver site <<<https://www.dominicanos.org.br/site457/fundador.php>>>

comunidade dos Cônegos de Osma e foi bem sucedido em suas missões em territórios dominados por “não católicos” ou “hereges”¹⁰ na região sul da França, principalmente com os Cátaros, sendo reconhecido pelo Papa e autorizado a criar a sua própria Ordem em 1216, chamada de Ordem dos Pregadores. Em um dado momento de sua trajetória, segundo a tradição católica, Domingos teria recebido a visita da própria Virgem Maria que o revelou os ensinamentos sobre o rosário¹¹, encontrando-se aí, a origem deste.

Não encontramos na bibliografia consultada informações que nos traga precisamente quando se iniciaram as práticas de devoção à Nossa Senhora do Rosário por parte da Igreja Católica. No entanto, sua presença já se encontra em meados do século XV pois, segundo Ronaldo Vainfas e Juliana Beatriz de Souza (2000, p. 403), sua devoção se fortaleceu no período da Contrarreforma por influência de uma publicação de 1470, pela qual o dominicano Alano de Rupe divulgou o rosário como uma ferramenta para se obter graças e proteção da Virgem Maria. Destarte, esta obra teria influenciado outros livros e pregações, principalmente dos dominicanos, incentivando-os à prática da oração por meio deste instrumento denominando-o de rosário. Sendo assim, essa ampla adesão se deve à própria história de criação da Ordem dos Pregadores, primeira denominação da Ordem Dominicana, e aos ensinamentos disseminados pelo próprio Domingos de Gusmão.

Como dito, as contas do rosário tinham o formato de pequenas rosas, o que originou seu nome e é também chamado de rosário mariano pois, conforme a tradição católica, havia sido ensinado pela própria Virgem Maria. A prática de rezá-lo foi aprovada pelo Papa Alexandre VI em 1495, no entanto, apenas em 1573, enquanto ocorria a reforma protestante, o Papa Pio V instituiu a Festa de Nossa Senhora da Vitória para comemorar a derrota dos turcos na batalha de Lepanto. Enfim, o Papa Gregório XIII mudou o nome da festividade para Festa de Nossa Senhora do Rosário ao suceder a Pio V, por considerar aquela vitória uma graça concedida pela Virgem Maria em resposta aos rosários a ela oferecidos antes da referida batalha (VAINFAS; SOUZA, 2000, p. 408) e (SOUZA, 2014, p. 164).

¹⁰ Consideramos a expressão “Não católicos” uma forma de se referir a outros povos cristãos que não seguiam o catolicismo e não tinham no Papa uma figura de liderança direta, embora pudessem ser muito influenciados pela Igreja, como a Ortodoxa Oriental resultante da divisão do Império Romano; enquanto que hereges, nos referimos a crenças diversas que não têm como figura central o Cristo, como as politeístas e outras.

¹¹ O rosário consiste em um cordão de contas que na época eram em forma de minúsculas rosas, segundo Giffoni, (1989, p. 22) ainda se encontram na Itália, na Espanha e em Israel, exemplares de rosários com este formato e com perfume de rosas. No Brasil, encontramos em São João del-Rei, terços que são equivalentes a 1/3 do número de contas presentes no rosário, com perfume de rosas, mas com as contas em formato esférico.

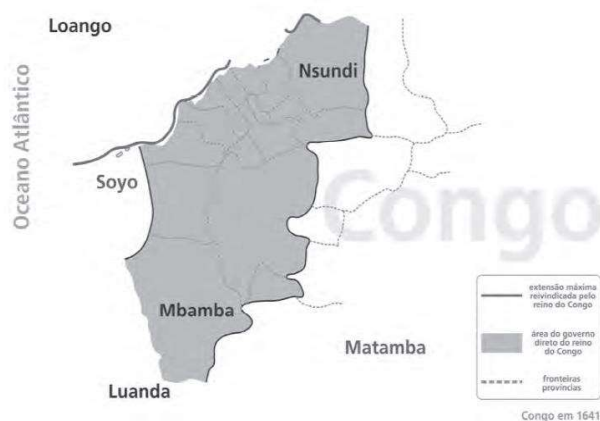
Assim, o rosário e a devoção a Nossa Senhora do Rosário, carregam em sua história uma tradição de pregação e conversão dos povos, dirigida pelo pensamento do período das Cruzadas, bem como a crença na obtenção de graças tais como a vitória militar mencionada. Pelo histórico de conversão dos dominicanos, pela adesão dos fiéis e os feitos atribuídos a São Domingos e Nossa Senhora do Rosário, a Igreja parece ter divulgado o rosário como um dos símbolos da Contrarreforma católica. Logo o trabalho missionário dos dominicanos chegaria também aos novos territórios explorados pelos portugueses e outros povos católicos pela expansão marítima, o que incluiu o continente africano, como veremos a seguir.

1.2 Como a devoção à Nossa Senhora do Rosário chegou aos africanos: um jogo de interesses

Há uma notória classificação genérica, no que diz respeito às unidades culturais africanas, em duas, sudanesa e banto (ver SOUZA, 2014 e Pereira, 2011). Em função dos propósitos deste trabalho, focaremos nas matrizes culturais do povo banto que, de acordo com Kely Araújo Rabello (2018), “[...] estavam vinculadas ao antigo reino do Congo, que se encontrava situado no centro oeste da África” (RABELLO, 2018, p. 19) e, segundo Marina de Mello Souza, “[...] era um reino relativamente forte e estruturado. Formado por grupos bantos, abrangia grande extensão da África Centro-Ocidental e compunha-se de diversas províncias”, (SOUZA, 2014, p. 44) onde Ndongo, após fundir-se com Matamba no século XVI passou a se chamar Angola, estando situada em algum ponto entre o reino de Matamba e o Congo, ficando próxima a Luanda.

Na figura a seguir, podemos observar a fronteira entre Luanda e Matamba, a qual também são apresentadas as províncias Nsudi e Mbamba.

Figura 1: Mapa do Reino do Congo de 1641



Fonte: Desenho de Taiam Ebert. In: Reis Negros no Brasil Escravista. 2014.

Conforme Marina de Mello e Souza (2014), os congoleses atribuíam um sentido mítico, sobrenatural e sagrado às águas, o que explica o uso do termo *traumático*, por parte da autora, para descrever a chegada dos portugueses à costa africana. Conforme Souza (2014), sobre a relação que esses africanos faziam do oceano com o mundo espiritual e conseqüentemente com a aparição dos portugueses no Congo

[...]era para os congoleses domínio do além, uma via de acesso para o outro mundo, espaço no qual estavam os mortos, que seriam brancos como os albinos. Dessa forma, esse autor concorda que a aparição dos portugueses no Congo foi um acontecimento traumático, e, por terem vindo do mar, eles pertenceriam ao domínio do sagrado. (SOUZA, 2014, p. 64-65).

Sendo os portugueses viajantes vindos pelo mar, possuidores de tecnologias avançadas e de cor clara, logo os congoleses os associaram aos “enviados do mundo dos mortos”, de acordo com André Luiz Mendes Pereira (2011, p. 43). Para Souza (2014), em muito o Reino do Congo se beneficiou com tal associação, uma vez que dessa relação vieram novas tecnologias, principalmente agrícolas e militares. Não aprofundaremos na complexa estrutura do governo congolês e na sua rápida expansão a partir da fase cristã, mas vale ressaltar que, com a adoção do catolicismo, os reis do Congo adquiriram mais poder e conseguiram subjugar províncias rebeldes e resistentes a aceitar a autoridade central do Reino do Congo, adquirindo mais escravos que, posteriormente, serviriam de mercadoria para o mundo novo. Em síntese, “[...] a conversão ao cristianismo conferiu uma força simbólica que fez com que até o século XIX o rei do Congo mantivesse grande parte do seu prestígio e da sua capacidade de aglutinação das províncias autônomas, [...]” (SOUZA, 2014, p. 321). Constata-se aí uma parceria onde

ambos os lados se beneficiavam, os africanos através do fornecimento de tecnologias e apoio militar advindo dos portugueses e estes pelas riquezas naturais e mão de obra escrava fornecida pelos africanos, os quais, mesmo antes dos portugueses chegarem, já faziam uso de escravos conquistados em suas guerras provinciais.

Confirmando tais afirmativas, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo¹² em Lisboa, Portugal, encontram-se preservadas as cartas trocadas entre o rei do Congo e o rei de Portugal no período da escravidão, cujos textos deixam claro que havia intensa troca de favores e negociações. Nessas comunicações diplomáticas os monarcas de ambos os reinos se tratavam como “irmãos em cristo” e além da troca de elogios e agradecimentos, temas como o fornecimento português de armas de fogo para conflitos na África bem como o fornecimento de escravos africanos para os portugueses se faziam presentes. Nestes registros fica claro que a prática da escravidão já era largamente usada em terras africanas muito antes da chegada dos portugueses, uma vez que estes encontram o Reino do Congo já com numerosos escravizados em seu domínio. Desta forma, podemos constatar a relação diplomática entre os reinos, a cordialidade e a parceria comercial, militar e religiosa.

No texto, em destaque na figura 2 (a seguir), podemos observar que o Rei do Congo agradece às armas fornecidas por Portugal, atribuindo a elas as suas recentes vitórias e se dirigindo ao Monarca Português como seu “*fiel irmão em Cristo e mui fiel amigo*” deixando transparecer uma relação cordial entre os reinos.

¹² Ver site <<<http://antt.dglab.gov.pt/>>>

Figura 2: Rei do Congo agradecendo ao Rei de Portugal

dos por insignias, como os Reis e Principes Christaos daquellas partes costumão trazer por sinaes de quem são, e donde procedem, e pera entre todos serem per ellas conhecidos. As quaes armas que assi nos enviou significão a Cruz que no ceo foi vista, e assi o Apostolo Sanctiago com todos os outros Sanctos com que por nos pelejou, e sob cuja ajuda de Deos nosso Senhor nos deu victoria, e assi tambem como pelo dito Senhor Rei nos foram enviadas pera as tomarmos *com a parte das suas que nas ditas armas meteu*, as quaes o todo poderoso Deos nosso Senhor deu pelo seu Anjo ao primeiro Rei de Portugal pellejando em batalha contra muitos Reis Mouros, inimigos de sua sancta Fè que aquelle dia venceo, e desbaratou. As quaes armas assi pelo dito Senhor Rei de Portugal a nós enviados com muita devação, e com muito acatamento recebemos de Deos nosso Senhor, e como merce mui em special por meo do dito Senhor Rei de Portugal que nolas envia, a quem muito as tivemos, e temos em merce, *e com obrigação de verdadeiro, e fiel irmão em Christo Jesu, e mui fiel amigo em todo o tempo lho reconhecemos, em todo o que de nos, e de nossos regnos e senhorios mandar, e como tal se cumprir no que se offerecer por elle, e por suas cousas morreremos* pela infinda obrigaçam em que lhe somos, não somente pelo bem temporal, mas pelo spiritual, e salvaçam de nossa alma, e de tanto povo e gente como per seu meo he salvo, e speramos que ainda mais seja,

Fonte: Museu da Torre do Tombo, gaveta 15, Lisboa – Portugal.

Em outro trecho de transcrição das cartas temos um pedido de 31 de maio de 1515, pelo qual Dom Affonso, nome adotado pelo Rei do Congo em função de seu batismo cristão, solicita o envio de pedreiros e carpinteiros portugueses para a realização da construção de uma escola na África (ver Figura 3), evidenciando relações em vários âmbitos entre estes dois reinos.

Figura 3: Pedido de Dom Affonso à Portugal

XIII

Carta de D. Affonso, rei do Congo, pedindo a el-rei de Portugal o ajudasse nas coisas da religião, que pela ambição e cobiça dos que a foram ensinar ainda estava como vidro etc., e lhe mandasse pedreiros e carpinteiros para uma escola que queria fazer — 31 de maio de 1515.

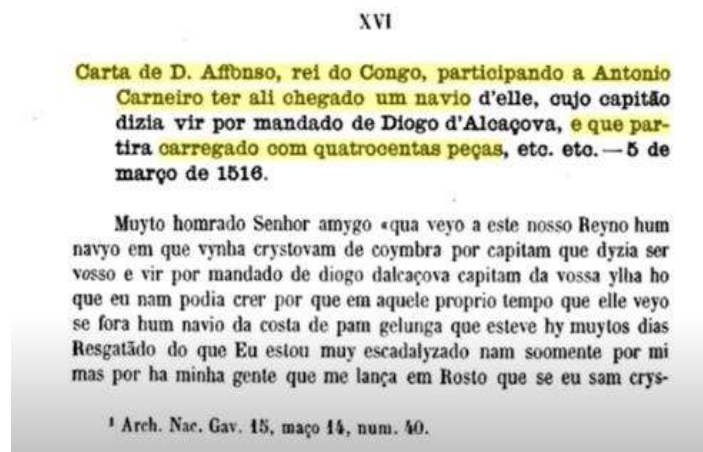
Muito alto e muy poderoso Senhor. — Nós elRey dom affonso per graça de deos Rey do Reyno de Congo e senhor dos ambudos etc. com aquelle acatamento e reverençya que de Rey a Rey devemos fazer emcommendamos a Vosa alteza Senhor muitas ssantas graças e louvores te dou ao muy altysimo deos padre e filho e spiritu santo que vos tagem a porta de vosa coraçom pera escprever taes carta de consolaçom com que nos rrecebam muyto prazer, e confortou muitos anos coraçom, porem senhor nom pode calçar a rreposta de taes cousas ainda que o todo meu saber e todo meu esforço e todo meu entendimento e nom soom digno de dōtrynar e emsynar a nosa santa fè catolyca senam com ajuda do mui Santysimo e mui poderoso noso Senhor Jeshu Christo Rey dos rreys e Senhor dos anjos, porque todallas cousas boas santas sam feyta de deos sem elle nenhuma cousa nos nom pode-

¹ Arch. Nac. Corp. Chron., part. I, mac. 16, doc. 28.

Fonte: Museu da Torre do Tombo, gaveta 15, Lisboa – Portugal.

A carta de 1516, apresentada na figura 4, informa a partida de um navio com “400 peças” o que significava 400 escravizados africanos, evidenciando a troca de “favores” entre os reinos, cada um fornecendo ao outro o seu “produto mercadológico”, cada reino lucrando ao seu modo.

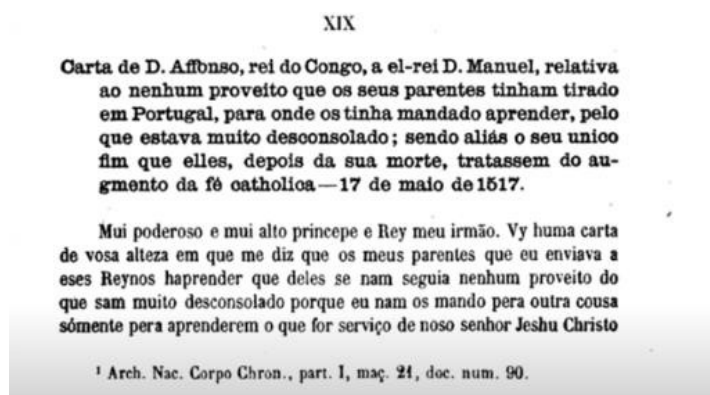
Figura 4: Carta de Dom Affonso sobre navio negreiro



Fonte: Museu da Torre do Tombo, gaveta 15, Lisboa – Portugal.

E são inúmeras as cartas que demonstram a relação entre os dignitários, por exemplo, no trecho da missiva, apresentado na figura 5, D. Affonso se queixa que seus parentes não teriam tirado nenhum proveito de sua estadia em Portugal. De acordo com o documento, a comitiva de parentes do Rei do Congo foi à Portugal com o objetivo de aprender e se preparar para dar segmento às obras da fé católica na África após sua morte.

Figura 5: Carta de D. Affonso sobre seus parentes em Portugal



Fonte: Museu da Torre do Tombo, gaveta 15, Lisboa – Portugal.

Na figura 6, ainda, temos acesso a uma carta com conteúdo interessante, pois, além de demonstrar um tratamento bem cordial para com o rei de Portugal, permite-nos vislumbrar a vontade do monarca africano de estender suas possibilidades escravocratas. Nela, o Rei do Congo se refere ao Rei de Portugal como “*mui alto príncipe e Rei meu irmão*”. O objetivo da missiva é o pedido de permissão para comprar um navio para o reino do Congo usar no tráfico de escravos. Sendo o reino de Portugal a maior potência naval atuando na costa Africana, D. Affonso pede permissão para usar parte do espaço de seus navios para colocar seus escravos. Podemos inferir que, neste período (maio de 1517), após anos negociando escravizados com Portugal, o Rei do Congo percebesse que poderia obter maiores ganhos transportando escravos sem depender totalmente dos navios portugueses, o que o deixaria mais próximo do poder que seus aliados europeus ostentavam.

Figura 6: Rei do Congo pedindo licença a Portugal para comprar um navio

XX

Carta de D. Affonso, rei do Congo, pedindo a el-rei de Portugal licença para comprar um navio; e que no caso negativo lhe concedesse que, em todos os navios que fossem ao seu reino, podesse metter certas peças sem pagar direitos – 26 de maio de 1517.

Mui poderoso e mui alto pryncepe e Rey meu irmão: depois de beyjar as Reaes maos de vossa alteza lhe faço saber que já per algumas vezes lhe tenho escryto quamanha necesydade tenho de hum navio disendo-lhe quamanha mercê me farya em mo leyxar comprar: nom sey a causa porque vossa alteza o nom quer consyntyr porque nom ho desejo pera outra cousa somente por me parecer que mais Inteyramente poderey com ele ser provido das cousas que cumprem pera o serviço de deos, o que terey em mercê a vossa alteza nam aver por mall compral-o dom Rodrigo meu sobrinho que leva Recado pera yso dando-lhe vossa alteza lycença pera yso. E Causo que nam, façame mercê de hum alvará que em todolos navios que ha meu Reyno vyerem posa meter certas peças sem delas pagar direitos porque quantas te quy tenho mandadas de todas vejo máo Recado e todas se vam em direitos, no que me vossa

¹ Arch. Nac. Corpo Chron., part. I, maç. 21, doc. num. 109.

Fonte: Museu da Torre do Tombo, gaveta 15, Lisboa – Portugal.

Assim, com o auxílio da correspondência apresentada, podemos considerar que havia uma relação diplomática entre os dois reinos com um intercâmbio diverso. Percebe-se que os congoleses ganharam auxílio militar, tecnológico, educacional e religioso com os portugueses. Estes, por sua vez, expandiram suas concepções religiosas, exploraram as riquezas naturais e a escravidão, anteriormente um comércio regional africano que se ampliou por meio da atuação

dos portugueses se tornando um tráfico internacional muito lucrativo para portugueses e africanos.

Ainda sobre este intercâmbio, sobre a tecnologia, Souza nos conta que mesmo em menor número, só o fato de ter ao seu lado soldados portugueses com armas de fogo, os congoleses venceram com facilidade as batalhas que travaram. Além disso, o reino congolês conseguiu otimizar seus estoques de comida por meio das novas técnicas e ferramentas agrícolas fornecidas pelos lusitanos (SOUZA, 2014, p. 97-114). Logo, podemos supor que outros povos africanos teriam vislumbrado, também, motivos religiosos nos sucessos militar e econômico dos congoleses. Por isso, entre outras razões, a conversão ao catolicismo pode ter passado a ser vista pelo povo banto como uma estratégia para se obter poder.

Se, por um lado, o povo banto tinha razões para se converter ao catolicismo, os portugueses também tinham um interesse nessa conversão quer seja pela filosofia cristã missionária ou pela maior facilidade em estabelecer e manter relações diplomáticas com uma África cristianizada. Assim, Souza (2014, p. 65), com base em levantamentos históricos, afirma que,

Os brancos portugueses, vindos do mar, aparelhados de coisas nunca vistas e cuja eficácia foi logo comprovada, ofereciam insistentemente sua orientação na iniciação desse culto, que parecia ser mais poderoso do que os até então conhecidos. O mani Soyo, como depois o mani Congo, teriam interpretado os rituais oferecidos como nova versão do culto que lhes era familiar, um sistema cósmico sobre o qual os portugueses, por séculos, nada souberam. (SOUZA, 2014, p. 65)

O mani Soyo era chefe do local onde os portugueses aportaram, uma província do Reino do Congo. Já o mani Congo era o líder do Reino do Congo e foi quem mais se beneficiou da relação com os portugueses pois, sabendo que Soyo era província do Congo, assim como outras nas redondezas, podemos concluir que os portugueses quiseram estreitar suas relações com o Reino mais forte e estruturado da região.

Além do desejo de africanos e portugueses, nos deparamos com a igreja católica que mesclava tanto interesses religiosos, buscando e impondo a “salvação” àqueles que não possuíam uma fé cristã, quanto financeiros. Como nos conta Cônego Raimundo Trindade, vindos de diferentes regiões da África, os escravos eram contados em unidades de “almas” (TRINDADE, 1945). Uma lógica herdada das cruzadas em que se considerava, como uma forma de salvação dos povos, a conversão do máximo de pessoas ao cristianismo, ficando assim os não cristãos e hereges condenados a perecer no “inferno”. A Igreja pregava uma ideia de que “salvar” a maior quantidade possível de almas era um objetivo nobre, chegando a prometer um

lugar especial no paraíso para aqueles que doassem suas fortunas ou o seu trabalho para atingir esses objetivos. Os pesquisadores Vainfas e Souza (2000) descrevem a lógica dos cristãos portugueses por ocasião das colonizações e expansão ultramarina que resultaram, por exemplo, nas intervenções na África e na escravidão no Brasil:

[...] O espírito de cruzada não estaria ausente, pelo contrário, do avanço luso no ultramar. [...]O sentido religioso da expansão ultramarina, empenhado, como na cruzada, em alargar o território dos fiéis ao Cristo, se transmutaria depois na ideia de missão, ora empenhada na salvação das almas. Almas d'além mar, mais do que territórios da cristandade, eis o que passou a preencher o sentido religioso da colonização. (VAINFAS; SOUZA, 2000, p. 25)

Afinada com estes ideais estava a Ordem dos Pregadores ou “Ordem Dominicana”, como ficou conhecida. Como descrevemos anteriormente, os dominicanos tinham na sua origem a vocação para a pregação e conversão dos povos, eram missionários com longa tradição a serviço da Igreja e disseminadores da oração do rosário. Além de outras irmandades e congregações católicas da época, a Ordem Dominicana se fez presente no continente africano por meio das expedições portuguesas, um dos principais reinos católicos financiadores das missões da Igreja, o que facilitou a introdução da devoção à Nossa Senhora do Rosário na África.

No que diz respeito à época em que a devoção a Nossa Senhora do Rosário foi introduzida no Congo (África) há uma certa divergência. Para Rabello (2018), por volta do século XVI.

[...] em meados do século XVI, foi introduzida a devoção a Nossa Senhora do Rosário no Congo e foram constituídas as Irmandades do Rosário. Estas mesmas associações foram formadas em Portugal e no Brasil após a diáspora africana, porém com características específicas (RABELLO, 2018, p. 32-33).

Diferentemente da autora, para Glaura Lucas (2014) tal inserção foi realizada pelos dominicanos no final do século XV. Neste período, para vários autores¹³ Portugal e a Igreja tinham um combinado de padroado pelo qual o Rei se comprometia a financiar todas as atividades e obras católicas em territórios portugueses e também a nomear clérigos para atuarem

¹³ Ver trindade, (1945); Vainfas e Souza, (2000); Jurkevics, (2004); Cezar, (2012); Fonseca, (2014); Souza, (2014); Mesquita, (2015) e Fonseca (2018)

nas novas terras descobertas. Com esse tipo de acordo o monarca tinha o objetivo de cair nas graças do Papa e obter, além da salvação da própria alma, muitos benefícios políticos, sobretudo nas relações internacionais com os povos cristãos. Além disso, o monarca português¹⁴ obtinha o poder e a exclusividade de nomear os Bispos católicos em seus novos territórios, evidenciando a existência de uma mescla de interesses nas incursões que impunham e negociavam princípios religiosos.

Entre tais negociações, relevante sobre os dominicanos era o ensinamento que faziam sobre o rosário em suas pregações, podendo considerá-lo um instrumento significativo de catequização. Além disso, este encontrou correspondências em crenças africanas, visto que o rosário provavelmente pareceu familiar aos congolese.

De fato, alguns costumes da religiosidade africana encontraram uma correspondência no cristianismo: o hábito de realizar as orações reunindo grandes grupos de pessoas no mesmo local, os pedidos de graças e benções aos representantes do sagrado que nas religiões africanas tinham como correspondentes os deuses e espíritos, as promessas e oferendas, as procissões com danças, a coordenação de um sacerdote e os *Òpelè-Ifá* ou “rosário de Ifá” facilmente identificados com os rosários dos sacerdotes católicos da Ordem Dominicana. O rosário de Ifá é um cordão com várias contas usado em rituais religiosos africanos, cuja aparência e uso em muito se assemelha ao rosário mariano (ver figuras 7 e 8) (SOUZA, 2014, p. 164). Logo, entre as várias devoções a santos católicos, podemos supor que a semelhança entre o rosário de Ifá e o rosário mariano contribuiu para facilitar a adesão dos congolese a fé em Nossa Senhora do Rosário.

Para fins de comparação das semelhanças físicas, apresentamos na figura a seguir o Rosário católico:

¹⁴Vale mencionar que Portugal tem uma longa e estreita ligação com a Igreja e suas Ordens. Por exemplo, os sobreviventes da Ordem dos Templários que, mesmo após perderem o apoio da Igreja, com a execução ou prisão dos seus membros e o confisco de todos os seus bens, ainda encontraram abrigo e proteção em Portugal, passando a servir a Ordem de Cristo que foi criada pelo próprio Rei português. É possível que a cruz com fundo branco presente na primeira bandeira de Portugal de 1143 até 1185, fosse uma herança do antigo símbolo dos templários, cuja Ordem foi criada em 1119, ou tenha a mesma origem católica que o brasão templário.

Figura 7: Rosário de lágrimas Católico



Fonte: Rosário pertencente ao autor

Na próxima figura, temos um exemplo do Rosário de Ifá, ou Rosário Africano:

Figura 8: Rosário de Ifá



Fonte: Divulgação Vento Artesanato Tradicional.

Essas similaridades podem ter facilitado a imposição/negociação de concepções religiosas e nos permite certas ilações sobre o universo do congado africano, sua devoção, aceitação, reconfiguração e origem.

1.3 A origem do congado africano: a contribuição da semelhança

Com a adesão ao catolicismo por parte do Reino do Congo e a atuação dos dominicanos, a devoção a Nossa Senhora do Rosário cresceu em solo africano. Entretanto, era de se esperar

que, assim como qualquer manifestação cultural transportada de seu “habitat”, fossem ocorrer mudanças. Para pensarmos em como essas práticas foram reelaboradas, ponderaremos a cultura do povo banto que habitava o Reino do Congo e adjacências, considerando que, apesar de uma certa unidade cultural, o povo congolês era constituído de diferentes províncias, algumas conquistadas por meios militares, o que acarretava em divergências de crenças religiosas além de características locais.

Nesse cenário, praticar abertamente diferentes formas de religiosidade poderia ser perigoso tanto pela presença vigilante de autoridades eclesiásticas católicas, visto ser o catolicismo a religião adotada pelo governo oficial do Reino do Congo. Logo, podemos supor que manifestação fora dos preceitos cristãos ou era praticada em segredo ou de forma velada, transvertida em rituais católicos. Assim sendo, em um cenário de opressão política, religiosa, militar e de escravidão, seria muito provável que houvessem resistentes, mas que, por medo, não manifestavam publicamente suas crenças e convicções, dando uma falsa impressão adoção integral ao catolicismo.

Considerando que as religiosidades africanas já existentes antes do catolicismo se baseavam na relação de obtenção de graças através do sagrado, no geral, a conversão ao cristianismo se baseava no convencimento do povo banto de que a nova religiosidade traria mais benefícios e bem-estar. Naquele contexto de conflitos armados nas fronteiras entre o governo central e as províncias, a devoção a mesma santa que concedeu a vitória aos cristãos na batalha de Lepanto faria muito sentido.

[...] todos os movimentos religiosos da África Centro-ocidental são variantes de uma única tradição. Essas sociedades são orientadas pelo “complexo ventura-desventura”. [...] segundo esse paradigma, a ordem natural das coisas seria boa e desejável, envolvendo valores positivos como a saúde, a fecundidade, a segurança e a harmonia. O criador, ser supremo, que deu vida a tudo, reinaria distante, mas benevolentemente sobre o universo e os homens. O espaço entre os vivos e os mortos estaria ocupado pelos ancestrais e por vários tipos de espíritos, portadores de boas intenções. Assim, se a vida fluísse no seu curso natural, tudo transcorreria dentro da ventura, mas isso raramente acontecia, uma vez que forças malélicas desviavam-na de seu caminho. Todo o mal seria provocado por essas forças a partir de atos conscientes ou inadvertidos de determinadas pessoas. Segundo Craemer, Vansina e Fox, esse paradigma estaria no fundo dos padrões comuns da religião dessa área, que tem uma estabilidade talvez milenar, com a ressalva de que suas expressões específicas são altamente flexíveis. À luz desse quadro interpretativo, fica evidente que o cristianismo foi recebido pelos congolezes como um novo movimento religioso, excepcionalmente poderoso. A sua incorporação se deu segundo o padrão bacongo¹⁵ tradicional, não

¹⁵ [...] a moderna antropologia denominou bacongo os grupos habitantes da região do antigo reino do Congo e adjacências, banto é o nome dado ao macrogrupo cultural habitante de vastas regiões da África Centro-ocidental. (SOUZA, 2014, p. 353)

faltando danças, iniciação, queima de velhos *minkisi*¹⁶, incorporação de novas rezas, ritos e símbolos, sonhos confirmadores e mesmo o encontro de um objeto carregado de energia sobrenatural — a pedra cruciforme — que, uma vez aceito, foi colocado num altar, como os *minkisi*, importantes elementos dos movimentos em implantação. Com a adoção da nova religião, os chefes buscavam não apenas o reforço do seu poder, como também um incremento na harmonia das comunidades que governavam.(SOUZA, 2014, p. 71-72)

De fato, este “convencimento” provavelmente só se fez possível em decorrência das similitudes presentes entre a cultura dominante e a dominada supracitada e outras que citaremos a seguir. Formas de culto além de festas foram também difundidas, além ou conjuntamente com as já ali existentes, o que parece ter sido a questão com a inserção das imagens católicas ocupando o lugar das *minkisi* dos bantos, como nos aponta Souza (2014): “a identificação de santos católicos com *minkisi* integrantes da religiosidade baconga existiu na África antes de se desenvolver na América portuguesa” (SOUZA, 2014, p. 232). Para Souza (2014, p. 232) desde o começo da conversão na África, as imagens dos santos católicos foram incorporadas com o objetivo de desempenharem as mesmas funções religiosas que os *minkisi*, visto que os congoleses já realizavam rituais de culto a imagens antes do contato com os portugueses, o que também favoreceu a adoção do catolicismo pois “uma nova religião geralmente se compõe da recombinação de rituais, símbolos, crenças e mitos já existentes, sendo apenas ocasionalmente incorporado material completamente novo” (SOUZA, 2014, p. 70).

Na figura 9, apresentada a seguir, podemos observar um oratório com os santos do Reinado:

¹⁶ [...] *minkisi*, objetos ritualmente confeccionados e portadores de poderes oriundos das substâncias que os compunham, utilizados para a satisfação de determinadas coisas, e proteção em situações específicas. (SOUZA, 2014, p.302)

Figura 9: Oratório com imagens de santos do Reinado



Fonte: Oratório pertencente ao pesquisador

Na figura 10, temos um exemplo de nkisi congolês, os correspondentes às imagens dos santos católicos, porém na religiosidade africana.

Figura 10: Exemplo de nkisi congolês



Fonte: Museu Etnológico de Berli

Mas as semelhanças não se atêm apenas aos objetos físicos, como as imagens citadas, também haviam correspondências conceituais, como a mencionada “obtenção de graças” e a lógica católica baseada na dicotomia do “Bem Vs Mal”, onde o primeiro é concedido por Deus e seus representantes (os santos e depois a Igreja) e o segundo pelo próprio “Diabo”. O ponto de correspondência com a cultura banto seria a noção de “Ventura Vs Desventura”. De acordo com (SOUZA, 2014, p. 71) para as comunidades banto, a ordem natural das coisas é que tudo ocorra bem, sob o governo de *Nzambi Mpungo* onde, com o auxílio dos *Minkisi* e dos ancestrais, o povo tem saúde, felicidade, boa comida, fertilidade, ou seja, a ventura predomina. Porém esta mesma lógica considera que a desventura vem em forma de malefícios, provocados por forças do mal a partir de atos, conscientes ou não, de determinadas pessoas.

Essas correspondências entre o catolicismo e a religiosidade africana associadas a interesses profanos, provavelmente, favoreceram tanto as transformações quanto a permanência, explícita ou tácita dos costumes bacongós. É de se supor que em sua ambição, tanto portugueses quanto africanos vislumbraram vantagens estratégicas em estabelecer boas relações possibilitando concessões e a conversão não tão rígida quanto provavelmente a Igreja gostaria, resultando na coexistência de várias práticas banto junto às católicas como as danças e o uso de tambores, entre outras.

Outros exemplos dessas semelhanças e reelaborações podem ser levantados tal como a existência de hierarquias que possibilitaram a adoção de termos europeus para se referir a pessoas de destaque, como reis, rainhas, príncipes e princesas entre outros possíveis. Histórias de vitórias militares tanto as do Reino do Congo já católico, quanto as anteriores, contadas pelos padres europeus sobre a época das cruzadas, atribuídas as graças concedidas pelos santos católicos, podem ter influenciado as dramatizações, os cortejos e as coreografias coletivas realizadas em celebrações e festejos sendo que tais dramatizações, além de recontar as histórias, reforçavam a crença popular no poder dos santos católicos e poderiam dar abertura a reconfigurações coreográficas, sonoras e dramáticas o que provavelmente ocorreu nos eventos católicos em solo africano.

O sonoro musical também se faz um elo de aproximação entre as duas culturas, uma vez que, tanto nas festas quanto nos rituais católicos e africanos é recorrente o uso dos cantos e assim que se deu início ao tráfico de escravizados do Reino do Congo para as colônias portuguesas essas manifestações atravessaram os mares e alcançaram o Novo

Mundo, sofrendo novas reelaborações e dando origem ao congado brasileiro como veremos a seguir.

1.4 O congado no Brasil: a busca da semelhança e a diferença inevitável

Uma das consequências do tráfico de escravos foi a dissolução das relações familiares pois não haviam garantias de que parentes fossem enviados para os mesmos lugares, além de que alguns poderiam permanecer escravizados na África ou até mesmo serem livres. Esta dissolução familiar ocasionava na busca por outras formas de união com o objetivo de obter alguns dos benefícios antes fornecidos pelas relações familiares, tais como a ajuda mútua e a manutenção de determinadas estruturas, mesmo estando sobre situações adversas. Por tais razões, a união entre os bantos pela proximidade étnica e cultural em torno das festividades e culto à Nossa Senhora do Rosário tornou-se possível. Como explica Lucas (2005):

Nas festas em honra a Nossa Senhora do Rosário os negros podiam incluir práticas sociais próprias, como a coroação de reis, músicas e danças. A eleição e coroação de reis era uma forma de associação de ajuda mútua, em que os negros estabeleciam novas identidades grupais, com suas próprias hierarquias, espelhadas em organizações sociais africanas. Com a dissolução das relações familiares pelo tráfico, outras formas de união foram buscadas, sendo a proximidade étnica e cultural um dos parâmetros de reconhecimento e recriação de afinidades (LUCAS, 2005, p. 181).

A própria dinâmica do tráfico de escravos forçava a procura de novas relações e o apoio em um líder que fosse do mesmo grupo ou que apresentasse similaridades étnicas, religiosas e culturais. Esta busca, favorecia a ajuda mútua e a organização interna entre os escravizados. Ao se verem em uma terra muito distante e em condição inferior em relação às classes dominantes, sem o vislumbre de possibilidades de retornar ao seu mundo natal, desejavam praticar sua religiosidade, protegerem-se, encontrar meios de obter a liberdade ou ao menos amenizar o próprio sofrimento. Assim, os eleitos pelos escravos, a reis ou rainhas negros, além da atuação nas festividades religiosas, podiam desempenhar papéis de mediação entre a comunidade e os senhores ou as autoridades eclesiásticas, além de liderarem, fugas, revoltas, a formação de quilombos etc. Ainda, segundo Lucas, esses

eleitos eram pessoas que sobressaíam nos grupos por seu perfil de liderança e/ou pelo poder espiritual, e atuavam na resolução de questões internas às comunidades, mediando também as relações entre os escravos e os senhores. Entretanto, apesar de serem vistos muitas vezes sob a ótica da representação apenas política, os reis incorporavam um poder espiritual que se via indissociado em muitas organizações sociais africanas. (LUCAS, 2005, p. 50-51)

Para Rabello (2018), a unidade cultural e espiritual do povo banto também pode ter influenciado as coroações de reis negros, sobretudo a dos reis congos e a realização de festividades do rosário pois

[...] a comunhão de distintos grupos familiares em volta do rei afluía a sensação de pertencimento a uma unidade, e a reconstrução desta tradição após a diáspora africana agiu de modo a amenizar a desunião decorrente do tráfico atlântico. Vale mencionar que as festas em que se coroavam os reis Congos aconteceram com maior expressividade nas localidades que receberam maior número de africanos originários da África-Centro-Occidental, de etnia banto, habitantes do antigo reino do Congo. Entretanto, a figura do Rei Congo ganhou destaque a tal ponto que, no Brasil Colonial, mesmo aqueles africanos que não tinham esta origem específica, incluindo assim os sudaneses, recebiam este título quando coroados. [...] Sendo assim, dado o destaque concedido aos Reis Congos, a eleição simbólica ocorrida no Brasil Colonial ganhava um sentido de ligação com a cultura de origem, [...] (RABELLO, 2018, p. 45)

Portanto, as coroações de reis negros, que ocorrem em diversas localidades brasileiras e principalmente em Minas Gerais, representam uma forma de manutenção de tradições herdadas da África ancestral.

Portanto, ao se compreender o processo de formação deste Catolicismo Africano ocorrido anteriormente à diáspora, torna-se mais nítida a discussão sobre as manifestações religiosas consolidadas no Brasil Colonial que, através de seus ritos, disseminaram traços desta religiosidade na cultura popular brasileira. Dentro desta abordagem estão as coroações dos reis negros e a realização do Congado, que se propagaram no interior das irmandades negras coloniais e, persistindo ao longo de gerações, deram continuidade aos aspectos do catolicismo africano ainda nos dias de hoje (RABELLO, 2018, p. 26-27)

Considerando que os líderes eleitos nas comunidades de escravizados e alforriados eram também os reis e rainhas congos das festas do rosário, a tradição da coroação adquiriu *status* de reconhecimento e homenagem à estas lideranças, prática esta, relativamente difundida pois, embora o costume da coroação dos Reis Negros fosse

muito difundido em Minas Gerais, também aconteceu em diversas regiões, inclusive em países da península ibérica (PEREIRA, 2011, p. 44).

A tradição da coroação ainda é mantida nos congados brasileiros, sobretudo em Minas Gerais, porém, como era de se esperar, com elaborações, de certa forma, já pertencentes à cultura africana, como a adoção de santos, já mencionada, e de datas festivas referentes aos mesmos. No entanto, também como dito, tais assimilações se dão com maior facilidade quando nos deparamos com similaridades entre as culturas em questão, tal como ocorre com os intitulados “santos pretos”. Assim, a pesquisadora Lilian Sagio Cezar, sobre a origem do congado brasileiro nos conta que

[...] remonta às irmandades católicas de escravos e libertos congregados ao redor dos “santos de pretos”, sendo os principais Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia, São Elesbão. Essas irmandades tinham por costume organizar festas em louvor aos seus santos católicos específicos, **realizando a coroação de uma corte, geralmente negra**, passando assim a integrar o calendário festivo local e obter autorização das autoridades temporais para a realização de suas festas em espaço público, pelas ruas das cidades por onde passavam seus “memoráveis cortejos”. (CEZAR, 2012, p. 188 negrito nosso)

Várias são as consequências do tráfico de escravos decorrente das relações diplomáticas entre o Reino de Portugal e o Reino do Congo. Indubitavelmente, a chegada dos escravizados ao Brasil Colônia deu início a uma série de mudanças, sobretudo devido ao choque de culturas. Vindos principalmente do Reino do Congo e regiões próximas como Ndongo, o povo banto trouxe suas interpretações do catolicismo para as terras mineiras transportando manifestações religiosas portadoras de elementos da sua cultura, fenômeno no qual o congado mineiro encontra-se e está entre estas manifestações, cujas festas comunicam uma memória da África ancestral, dos sofrimentos da escravidão e têm entre suas características o culto à Nossa Senhora do Rosário. Em síntese, a diáspora africana representou a imigração forçada de povos escravizados por poderosos africanos e portugueses, e nesse processo os escravos vivenciaram uma dinâmica que influenciou o contexto da época de forma que, ainda hoje, podemos perceber consequências dessas práticas.

Para Talita Viana Neves (2018, p. 66-67) a dinâmica do tráfico de escravos interveio até mesmo em características de determinadas festas que temos atualmente. A pesquisadora, em sua tese, cita o exemplo de algumas cidades como Serro, em Minas

Gerais, e Goiânia, em Goiás, onde a falta dos ternos de Moçambique¹⁷ nas festividades do rosário se justificaria pelo provável não envio de escravizados oriundos da região de Moçambique (na África), devido à decadência da mineração nestas áreas antes da construção de portos em Moçambique.

Ou seja, se por um lado podemos vislumbrar a busca da manutenção da tradição, não podemos ignorar que, em função de sua difusão no novo mundo, em localidades distintas, tais tradições, influenciadas por muitas variáveis, apresentam idiossincrasias a depender do local e época tornando cada manifestação única. Por exemplo, de acordo com (LUCAS, 2005, p. 25), que estudou manifestações afro em duas cidades mineiras relativamente próximas - Contagem e Esmeraldas, menciona a existência dessas diferenças, apesar de inventários dos bens dos proprietários das fazendas em Jatobá, na região metropolitana de Belo Horizonte comprovarem a presença de escravizados bantos pertencentes a mesma unidade cultural. Isto é, ciente das reelaborações que ocorrem nas manifestações culturais através do espaço/tempo não nos espanta a grande variedade de festas e manifestações espalhadas pelo Estado, que guardam as mesmas raízes religiosas e culturais, visto que, como observa Pereira, “a maior parte dos escravos africanos que vieram para Minas Gerais no século XIX era oriunda da região centro-ocidental da África” (PEREIRA, 2011, p. 41).

As localidades que mais receberam escravizados de origem banto, são também onde mais se desenvolveu a devoção a Nossa Senhora do Rosário e demais santos do congado, assim como podemos observar em Itapecerica, cidade mineira em que realizamos nosso trabalho de campo e que se insere no universo cultural do congado. Através de documentos da época, que apresentaremos no próximo capítulo, constatamos que o tráfico de escravos chegou à essa cidade, por isso também encontramos aí exemplos de manifestações culturais com heranças africanas, como a festa mencionada. Para ampliarmos a compreensão do contexto em que se desenvolveu essa prática devocional, nessa localidade, precisamos refletir sobre o papel das irmandades leigas católicas presentes no Brasil e atuantes em Itapecerica desde o século XVIII.

De forma geral, várias eram as razões para se associar a uma dessas irmandades católicas pois tal inserção propiciava a participação em celebrações eclesiais e festas; o acesso ao assistencialismo promovido por essas instituições, tal como a garantia de

¹⁷ Grupo que, assim como o terno de Marinheiros, faz parte nas festas de Reinados.

sepultamento, uma vez que, os cemitérios eram geralmente construídos nos terrenos das igrejas pertencentes às irmandades; além disso, essa integração facilitava ao africano maneiras, ainda que reelaboradas, de expressar sua cultura e sua religiosidade sob o manto do catolicismo, mantendo algumas práticas mais veladas e outras nem tanto, fazendo uma constante negociação com a religião predominante; de certa forma estar vinculado a uma Ordem, Irmandade ou Confraria católica, era fazer parte da sociedade. Sendo assim, tão logo chegaram ao Brasil, os bantos entenderam que era estratégico filiar-se a uma irmandade católica e assim o fizeram.

Já descrevemos diferentes vantagens de associar-se a uma Irmandade católica naquela época, bem como apresentamos prováveis razões do sucesso da Igreja na conversão dos povos congolezes ao catolicismo, evidenciando os benefícios que os congolezes conseguiram. Sendo assim, os escravizados vindos para o Brasil do Reino do Congo, de suas províncias e também de Ndongo (Angola), conheciam de perto o poder que os povos católicos, ou os convertidos, ostentavam. Sendo os escravizados, em sua maior parte, derrotados políticos ou militares, é pertinente supormos que também ambicionavam esses poderes para si. Nesse ínterim, associar-se a uma irmandade católica, entre outras possibilidades, era abrir as portas para obter certos benefícios e aliviar-se das mazelas da escravidão e até mesmo o vislumbre da obtenção da liberdade no futuro.

Assim sendo, não é de se estranhar que as Irmandades tenham conseguido agregar tantos escravizados, pois unia vários interesses, inclusive os anseios dos próprios escravos. Destarte, é provável que os escravizados tivessem uma memória da África cristianizada, a partir do Reino congolês e vizinhança, vindo, portanto, a facilitar a junção de elementos culturais. Junção, esta, que também ocorreu em Itapeverica, pelo contexto escravista e pela atuação das Irmandades católicas ali presentes. De acordo com Mauro Passo (2015, p. 73) “O catolicismo, as religiões indígenas e africanas com suas danças, cores e músicas se mesclaram. As religiões transplantadas no Brasil “tropicalizaram” verdades, credo e devoções, [...]”. Essa mistura se evidencia quando percebemos a participação do clero em rituais do congado ou os tambores africanos sendo tocados no interior da igreja católica, mas, como descreveremos nas próximas seções, elementos bantos e católicos estão imbricados até mesmo na maneira de pensar dos reinadeiros, indo além do físico. Assim, podemos ignorar que “os festejos têm, cada vez mais, se destacado pela manutenção das tradições afrodescendentes pela oralidade, consolidando-se como um lugar de memória que **reinventa** (o grifo é nosso) suas tradições” (MAIA; SOUZA,

2017, p. 227). Estes eventos têm como base os mitos e as crenças com características mescladas entre o catolicismo e religiosidades africanas e, portanto, podemos entender melhor tais relações ao analisarmos os mitos fundadores dessas festas.

1.5 O mito fundador: conhecimento e justificativa subjacentes

Rabello (2018) concorda com Souza (2014) que considera a coroação de rei congo no Brasil uma forma de rememorar um mito fundador de uma comunidade católica negra, invocando assim a África ancestral, cristianizada, representada pelo Reino do Congo. Para ampliarmos nossa ótica, vamos considerar as diferentes concepções de mitos fundadores dos congados mineiros, adaptações ou reelaborações de comunidades que tinham muito em comum na forma de pensar e de se expressar e que, porém, também tiveram suas particularidades que direta ou indiretamente influenciaram em sua maneira interpretativa, na sua forma de transmitir seus valores e ensinamentos.

Muito provavelmente, algumas das variações do mito fundador têm origem nas diferentes experiências ancestrais com os lugares mencionados na tradição oral. Ou seja, a depender da geografia da localidade dos narradores, a aparição de Nossa Senhora do Rosário descrita nos mitos fundadores pode ocorrer no mar, no rio ou em uma gruta. A união é a representação na memória ancestral de um tempo de sofrimento iluminado pela aparição da santa de devoção. Salientamos que o rio é um lugar que pode suscitar mais reflexões acerca das heranças africanas, uma vez que, como vimos, os congoleses do século XV, acreditavam que o mar era uma passagem para o “outro mundo”.

De fato, as águas parecem ter relevância nesta narrativa, visto que encontramos, na bibliografia consultada, exemplos de trabalhos acadêmicos que trazem o relato do mito fundador de diferentes localidades, porém com sua maioria descrevendo a aparição de Nossa Senhora do Rosário no mar (LUCAS, 2005, p. 65-67, 2014, p. 59; MAIA; SOUZA, 2017, p. 240; NEVES, 2018, p. 67; RAMOS, 2017, p. 299; SOUZA, 2014, p. 326; SOUZA, 2012, p. 40). A seguir apresentamos uma destas narrativas, do Capitão João Lopes, do Jatobá, escolhida por ser a descrição mais completa que encontramos e por concentrar elementos que se repetem nas demais versões do mito, tais como a aparição da santa nas águas, as tentativas frustradas de retirar a santa e por fim o protagonismo do terno de Moçambique ou candombe, com o qual a santa aceita sair.

Conforme eu aprendi a história do aparecimento de Nossa Senhora do Rosário, contada pelos antigo que aqui nessa Irmandade participava no Reinado de Nossa Senhora com a gente aqui (...). Eles dizia o seguinte: que Nossa Senhora apareceu no mar. Quando eles viram ela tava sentada numa pedra. A história começa assim, contada por eles: Tinha uma criança, um menino, que vivia na senzala com os nego, (...) tinha um menino que tava brincando, quando ele viu aquela mulher bonita sentada lá na pedra, e parecia que tinha uma luz na cabeça dela. Então o menino voltou e chegou e contou pro pai dele que tinha visto uma mulher bonita lá na pedra, lá no mar, que ela tinha uma luz na cabeça. O pai do menino falou com ele que ele não deveria falar mentira não (...), então o menino começou a teimar com ele que não era mentira, não era mentira, aí ele bateu no menino. Então no outro dia, o menino tornou a voltar lá na água, e tornou ver a mulher sentada na pedra. Tornou a contar, o pai dele tornou a bater nele. Foi ele falou com o pai assim:

– Em vez do senhor ficar batendo ni mim, que eu num tô dizendo pro senhor mentira, que o senhor disse que num pode falar mentira. Vão lá pro senhor vê.

Aí, o nego falou com a criança assim:

– Eu vou, mas se num tiver essa mulher lá, aí que o castigo vai ser pior.

Então ele foi, chegou lá, o nego viu a mulher bonita sentada na pedra. Mas ele também não sabia que era Nossa Senhora do Rosário. Ele voltou pra senzala, e nesse meio de tempo a notícia correu, então, eles já arrumaram uma caravana de gente branca, e foi lá e tirou Nossa Senhora, colocou ela dentro de uma igreja. Colocou assim hoje, quando foi amanhã, ela tava lá sentada na pedra, a mesma coisa, não ficou lá. E todo mundo tava indo visitar, aí os negos também pediu licença seus sinhô..., que eles num foram pedir licença pra eles tirar não, eles pediu licença pra eles ir cantar pra ela. Como eles num tinha instrumento na senzala que eles vivia, aí o senhor deu eles licença, e falou com eles que eles podia cantar. Então o senhor dos preto falou assim:

– Vocês vão dançar e cantar com o que? Cês num têm instrumento!

– O senhor dá licença de nós ir no mato, e pegar o pau pra fazer instrumento?

Ele disse:

– cês podem ir, desde que ocês num corta um pau verde.

Então os nego foram pro mato e achou aqueles pau caído no mato, ocado, então eles acabaram de completar e fizeram os três instrumento, os tambor: o Santana, Santaninha e Chama e a puíta¹⁸. Segundo a lenda dos nego, que nem couro eles colocaram, colocaram folha de inhame africano, que eles colocaram na boca daqueles instrumento. E foram pra lá pra cantar. Chegou lá, cantaram, quando eles abaixou a cabeça e começou a tocar o candombe, e cantando pra Nossa Senhora do Rosário, quando eles levantou, ela tava no meio deles. O senhor deles pegou, levou ela pa fazenda, fez um quarto separado e colocou ela lá, e proibiu os nego de ir lá pra ver a santa. Colocaram eles dentro da senzala outra vez. Quando foi no outro dia, que o senhor dos nego foi lá vê a santa, ela num tava lá mais. Aí, ele ficou brabo com os nego, falou que foi eles que roubaram a santa (...).

Eles disse:

– Como, senhor, que nós ia roubar a santa de vosmecê, porque nós tá até trancado aqui, e nós num tem chave. Como que nós..?

– Ah, a santa sumiu de lá, e foi ocês que roubaram, e ocês vai ter que dá conta dela, senão eu vou botar ocês na roda do chicote, e depois na roda da navalha, e consumo com vocês. O menino escutou a conversa, voltou e foi lá. Chegou

¹⁸ São nomes de instrumentos usados no candombe.

lá, a santa tá no mesmo lugar. Ele voltou cá e contou. Aí os nego já pediu o senhor preles ir lá outra vez cantar pra santa. E foram. Quando eles bateram os instrumento, tinha muito branco, muita gente tava lá. E os nego, pra cantar lá, antes eles fizeram um ranchinho de sapé, pra esconder do sol, depois que eles cantasse, que a distância era longe. Quando eles foi lá outra vez, que a santa tinha voltado, eles começou a cantar outra vez, com a cabeça baixa, Nossa Senhora apareceu no meio deles. Aí começou a revolta dos branco falando que os nego era feiticeiro, que aquilo foi feitiçaria que eles fizeram pra tirar a santa do mar. Então mandou bater nos nego. E começaram a bater nos nego, os nego tá cantando, e dançando e tocando, eles batia e num sentia dor nenhuma. Então o que eles cantava era:

Na carcunda de nego véio,
Cês num bate não sinhô
Que nego também é humano
E nós coitado também sente dor

Mas eles num tava sentindo dor. Batia num negro, um branco gritava lá, batia noutro (...), o outro recebia o couro. Então foi aquela maior confusão, foi o maior tumulto. Foi, o Senhor José de Aruanda deitou o tambor grande, que era o tambor que eles falam é o tambor Santana, deitou ele no chão, assim contado pelos nego véio, até que a contenda terminasse, e disse eles que Nossa Senhora do Rosário pegou e sentou no tambor Santana. Então, dali ele já pegou a santa, e num levou ela mais pra fazenda, colocou ela na casinha de sapé, e da casinha de sapé, ela viveu, aí os nego, como diz, por esse intermédio desse evento realizado, eles começaram a fazê a festa deles, interna, dentro da senzala, sem que o senhor percebesse o que eles tava fazendo, cantando pro ritual deles, cantando em outra língua, eles não entendia, e festejando Nossa Senhora do Rosário. Então, nessas altura, nessa casinha de sapé, eles fizeram uma outra igreja, e colocaram ela, e ali ela permaneceu. (...) E desses negos que foram cantar pra Nossa Senhora, eles era seis, e no meio desses seis tinha uma mulher, foi a que levou a folha de bananeira africana, um espécie duma bandeira, pra balançar pra Nossa Senhora, e uma folha de oliveira, no dia que ela veio no meio deles, balançando de cá a bandeira, e o ramo de oliveira. Aí ela veio indo, indo e apareceu no meio dos nego. Então, dizia os negos, os antigo, que nós vivemos fazendo o Reinado de Nossa Senhora por uma lenda. Reinado de Nossa Senhora não tem nada original que possa provar, que foi assim, onde que apareceu, que eu não sei onde que ela apareceu. E creio também que capitão nenhum sabe onde que ela apareceu, porque eu tô com quase setenta anos, até hoje eu não sei, porque uns diz que foi no Espírito Santo, outros diz que foi na Bahia, uns fala que ela apareceu na pedra do mar, outros fala que ela apareceu na rocha de pedra, outros fala que ela apareceu num toco. Então, aparecimento de Nossa Senhora do Rosário contado pelos reinadeiro, cada um naquela época contava de um jeito. Agora, eu num sei se era pra manter a coisa ocultamente um segredo, para que ninguém descobrisse o porque o nego ama mais Senhora do Rosário do que Jesus Cristo. Porque eu tenho um pensamento assim, e naquela época eu era criança, então eu falava um monte de coisa pra esses nego do Reinado, e fiz uma pergunta, o qual a gente quase não podia conversar, falei então que eu acho que os nego iniciaram a festa de Nossa Senhora do Rosário, implorando a ela para que eles se tornassem gente livre um dia aqui na terra de Santa Cruz. Então ele disse:

– É isso mesmo mi zi fio, sua cabeça tá muito boa, que eu também tenho na minha cabeça é isso. O nego começou a implorar Nossa Senhora do Rosário pelo sofrimento dele, porque o negro não podia ir dentro da igreja, ele nunca conheceu a fisionomia de Jesus Cristo. Agora de Maria ele conheceu. Então, por isso que toda pessoa preta e pobre são os mais devotos de Nossa Senhora do Rosário. Porque a gente dentro do Reinado faz coisa impossível dentro do Reinado, e eu creio que não é a gente que faz, porque, conforme muita gente fala comigo, quem sou eu pra fazer o que as pessoas diz que eu faço? Eu não

me julgo capacitado pra isso. Então, saiu esses sete componente, acompanhando no candombe, os tambore pra cantar pra Nossa Senhora do Rosário. Cada um tem um nome, agora só o nome que eu num falo. Cada um nego desse tem um nome, e a mulher do nego tem um nome, agora só isso que eu aprendi, que eles me pediram segredo, que só se fosse na última hora da minha morte que eu passasse o nome dessas pessoa pra outro congadeiro, reinadeiro. O nome dessas pessoa pra mim significava muito porque, em momentos que eu me sentisse oprimido, que eu tivesse sem recurso, era só falar o nome dessas pessoa, que talvez na minha cabeça envinha o dom do Espírito Santo, e eu sabia a reposta de tudo, conforme sei. Então, quando eu disse que o Reinado de Nossa Senhora, que primeiro foi no céu, o segundo, a origem dele foi dentro da senzala, feito pelos preto e pelas preta. Então eles fazia a festa de Senhora do Rosário, fazia os evento deles, só o candombe. Não tinha Congo, não tinha a guarda de Congo, não tinha a guarda de Moçambique, não tinha grupo de Catopê, eles fazia com o Candombe. Depois que surgiu as irmandade, as primeira irmandade, eles resolveram fazer a festa nas imídia das irmandade. Como o instrumento do candombe é difícil de carregar, que os originais daquela época, eles tinha o lugar fixo deles ficar, ninguém agüentava carregar, que o peso era demais. E desse pessoal que foi na beira do mar pra tocar esses candombe, tinha de diversas origens da África, tinha do Congo, tinha de Moçambique, tinha da Costa, tinha Jêje, tinha Nagô, tinha o Benguela, tinha o Queto. Então, de todas essas origens, o único povo que adaptou fazer o grupo bater quase idêntico o candombe foi o povo do Moçambique. Então juntou todas as sete gerações pra poder fazer essa festa, e ficou assim determinado: que o Moçambique representava o Candombe, e era dono da coroa. Depois que fizeram guarda de Congo, pra suas manifestações também, seus hinos de louvor, cantando suas marchas grave, seus dobrado. Depois veio o Marinheiro pra festejar Nossa Senhora, que eles teve um grande arrependimento pelos martírios que eles também ajudaram a fazer com os nego no transporte deles da África pro Brasil, e eles viajando no porão de um navio negreiro Ah.. como diz..., o sofrimento que eles teve quando os nego começou a festejar Senhora do Rosário em lugar livre, eles ficaram com inveja, então eles formaram a sua guarda e cantou:

Nós somos marinheiro
 Ninguém sabe daonde nós envém,
 Mas no dia dessa festa bonita,
 Nós queremos ser preto também
 Viu? Aí respondeu um preto do Moçambique:
 Ai, se ocês branco soubesse
 O valor que os preto têm
 Vocês tomava sol e sereno
 Procês ficá preto também.

Isso é coisa que eu aprendi nos tempo de criança. Então, ficou assim. E depois disso, que nos Reinado teve Congo e Moçambique. Agora quando podia bater o Candombe, o dono de tudo era o Candombe, e até hoje é o Candombe. Porque tem muita gente que tá perdendo o respeito pelos instrumento do Candombe, tá se abrindo, tá se abrindo as suas coisas oculta que nós temos, que nós respeitamo que é sagrado, deixando sair os seus patrimônio pra fora, pra ir pra rua fazer apresentação, cantar. O dessa irmandade, aqui do Jatobá, não sai esse terreiro pra fora, o muito que ele vai é ali na porta da igreja, não sai daqui não. Então, assim foi a história de Senhora do Rosário, que eu conheço, pelo Reinado de Nossa Senhora, viu? Capitão João Lopes, do Jatobá. (LUCAS, 2005, p. 56-67)

O mito fundador nos traz muitas informações subjacentes que achamos relevante destacar, tais como a presença das águas, relação significativa já mencionada na África ancestral, o protagonismo dos escravizados na aparição de Nossa Senhora do Rosário e de toda a condução do mito, buscando valorizar a raça negra em tempos de muito sofrimento, a presença da raça branca opressora e da negra, vítima da primeira, narrativa ainda adotada como uma dicotomia real nos dias atuais. Também se destaca o importante papel dos moçambiqueiros nesta fala, o que justifica seu importante status na grande maioria das festas até hoje, além da menção aos candombes e seu papel primevo na história apresentada. Ou seja, encontramos na narrativa deste mito explicação para certas conduções dos rituais dentro dos Reinados.

Na próxima seção, antes de focarmos na festa do rosário de Itapecerica que será detalhada no capítulo 2, trataremos das festas atuais dando um panorama geral na relação dessa memória ancestral africana que se reflete no catolicismo popular das cidades mineiras.

1.6 Catolicismo popular: proximidades entre Estado, Igreja e Reinado

Atualmente, várias são as cidades mineiras que realizam festividades em homenagem à Nossa Senhora do Rosário e outros santos católicos com a participação dos ternos de Reinado. Por exemplo, enquanto dançador do terno Marinheiro de Itapecerica, estive em festas do rosário em Belo Horizonte, Cláudio, Carmo da Mata, Camacho, Candeias, Campo Belo, Divinópolis, Oliveira, Pedra do Indaiá e São Sebastião do Oeste. Além disso, participei enquanto estudante, de festividades em Contagem (Arturos), Congonhas, São João del-Rei e Tiradentes.

Outras cidades mineiras têm sido pesquisadas por suas festas relacionadas ao rosário, como Rio das Mortes (distrito de São João del-Rei) (PEREIRA, 2011); São Sebastião do Paraíso (CEZAR, 2012); Betim (BRETTAS, 2014); Itaguara (PASSOS, 2015); Diamantina e Serro (MAIA; SOUZA, 2017); Bocaiúva (RAMOS, 2017) e Bela Vista de Minas (RABELLO, 2018). Considerando a possibilidade da existência de outras festividades em localidades e cidades ainda não estudadas pelos acadêmicos ou ainda não tão conhecidas, podemos afirmar que esta manifestação é consideravelmente expressiva,

tornando-se em um campo ainda muito profícuo para futuras pesquisas sobre esse tema e fins.

De fato, para obtermos uma ótica mais holística das manifestações ligadas às festas mencionadas, iremos um pouco além e abordaremos uma característica comum que diz respeito não apenas a manifestação em questão, mas também às cidades do interior de Minas: a religiosidade, com suas ricas, longevas e variadas configurações. Inúmeros são os exemplos que corroboram tal asserção, tais como: a Semana Santa em São João del-Rei, que ocorre na segunda quinzena de abril, com cânticos em latim e sua tradição, de acordo com Isabela Souza (2018), de mais de 300 anos; o Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matozinhos, na cidade de Congonhas, entre o primeiro e o segundo sábado do mês de setembro, com missas campais diárias e rodas de violeiros, atraindo em média 200 mil romeiros, evento que já acontece há 239 anos (PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS, 2019; PORTAL MINAS GERAIS, 2019); a Vesperata em Diamantina, realizada em datas distintas entre os meses de abril e outubro, com vários músicos dispostos em diferentes sacadas dos casarões, prática que remonta ao século XVIII (PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA, 2019); o Setenário das Dores em Ouro Preto que, segundo Maria da Consolação Anunciação e Elisabeth Maria de Souza Camilo (Portal Ouro Preto, 2016), iniciou-se no século XVIII a partir da Ordem de Nossa Senhora das Dores e da construção da Capela de Nossa Senhora das Dores do Calvário em Vila Rica (atual Ouro Preto) em 1775, evento que conta com encenações, missas e procissões rememorando as dores vividas pela Virgem Maria e ocorre nas sextas-feiras de carnaval (JORNAL VOZ ATIVA, 2019).

Propositadamente, escolhemos exemplos advindos da tradição cristã pois, além desta religião ser essencial para o entendimento do tema aqui abordado, de fato, a religiosidade católica detém uma significativa presença em toda Minas Gerais e, em grande medida, as razões para isto residem em sua história onde podemos constatar a forte influência da Igreja católica com sua autoridade se mesclando com o poder público. Tomemos como exemplo as Freguesias que hoje corresponderiam às paróquias, estruturas administrativas com cargos públicos eleitos pela população e autoridades eclesiásticas, modelo herdado do Reino de Portugal, (TRINDADE, 1945). Ou seja, nos primórdios do povoamento e da exploração do ouro na Província, essas atuavam como instâncias de gerência pública nas Vilas e Arraiais, fato comprovado através de documentos

encontrados no Arquivo Público Mineiro, tais como: correspondências, ofícios, relatórios, mapas, nomeações de cargos públicos e documentos afins (ver figura 11).

Figura 11: Ata de eleição da Freguesia de Santo Antonio do Ribeirão de Santa Bárbara

ARQUIVO PUBLICO MINEIRO			
ORIGEM-: C.M.C.	NUMERO 11	REGISTRO Nº 2709	Nº PATRIMONIAL 2709
ESPECIE-: Códice			
DESCRIÇÃO: Eleição Paroquial da Freguesia de Santo Antonio do TITULO - Rebeirão de Santa Bárbara			
Mod. 1			
PERIODO: 1822	FNR 20	FU 04	
ADQUIRIDO DE -			
PROCEDENCIA -			
DOCUMENTAÇÃO - Coleção			
VALOR	DE COMPRA	DE AVALIAÇÃO	
C/ RAZÃO -			
ORGÃO - A.P.M.			
SETOR - Documentos			
RESPONSAVEL -			

Fonte: Arquivo Público Mineiro - Doc. CMC-11

Outro exemplo pode ser visto na figura 12 a seguir que se trata de eleições para a Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso da Vila de Caeté:

Figura 12: Ata de eleição da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso da Vila de Caeté

ARQUIVO PUBLICO MINEIRO			
ORIGEM-: C.M.C.	NUMERO 12	REGISTRO Nº 2710	Nº PATRIMONIAL 2710
ESPECIE-: Códice			
DESCRIÇÃO: Livro de Atas da Junta Eleitoral da Freguesia de Nossa TITULO - Senhora do Bom Sucesso da Vila de Caeté.			
Mod. 1			
PERIODO: 1824	FNR	FU	
ADQUIRIDO DE -			
PROCEDENCIA -			
DOCUMENTAÇÃO - Coleção			

Fonte: Arquivo Público Mineiro - Doc. CMC-12

O mesmo ocorreu na Freguesia de Santa Quitéria, atual Município de Sabará em Minas Gerais, como podemos constatar na figura 13.

Figura 13: Ata de eleição da Freguesia de Santa Quitéria

CÂMARA MUNICIPAL DE SABARÁ - CMS	
NOTAÇÃO:	CMS-059
DATA-LIMITE:	1846-1855
DESCRIÇÃO:	REGISTRO DE ATAS E MAIS TRABALHOS DA JUNTA DE QUALIFICAÇÃO DE VOTANTES DA FREGUESIA DE SANTA QUITÉRIA.

Fonte: Arquivo Público Mineiro - Doc. CMS-059

As Freguesias católicas e sua influência se mantiveram do período Colonial ao Imperial. Suas sedes estavam nas primeiras Vilas as quais posteriormente se tornariam cidades. Por conseguinte, essas primeiras Vilas, sobre tal influência e posteriormente das Paróquias, contribuíram para predominância do catolicismo e sua religiosidade visto que, os arraiais e povoados tinham nas autoridades eclesiásticas maior proximidade com a população do que com as autoridades políticas, judiciárias e militares, cujas sedes ficavam nos termos das Vilas (CHAVES, 2013). Conseqüentemente, em várias das primeiras cidades mineiras ou naquelas que evoluíram de seus distritos, a herança católica encontra-se sobre várias formas, seja em conjuntos arquitetônicos do período colonial ou imperial, eventos ou festividades.

Além da presença católica na religiosidade mineira, outra característica evidente são elementos de diferentes matrizes. Dos portugueses, por exemplo, podemos citar as festas juninas presentes em todo o país desde o século XVI, consideradas já em 1583 pelo Padre Fernão Cardim, as festividades mais populares do Brasil (CAMPOS, 2007); ou as folias de reis que, implantadas desde o século XVI pelos padres Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, com procissões seguidas de uma folia, onde se reuniam colonos portugueses, índios, negros e mestiços (OLIVEIRA, 2014). Não poderíamos ignorar, por razões óbvias, o congado mineiro que, engloba características do catolicismo europeu e tradições africanas.

Manifestações culturais que envolvem religiosidade, como algumas citadas, e apresentam elementos advindos da religião católica, mesmo que reelaboradas, têm sido denominadas genericamente de catolicismo popular. Sobre este fenômeno, na bibliografia consultada, há um consenso nos trabalhos de Glaura Lucas (2014, p.46), Kelly Araújo Rabello (2018, p.94) e Marina de Mello e Souza citada por Melina Teixeira de Souza (2012, p.20-21) no que diz respeito à sua origem à partir dos primeiros contatos entre portugueses e africanos já no século XV e sobre uma maior ênfase às práticas devocionais no que tange à evolução permeada de reelaborações transculturais, o que, sobre certa ótica, já mencionamos anteriormente. Isto é, pode-se dizer que o catolicismo popular teria nascido na África do século XV ao se praticar o catolicismo europeu com recriações da ortodoxia em seu novo contexto. Como bem afirma Rabello:

Ao se refletir sobre as questões relacionadas à formação da religiosidade afro-brasileira, vale lançar luz à contextualização histórica referente ao contato dos portugueses com os africanos ainda antes da diáspora. Neste recorte, é possível identificar a formação de um Catolicismo Africano, cuja estrutura religiosa permitiu a interface das experiências religiosas presentes em universos simbólicos distintos. (RABELLO, 2018, p.19)

De fato, em certa medida, ocorre uma influência mútua neste contato entre europeus e Bantos da região do Império do Congo na África, pois uma série de assimilações e reelaborações ocorreram nas práticas de ambos (LUCAS, 2005; RABELLO, 2018). Enquanto africanos, para citar um exemplo, referiam-se aos europeus utilizando os termos Mani e Mzanbi Mpungo¹⁹, os europeus se remetiam a estes usando termos e títulos comuns à cultura europeia com importância social aproximada ao status de sua própria, como reis e rainhas (PERREIRA 2011), terminologias posteriormente encontradas em práticas do catolicismo popular brasileiro.

Posterior aos primeiros contatos entre europeus e africanos, esta forma de manifestação religiosa chegou ao Brasil colônia por meio dos escravizados advindos de várias regiões da África. Em nosso país, essa prática também se apresenta com características mencionadas anteriormente, onde elementos não pertencentes à religião

¹⁹ Mani significa autoridade e era seguido do nome da província na qual a pessoa tinha autoridade. Mzanbi Mpungo era a autoridade máxima de um reino ou império africano. (PEREIRA, 2011, p.42)

oficial são inseridos, tais como danças, cantos, festejos diversos e rituais praticados pelos devotos como promessas em busca de graças ou em agradecimento aos seus santos.

De maneira geral, o catolicismo popular no Brasil, assim como religiões oficiais, mantém-se imbricado com o palpável e o invisível estabelecendo uma conexão que se mistura entre o material e o imaterial como se pode verificar em suas festas e compromissos assumidos perante os santos, como bem descreve Lucas (2005):

[...] As formas populares se caracterizam pela maior importância dada ao aspecto devocional do que ao sacramental e evangélico, e a resolução dos problemas cotidianos prepondera sobre a salvação da alma. Nelas observa-se uma relação humanizada com o sobrenatural e, nesse sentido, os santos – mais próximos dos humanos na hierarquia espiritual – tornaram-se elementos fundamentais desse catolicismo. As manifestações da fé incluem penitências, festas e promessas aos santos, não tendo faltado os inúmeros casos de aparições e imagens milagrosas no Brasil colonial. (LUCAS, 2005, p.53)

Ainda no que diz respeito à relação entre o catolicismo oficial e suas elaborações fora deste contexto, há autores como Vera Irene Jurkevics (2004, p.47), Wesley Lima de Andrade e Wanderleia Silva Nogueira (2014, p.7-8) que afirmam haver um distanciamento entre ambos. Segundo Jurkevics, sobre o que intitulamos “elaborações”,

[...] as devoções espontâneas, emocionais, celebradas fora dos templos ou que contemplam devoções desclericalizadas, sequer são mencionadas pela hierarquia eclesial. **A Igreja não faz, oficialmente, qualquer restrição a elas, até por que não reconhece a sua existência** (JURKERVICS, 2004, p.23, negrito nosso).

Ou seja, para a autora, as várias manifestações do catolicismo popular que têm no espaço público, sobretudo as ruas e praças como locais de celebração, não seriam reconhecidas oficialmente pela Igreja e conseqüentemente por seu clero. Similarmente, Nogueira afirma que “Tais práticas [devocionais aos santos católicos] na região de Quirinópolis acontecem como em muitas regiões brasileiras **alheias ao catolicismo oficial.**” (ANDRADE; NOGUEIRA, 2014, p.7, negrito nosso). Para os autores, o catolicismo popular, praticado na região de Quirinópolis se dá de forma autônoma em relação ao oficial. Eles também generalizam parcialmente tal afirmação ao atribuir essa prática a “muitas regiões brasileiras”.

Assim como os autores citados, Fabio Azevedo Mesquita concorda que há uma separação entre as duas formas de catolicismo mencionadas. Mas o autor se assume um tanto quanto preconceituoso ao apresentar perspectivas de determinados grupos que classificam o catolicismo popular como uma espécie de distorção ou deturpação do catolicismo oficial, em seus dizeres “...há grupos que garantem que o catolicismo popular **não é um sistema religioso autônomo, e sim desfigurado e empobrecido, além disso, são contaminados com elementos pagãos**” (MESQUITA, 2015, p.160, negrito nosso). Ademais, o autor concorda com os grupos por ele mencionados quando afirma que: “a escravidão foi considerada como mal necessário para livrar os pagãos da idolatria, da arrogância, das superstições e das aberrações” pela Igreja Católica no Brasil colônia (MESQUITA, 2015, p.163). Por fim, Mesquita conclui em seu trabalho que:

[...] Quando chegou ao Brasil, o catolicismo popular e a devoção aos santos tornaram-se ainda mais fortes; contudo, outros problemas surgiram, pois muitos **exageros devocionais** apareceram transformando os santos em poderosos milagreiros. [...] Diante disso, o desafio de toda a Igreja é buscar **redirecionar o povo** para uma fé **mais madura**, sem exageros e fundamentalismos que não se sustentam. (MESQUITA, 2015, p.170, negrito nosso).

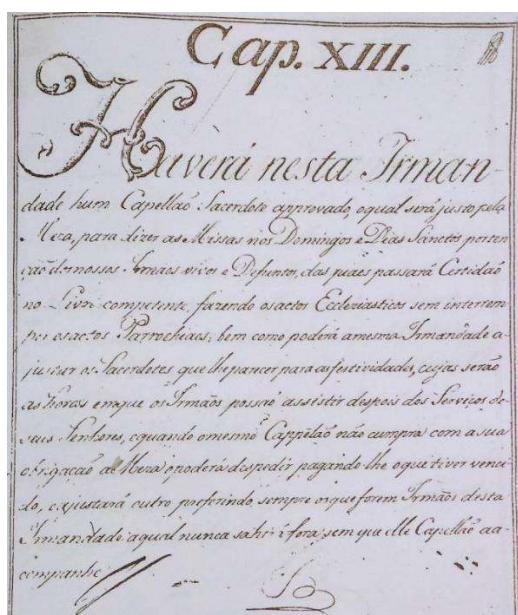
A visão de Mesquita é compreensível e relativamente comum por tratar-se de alguém que se depara com a sua religião interpretada, aplicada e manifesta de forma diferente de suas expectativas oriundas de suas convicções. Entretanto, diferentemente de Mesquita, não consideramos o catolicismo popular como uma deturpação, “empobrecido ou exagerado” devido a suas configurações distintas do oficial, **para nós, trata-se de novas elaborações advindas de um processo resultante entre o encontro de culturas**. Quanto à separação entre as duas práticas – o oficial e o popular, perspectiva apresentada por Andrade e Nogueira, o que temos constatado, tanto em nossa pesquisa quanto em outras ocasiões, não se coaduna com as assertivas dos autores. Indubitavelmente, a participação e liderança de pessoas da comunidade leiga²⁰ na organização das Irmandades e suas manifestações de catolicismo popular, pode causar uma impressão de falta de adesão católica, porém o protagonismo de autoridades eclesiásticas dentro das mesmas é comprovável e observável até os dias de hoje. Verificamos a oficialidade e reconhecimento do catolicismo popular por parte da Igreja registrados em documentos

²⁰ Nos referimos aqui à pessoas que não tiveram a formação religiosa oficial, não sendo detentora de nenhum título ou cargo na instituição Católica.

oficiais e dados de Confrarias e Irmandades Católicas que, desde o século XV, vem se relacionando diretamente com as práticas devocionais populares.

Na cidade onde desenvolvemos nossa pesquisa, como exemplo dessa oficialidade e reconhecimento, podemos considerar a Constituição do Reinado de Itapecerica que data de 1823 e foi redigida pela Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, onde se definia, entre outras coisas, a realização da festa, dos cortejos, os santos homenageados e a missa conga²¹ a ser realizada no interior da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Ainda, para ilustrar a estreita relação da Igreja com o catolicismo popular em Itapecerica, reproduzimos a página da Constituição do Reinado do Rosário a seguir:

Figura 14: Página da Constituição do Reinado do Rosário de Itapecerica



Fonte: (GIFFONI, 1989, p.171)

CAP.XIII

“Haverá nesta Irmandade hum Capellão Sacerdote aprovado oqual será justo pela [ilegível], para dizer as missas aos domingos e dias santos por benção aos nossos irmãos novos e defuntos aos quae passará certidão no livro competente fazendo os actos ecclesiásticos sem interromper os actos parochiais, bem como poderá a mesma Irmandade a[ilegível] os sacerdotes que lhe parecer para as festividades cujas verão as horas em que os irmãos passarão assistir depois dos serviços dos seus senhores. E quando o mesmo capellão não cumpra com a sua obrigação de Mera o poderá despedir pagando-lhe o que tiver vencido e contratará outro preferindo sempre os que forem irmãos desta Irmandade a qual nunca [ilegível] fora vem que elle capellão aacompanhe.”

²¹ Ritual realizado dentro da igreja de Nossa Senhora do Rosário, coordenado por um padre da Irmandade do Rosário e pelo Capitão Mor da Festa da Rosário. Apresenta semelhanças com uma missa católica oficial, porém com a participação dos ternos executando cantos e batuques especiais para o momento.

De acordo com Giffoni (1989) esta página pertence ao 13º capítulo da Constituição do Reinado do Rosário de Itapecerica do ano de 1823. Nela, atestamos que a Irmandade do Rosário contratará um Capelão, um padre para celebrar as missas na capela do Rosário aos domingos; que este mesmo capelão deverá participar das festividades do Rosário, ou seja, da festa do Reinado onde é celebrada uma missa conga dentro da igreja; que os irmãos do rosário na condição de escravos só podem ir à missa após realizarem os serviços ordenados por seus senhores e que a Irmandade pode demitir o capelão caso este não atenda adequadamente as demandas do Rosário, pagando-lhe o que estiver vencido de seu salário, porém será prioritariamente substituído por outro sacerdote, membro da Irmandade. Assim, podemos considerar que as festividades do rosário não apenas tinham um reconhecimento oficial da Igreja em 1823, como havia a participação ativa de sacerdotes nas celebrações. Participação que ainda acontece uma vez que observamos a presença e a liderança de um padre da Irmandade do Rosário na missa conga realizada na festa do Reinado do Rosário de Itapecerica, edição 2019, o que podemos constatar na figura a seguir:

Figura 15: Cena da Missa Conga do Reinado do Rosário



Fonte: Imagens de Paula Santo 2019.

Nela temos: o padre da Irmandade do Rosário, usando uma batina com motivos africanos no centro do altar, segurando o cálice; à direita do padre encontra-se uma mulher com indumentária predominantemente preta e com o que aparenta ser uma tiara,

provavelmente remetendo a uma coroa, uma vez que ela representa a Princesa Isabel deste ano; à esquerda do sacerdote temos o Rei Congo, com uma coroa bem à mostra, deixando claro sua posição; mais à esquerda e ao fundo, sentado, usando casaco marrom claro e um quepe branco, o Capitão Mor do Reinado; à direita, sentados com fitas vermelhas no corpo, os irmãos e irmãs do Rosário; atrás do padre está o terno de Marinheiro, de quepes azuis, realizando o canto desta parte da celebração.

Se no passado, como está documentado, já havia um reconhecimento por parte da igreja no que diz respeito ao catolicismo popular, na atualidade, por meio da observação e das vivências religiosas deste pesquisador, podemos constatar ainda a manutenção de tal prática, pelo menos nas atitudes dos clérigos, em contradição as afirmações dos autores mencionados. Em nossa pesquisa de campo, presenciamos atos, *ex officio*, que comprovam essa afirmativa. Por exemplo, a missa conga, presidida por um padre da Irmandade do Rosário, realizada dentro da igreja, porém com toda a parte musical da celebração sendo realizada por congadeiros; a missa de encerramento também exemplifica esta comunhão entre o “dentro” e o “fora” do oficial eclesiástico, pois, além de ser presidida também por um sacerdote, realiza-se no palco da Festa do Rosário, seguida de uma procissão cujas imagens dos santos do Reinado, em andores, é conduzida por este, pelos capitães de Reinado e por membros da Irmandade. De forma semelhante, tais manifestações também foram observadas por nós na Festa do Rosário da comunidade dos Arturos, na sua missa conga.²²

Sendo assim, com base no trabalho de campo, nos documentos citados, em bibliografias (FONSECA, 2018; GIFFONI, 1989; LUCAS, 2005, 2014; RABELLO, 2018; SOUZA, 2012; TRINDADE, 1945), em nossa vivência no congado e outras festividades religiosas em diferentes cidades mineiras, podemos afirmar que pelo menos parte da Igreja Católica reconhece e se relaciona diretamente não apenas com o congado mas com outras manifestações não ortodoxas de devoção aos santos católicos, como veremos com mais detalhes em outra seção deste trabalho.

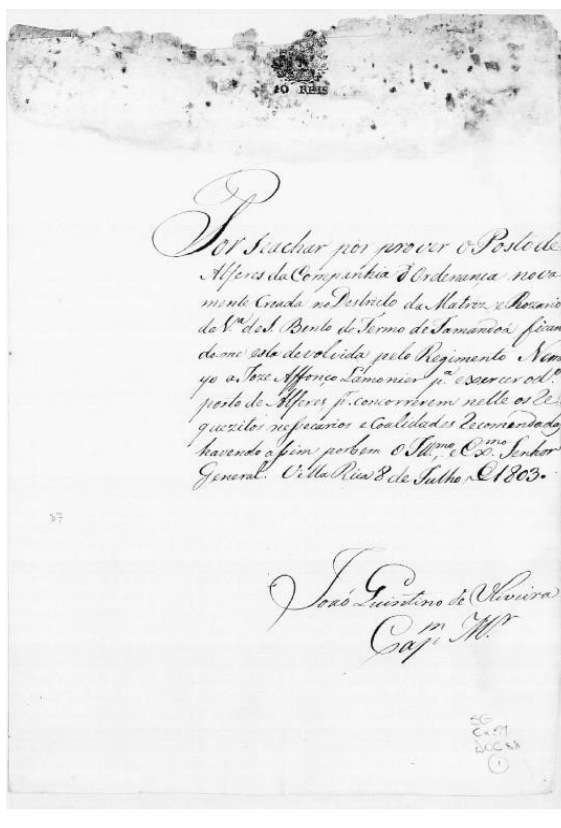
Contraditoriamente, ao passo em que as irmandades católicas estabeleciam uma relação entre a Igreja e o catolicismo popular, também promoviam uma segregação na

²² Visita que se deu em decorrência de uma atividade acadêmica da disciplina de etnomusicologia do programa de mestrado em música da UFMG, ministrado pela professora Dra. Glaura Lucas, no primeiro semestre de 2019.

sociedade, pois outras formas de devoção eram perseguidas pelas autoridades, uma vez que não eram claros os limites e a separação entre Igreja e Estado, além do que manifestações sem a aprovação eclesiástica não eram bem aceitas pela sociedade católica da época.

Para ilustrar a proximidade entre Igreja e Estado encontramos um documento no arquivo público mineiro que trata da proposta de nomeação que faz o capitão João Quintino de Oliveira, indicando o Capitão José Afonso Lamounier para o posto de alferes da companhia de ordenanças da Matriz de São Bento e do Rosário, Termo da Vila de São Bento do Tamanduá²³:

Figura 16: Proposta de indicação a posto militar



Fonte: Arquivo Público Mineiro SG-CX.57-DOC.88 data: 08/07/1803

“Por seachar por prover o posto de Alferes da Companhia de Ordenança novamente creada no Distrito da Matriz e Rosário da N^a de S. Bento do Termo de Tamanduá ficando-me esta devolvida pelo Regimento Nomeo a José Affonso Lamounier p.^a exercer [ilegível] posto de Alferes p. concorrerem nelle os requisitos necessários e coalidades recomendadas havendo afim por bem o III^o, e [ilegível] Senhor General. Villa Rica 8 de julho 1803”

²³ Encontramos uma certa inconsistência nas referências ao nome da localidade, que passou por mudanças políticas e de *status* sendo tratada como Arraial, Vila e Cidade.

Percebe-se que, o documento acima propõe a indicação a um posto militar que, nesta época, exercia comando de grupos de soldados tanto para defesa da nação quanto para função de polícia. Um exemplo semelhante foi o alferes conhecido hoje por Tiradentes que comandava tropas e dirigia uma cadeia pública durante sua carreira. Portanto, podemos supor que um alferes subordinado a Matriz e ao Rosário de Itapeverica poderia exercer o poder de polícia para as autoridades eclesiásticas que administravam estas duas igrejas, as quais, por sua vez, eram sedes das irmandades católicas.

Também, a partir das irmandades, o contexto escravista da época fomentou tentativas de separação entre as práticas religiosas dos brancos, dos negros, dos mestiços e dos indígenas e, de acordo com Lucas (2005), o próprio sistema escravocrata brasileiro tinha regras que segregavam a religiosidade através das irmandades católicas.

Dentre essas, encontra-se a Irmandade do Rosário que congregava autoridades eclesiásticas e fiéis devotos de Nossa Senhora do Rosário, além de outros santos negros. Os objetivos e os santos de devoção de cada irmandade resultavam em uma especificação do público que ela agregava em seus eventos religiosos, atraindo, em maior parte, as pessoas cuja crença era mais aproximada destes, por exemplo a Confraria de São Francisco atraía mais fiéis devotos de São Francisco e Santo Antônio do que de outros santos.

A distinção entre as irmandades era tamanha que cada uma tinha suas próprias igrejas, capelas, cemitérios entre outras características. Por determinação da Igreja Católica, os escravos, sejam negros ou mestiços, juntamente com os forros (libertos), eram os fiéis filiados a Irmandade do Rosário. Ou seja, os escravos tinham sua própria igreja para frequentar e suas próprias práticas devocionais para exercer, evitando que os senhores da sociedade escravista tivessem que dividir seus espaços religiosos com eles e, pode-se inferir, tal separação, possibilitou a inserção dentro de rituais católicos de elementos não pertencentes a estes.

Sendo assim, afastados de outras práticas litúrgicas católicas e com heranças do catolicismo africano, os negros protagonizaram formas devocionais próprias, incluindo danças, cantos e rituais para louvar aos santos católicos dando espaço às tradições devocionais que incluíam características de outras matrizes tais como, junto aos santos, louvar antepassados e entidades da cultura africana. Esta série de reelaborações transculturais resulta em outra forma de catolicismo popular, a qual denominamos de **catolicismo afro-brasileiro**.

As tentativas de separação entre as práticas religiosas dos escravos e das pessoas livres, em grande medida, não foi bem-sucedida em sua totalidade, uma vez que com o surgimento das práticas devocionais populares realizadas também em espaços públicos e abertos como praças e ruas das cidades, criou-se a possibilidade de todas as classes sociais passarem a expressar sua devoção aos santos nas mesmas festividades, tendo como consequência a divisão criada pela Igreja relativamente se desfazendo. Hoje, pessoas de diferentes extratos da sociedade e de diferentes etnias participam juntas dessas práticas onde a experiência e conhecimento espiritual se sobressai a qualquer poder econômico, etnia ou status social.

De fato, o foco de nosso trabalho aglutina várias das informações descritas anteriormente, mas não apenas em nosso objetivo central, mas também na região onde efetivamente se realiza: a cidade de Itapecerica.

Nas próximas seções descrevemos a Festa do Rosário de Itapecerica e muitas de suas características atuais, sem desconsiderar sua história, pois o entendimento desta nos faz compreendê-la melhor. Partimos da perspectiva do terno Marinheiro, cujo Capitão Geraldo D'Alessandro permitiu nossa observação/participação, registros em áudio e vídeo, além de nos receber fora da programação da festa para entrevistas e esclarecimentos de dúvidas. Outra fonte igualmente importante foi o Capitão-Mor Anielo D'Alessandro que nos concedeu entrevistas, abriu as portas de sua casa e da sede da Associação do Reinado, nos dando um acesso, sem precedentes, a muitas informações importantes sobre a festividade.

Para tanto, no próximo capítulo abordaremos os fatos históricos mais relevantes que nos ajudam a compreender as reelaborações culturais que resultaram no Reinado do Rosário de Itapecerica atualmente. Assim, após uma contextualização histórica passaremos a uma descrição da festa que observamos no ano de 2019 e uma vez estabelecidas apontamentos históricos do congado no Brasil e em Minas Gerais, podemos delimitar melhor o Reinado de Itapecerica no contexto congadeiro.

CAPÍTULO 2 - ITAPECERICA

Uma vez que muitas das informações que apresentaremos ao longo de nosso trabalho, acreditamos, encontram suas raízes em um contexto histórico, religioso e social, torna-se imperativo abordagens conectivas destes universos nos quais se inserem os signos sonoros e elementos circunvizinhos, cuja construção de sentidos no Reinado, analisaremos no capítulo 3. Portanto, levantamos a seguir, os fatos históricos mais relevantes aos propósitos desta pesquisa, visando compreender o contexto que favoreceu o surgimento e a manutenção das tradições afro-brasileiras locais.

Para tanto, recorreremos a dados históricos comprováveis por meio da consulta a documentos públicos, fazendo o cruzamento destes com as narrativas dos colaboradores de nossa pesquisa. Em 2018, a festividade do rosário em Itapecerica completou 200 anos de história (1818 a 2018) e deste período ainda restam documentos oficiais preservados, cuja maioria não se encontra em Itapecerica, mas são acessíveis em diferentes acervos. Ao consultar tais documentos constatamos a manutenção de diversas tradições e costumes que sobreviveram a dois séculos de história.

Certamente um dos lugares que preserva e reinventa a memória afrodescendente é a cidade de Itapecerica no interior de Minas Gerais e traremos apontamentos e características gerais de sua história neste capítulo. Veremos que as irmandades católicas e suas comunidades afrodescendentes contribuíram, por meio de seus costumes e tradições, com o contexto sócio-histórico-cultural fornecendo elementos para a manutenção da memória de uma África ancestral juntamente com práticas devocionais ao rosário. Para tanto, passaremos agora a um levantamento histórico de dados sobre Itapecerica, partindo de sua fundação em decorrência do ouro, ressaltando suas similaridades e especificidades em relação ao contexto geral do Estado de Minas Gerais, sempre que tais articulações se fizerem possíveis.

2.1 De Conquista do Campo Grande da Picada de Goiás à Itapecerica

Para compreendermos a presença de uma manifestação religiosa afro-brasileira corrente em uma cidade predominantemente católica, remontaremos, em grande medida, ao seu passado histórico, especificamente às questões ligadas à exploração do ouro.

Muitas cidades mineiras surgiram em decorrência da exploração do ouro e Itapecerica está entre elas, por exemplo, podemos citar Vila Rica (atual Ouro Preto), São José del-Rey (atual Tiradentes) e a cidade de São João del-Rei. Itapecerica ficava no caminho que os exploradores usavam para ir até a “Capitania de Goiás” (Estado de Goiás) atrás de ouro e outras riquezas (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA, 2019) e aventureiros consideravam o local apropriado para descanso. Devido às “picadas” (aberturas feitas na mata fechada), a região que posteriormente se chamaria “Itapecerica” ficou conhecida como “Conquista do Campo Grande da Picada de Goiás”(INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Mas lá também havia ouro e com vários viajantes parando para descansar, em algum momento essa riqueza foi descoberta (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA, 2019).

Nesse interim, de acordo com informações do site da Prefeitura de Itapecerica (2019), o bandeirante Feliciano Cardoso de Camargo chegou a Campo Grande da Picada de Goiás na década de 30 do século XVIII. Posteriormente outras pessoas passaram a usar o local também para exploração de ouro e constitui-se um arraial (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Visto que, havia muito ouro disponível, o arraial teve um crescimento rápido e acabou chamando a atenção das autoridades mais próximas.

Portanto, em 30 de maio de 1744, algum tempo após encontrarem ouro na região, batizaram o local de Arraial de São Bento (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Como consequência dessa descoberta, a Paróquia de São Bento foi criada em 15 de fevereiro de 1757 e o padre Gaspar Álvares Gondim foi o primeiro Vigário do arraial (FONSECA, 2018; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA, 2019; SOUZA, 2012; TRINDADE, 1945). Assim, tão logo souberam dos fatos, as autoridades da Câmara da Vila de São José del-Rey, decidiram tomar posse legalmente de todo o território do arraial e de todos os seus mananciais. Afinal era nos rios e nascentes que encontravam mais ouro.

Por outro lado, o Visconde de Barbacena que era o então governador da Capitania de Minas Gerais, promoveu o arraial a Vila somente em 18 de janeiro de 1790

(PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA, 2019), mas com relação ao ano deste acontecimento encontramos divergências nas pesquisas anteriores tendo trabalhos (FONSECA, 2018; GIFFONI, 1989) considerado o ano de 1789. Outrossim a Vila foi elevada ao status de Cidade apenas em 1862, através da lei estadual nº1.148 da Assembleia Legislativa da Província de Minas Gerais. Em decorrência disso, o nome mudou para São Bento do Tamanduá e só foi alterado em 1882, quando, pela lei nº 2.995 passou a se chamar Itapecerica, que em Tupi-guarani significa “penhasco de encosta lisa” ou “penha escorregadia”.

Tendo sua história, da fundação até sua elevação ao status de cidade, transcorrido, aproximadamente entre os anos de 1730 a 1862, Itapecerica cresceu utilizando-se de mão de obra escrava. Muito desta época ainda resiste nas tradições e costumes itapecericanos. A seguir demonstraremos com documentos desse período, que os escravizados estiveram presentes e trouxeram consigo sua cultura e religiosidade.

2.2 Panorama da população no período da escravidão em Itapecerica

Como vimos anteriormente, Itapecerica virou cidade em 1862. Conforme Fonseca (2018) e Giffoni (1989), uma das confirmações simbólicas do *status* de cidade era a construção de um pelourinho o que de fato ocorreu em Itapecerica. O pelourinho é uma estrutura usada para acorrentar o escravizado ou apenado em local público para a realização de punição física ou para colocá-lo a venda. Porém, como um monumento, se trata de um símbolo da autoridade constituída, cujo original ficava atrás da igreja Matriz de São Bento, ponto central do território como podemos verificar no mapa da Freguesia de São Bento do Tamanduá. Hoje, no mesmo local, encontra-se uma réplica (ver figura 17).

Figura 17: Réplica do Pelourinho de Itapecerica



Fonte: Acervo Paula Santos

A vinda de escravos para essa localidade se deu, essencialmente, devido à presença de ouro nesta região, como conseqüências previsíveis conforme os costumes desta época, ou seja, a vinda destes para suprir a necessidade de força de trabalho. Sendo o Brasil colônia uma nação de grandes extensões territoriais a serem exploradas e desenvolvidas, com uma pequena população livre, indubitavelmente os trabalhos pesados eram, em sua maioria, realizados por mão de obra escravizada, prática comum em sua época. Portanto, acreditamos que tal contexto laboral se repetia dos grandes centros populacionais e urbanos às localidades como a Vila de São Bento do Tamanduá no interior da Capitania de Minas Gerais.

Em nossa busca para compreendermos como se constituía àquela época a população da Vila de São Bento do Tamanduá (atual Itapecerica) encontramos um documento contemporâneo, qual seja, o Mapa de População do Termo da Vila de 1814. Semelhante a um censo, este documento está no Arquivo Público Mineiro e nele foram detalhados os números de: homens e mulheres; jovens e idosos; brancos, pretos e mestiços; livres e escravos (ver figura 18).

Figura 18: Mapa da População da Vila de São Bento do Tamanduá

*Mapa da População do Termo da Vila de
S. Bento do Tamanduá no
anno de 1814*

Freguesias	Homens					Mulheres					Somma											
	Livres		Escravas			Livres		Escravas														
	Almas	Outras	Mulheres	Outras	Mulheres	Almas	Outras	Mulheres	Outras													
S. B. do Tamanduá	402	237	95	115	52	119	219	187	205	51	117	57	663	194	183	6	181	163	737			
S. Anna de B. do Rio	253	335	19	29	91	32	3	103	5	191	283	79	10	33	161	113	5	149	5	153	127	32
S. Jo. de S. Bento do Rio	124	140	12	13	81	113	17	34	1	153	19	11	18	183	73	227	1	116	1	117	11	19
Somma	1327	1873	126	147	629	232	2173	118	207	267	381	181	136	188	249	227	164	7	172	233	224	

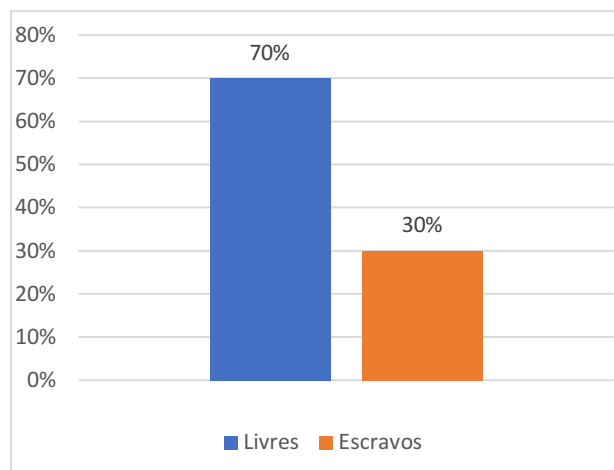
Christão a Villa	92719	Quantos escravos 1.800	Quantos a Villa de 90 annos	Quantos da População
Escravos livres	31221	Quantos de outro 1.200	Quantos d'outro a Villa	Homens 64333
Escravos de outro	21546	Quantos de outro 1.200	Quantos de outro a Villa	Mulheres 58332
Escravos de S. B.	981	Quantos de outro 1.200	Quantos de outro a Villa	Almas 122665
		Quantos de outro 1.200	Quantos de outro a Villa	Escravos 31410
		Quantos de outro 1.200	Quantos de outro a Villa	Mulheres 21452
		Quantos de outro 1.200	Quantos de outro a Villa	
Somma a Villa	174627	Quantos de outro 1.200	Quantos de outro a Villa	174627

Tudo determinado pelo
Escrivão de Definição
Domingos de
Albuquerque
1814

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Documento 59. Ano: 1814

Segundo este Mapa, no ano de 1814, haviam em Vila de São Bento do Tamanduá, 17.627 habitantes (número este, próximo dos atuais 21 mil habitantes conforme o IBGE de 2010). Deste montante, existiam 9.719 pessoas livres e outras 4.281 escravas. Porém o documento também relata a presença de 2.646 pessoas livres e outras 981 escravas distribuídas nas demais freguesias e distritos pertencentes a Vila. Portanto, em ambos os dados, na Vila e em suas filiais, o número de pessoas livres era relativamente maior que o número de escravizados. Ou seja, aproximadamente 30% da população era escravizada (ver gráfico 1). Uma vez que, os principais motivos para se possuir muitos escravos era a extração de ouro, outras riquezas naturais ou os trabalhos rurais nas fazendas, pode-se inferir que grande parte da população nesta Vila, principalmente a urbana, não possuía escravos ou os tinha em pequenas quantidades. Ter muitos escravos resultaria em grandes investimentos, não somente pelo valor comercial dos mesmos, mas também para controlar, vigiar e evitar possíveis conflitos ou revoltas. Ou seja, de uma forma geral, seria problemático a maioria da população ser constituída de escravizados.

Gráfico 1 - Comparativo população: livres X escravos



Fonte: elaborado pelo autor

Neste sentido, haveria um consenso, ou um limite normativo para evitar possíveis revoltas e garantir a ordem pública? A aproximação da população escrava e alforriada com a Igreja por meio da Irmandade do Rosário talvez fosse uma forma de controle dessa massa, que representava quase um terço da população. Com efeito, pode-se inferir que havia uma grande quantidade de força de trabalho escrava disponível à época da construção da capela de Nossa Senhora do Rosário²⁴ (hoje, igreja do Rosário), uma vez que, sua provisão ordinária²⁵ de construção data de 26 de dezembro de 1801, apenas 13 anos antes da publicação do Mapa de População (TRINDADE, 1945).

Podemos extrair outros dados relevantes do mapa como a divisão entre brancos, pretos e mestiços, cujo resultado não está explícito no documento, mas pode ser calculado somando-se os valores descritos separadamente na tabela. Por conseguinte, chegamos ao resultado: total de 4.132 homens brancos livres, total de 273 homens pretos livres e o total de 1.893 homens mestiços livres. Dessa maneira, fica evidente a superioridade numérica dos homens livres brancos e mestiços naquele ano. Ou seja, dos 70% de população livre, aproximadamente 65% dos homens eram brancos.

Também fizemos os cálculos dos números relativos aos homens escravizados e chegamos nos seguintes resultados: total de 2.894 homens escravos pretos e o total de 216 homens escravos mestiços. Nos chama a atenção aqui a grande diferença entre

²⁴ Capela que se tornou a igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde ocorre atualmente a missa conga e de onde saem as bandeiras para o ritual de levantamento dos mastros.

²⁵ Provisão ordinária de construção é um tipo de ordem, por escrito, um documento da Igreja Católica, que autoriza a construção de templos, casas, etc.

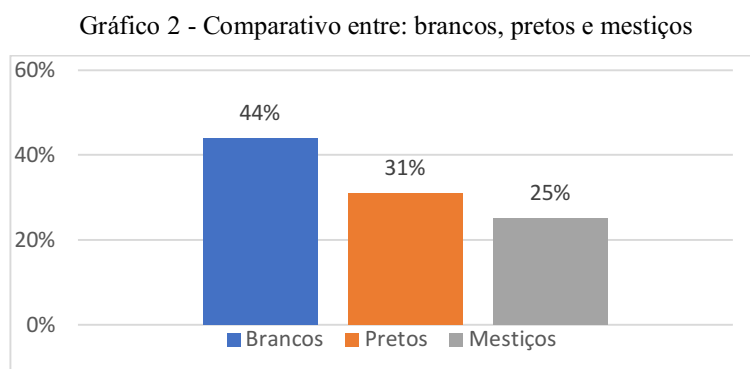
escravos pretos e mestiços, ficando claro que as relações: homens livres pretos Vs. homens livres mestiços e homens escravos pretos Vs. homens escravos mestiços são inversamente proporcionais. Ou seja, podemos inferir que, cerca de 10% ou menos, dos homens livres (não brancos) correspondiam a pessoas pretas ao mesmo passo em que os mestiços escravos representavam, perto de 10% ou menos do total de homens escravos em Vila de São Bento do Tamanduá. Portanto, acreditamos que ser mestiço aumentava consideravelmente as chances estatísticas de obter-se a alforria.

Optamos por separar os quantitativos relativos às mulheres por acreditarmos haver questões específicas sobre o gênero, tais como funções e valores diferentes entre os indivíduos do sexo masculino e feminino. Para exemplificar, já nos últimos anos de escravidão, a lei do sexagenário, lei 3.270 (BRASIL, 1885) estabelecia entre outras coisas que as mulheres escravas tinham valores 25% abaixo dos valores dos homens. Assim, podemos inferir que, em um contexto como o da Vila de São Bento do Tamanduá, em pleno crescimento urbano, com construções de igrejas e capelas em andamento e exploração do ouro, haviam mais trabalhos pesados demandando maior força bruta, justificando a aquisição de mais escravos do sexo masculino sendo, portanto, a força de trabalho dos homens mais valorizada. Contexto esse que acreditamos ser semelhante na maioria das Vilas e Cidades desse período com o mesmo perfil.

Conforme os dados do mapa populacional da Vila de São Bento do Tamanduá, do ano de 1814, haviam 5.832 mulheres livres na Vila. Destas, eram um total de 3.439 brancas, 236 pretas e 2.157 mestiças. O que demonstra mais uma vez que a mestiçagem aumentava consideravelmente as chances de se obter a liberdade. No total, haviam 6.533 homens livres para 5.832 mulheres livres. Portanto, entre as mulheres livres se percebe uma superioridade numérica das brancas e mestiças numa proporção que se assemelha à dos homens, sendo 59% das mulheres livres constituído de brancas e 37% formado por mulheres livres mestiças.

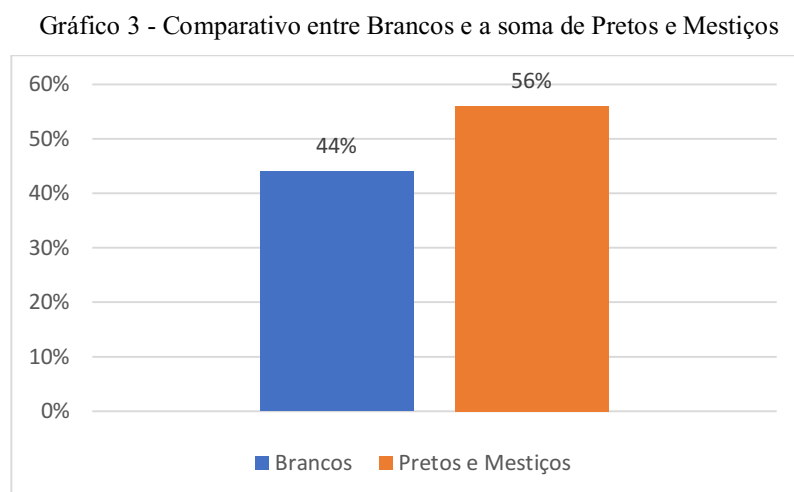
Ao somarmos os quantitativos de escravas chegamos aos seguintes resultados: 1.991 escravas pretas; 161 escravas mestiças somando um total de 2.152 mulheres escravas; os homens escravos chegam a 3.110, somando um total de 5.262 escravizados. Ademais, se somarmos os números de libertos pretos e libertos mestiços, homens e mulheres, chegamos a um total de 4.559; somando-se as pessoas escravas e libertas pretas são 5.394, cerca de 31% da população geral e as mestiças são 4.427, 25% da população, temos um resultado de 8.986, o que representa 56% da população total. Ou seja, a

presença numérica de pessoas pretas e mestiças em São Bento do Tamanduá, quer sejam livres ou escravizadas, com costumes e tradições diferentes da europeia, era significativa o suficiente para fomentar trocas interculturais e religiosas na sociedade local. No gráfico 2, a seguir, vemos um comparativo entre brancos, pretos e mestiços, considerando-se homens e mulheres, livres e escravos.



Fonte: Elaborado pelo autor

Porém, o número de brancos torna-se inferior quando comparamos estes com a soma entre pretos e mestiços, incluindo-se os alforriados e os escravos:



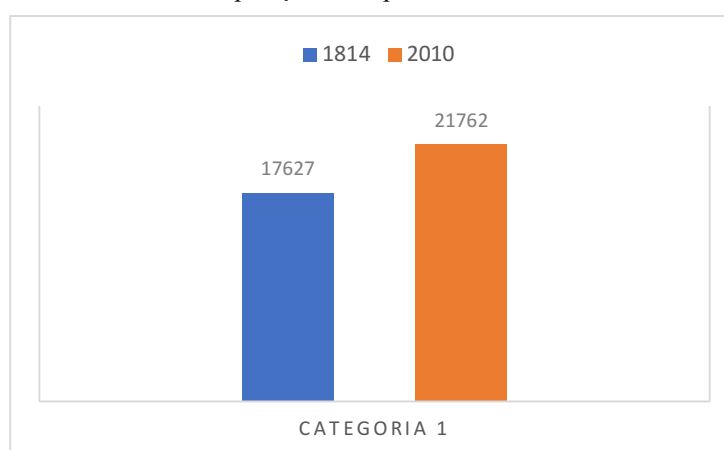
Fonte: Elaborado pelo autor

Da mesma forma que o mapa apresentado na figura 18 nos chamou a atenção para as informações descritas anteriormente, seus números suscitam outra questão, qual seja, a densidade demográfica. A atual população de Itapeçerica é de aproximadamente 21 mil

peças, com uma densidade demográfica de apenas 20,54 habitantes por km² (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Em 1814 a população era de 17.627 pessoas e a densidade demográfica era, provavelmente, menor que a atual. Além disso, segundo Giffoni (1989) 34 cidades da região de Itapeçerica já foram distritos da antiga Vila de São Bento do Tamanduá o que reforça nossa hipótese de que a densidade demográfica era ainda menor naquela época, devido à proporção entre a grande extensão territorial e a população. Assim sendo, essa ocupação do território menos densa pode ter favorecido a relativa manutenção das tradições, que se acredita sofrem maiores alterações pelas múltiplas trocas interculturais em centros urbanos mais densos demograficamente.

Vejamos o gráfico comparando a população de Itapeçerica em 1814, conforme a figura 8, com o último censo IBGE de 2010:

Gráfico 4 - População de Itapeçerica anos 1814 e 2010



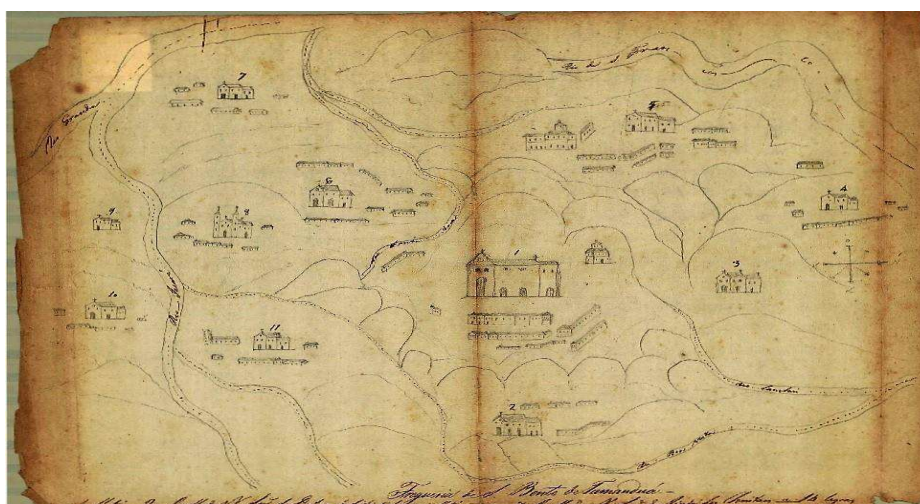
Fonte: elaborado pelo autor

Diante dos dados extraídos do mapa populacional da Vila de São Bento do Tamanduá, acreditamos ter encontrado condições que tenham contribuído para a presença de heranças africanas neste território devido ao relativo grande número de escravizados e alforriados, juntamente com seus costumes, espiritualidade e sua própria maneira de expressar a devoção aos santos e muitas destas heranças ainda estão presentes em constantes transformações, adaptações e reelaborações interculturais, sobretudo pelo histórico relacionamento com a Igreja Católica, cuja presença será mais bem detalhada na seção seguinte.

2.3 Vila de São Bento do Tamanduá: região cobiçada

Colonizado por Portugal, um país majoritariamente católico, a influência desta religião se fez também predominante relativamente em todo o território nacional e, assim como vimos no início do capítulo, as terras mineiras não foram exceção, onde se inclui a cidade de Itapecerica. Para ilustrar a forte presença do catolicismo nos primórdios do povoamento da região, vejamos no mapa apresentado na figura a seguir como era a distribuição pelo território da Freguesia de São Bento e suas capelas filiais:

Figura 19: Mapa da Freguesia de São Bento do Tamanduá e suas capelas filiais.



Fonte: Arquivo Público mineiro. Documento SC006 (data provável: 1701-1800)

Notemos que a presença da Igreja Católica Apostólica Romana era marcante na Vila de São Bento do Tamanduá. Provavelmente, a Freguesia de São Bento tinha boas perspectivas de sucesso religioso e econômico o que despertou o interesse de autoridades eclesiásticas levando-as a realizar investimentos na construção de tantos templos religiosos, acreditamos, como forma de marcar o território, o domínio da Igreja sobre uma localidade em crescimento. Não esquecendo que, como mencionado, certamente a construção das igrejas e capelas foi realizada com mão de obra escrava. Ou seja, além dos prováveis garimpos e minas de ouro, o trabalho escravo esteve presente em outras atividades, como a construção, presença a qual, além de trazer sua força laboral, trouxeram consigo sua cultura, favorecendo o surgimento de práticas híbridas como o já mencionado catolicismo popular.

Para exemplificar o quanto a Vila de São Bento do Tamanduá era cobiçada, de acordo com Trindade (1945), o vigário da Vila de São José del-Rey tentou anexá-la, sem sucesso, pois encontrou resistência da população que, armada, chegou a esconder as chaves da igreja no intento de evitar sua ocupação pelo padre. Uma vez que a paróquia adquiria aproximadamente 17 mil cruzados em dízimos, que convertidos em reais seria o equivalente a R\$ 2.650,87 (dois mil, seiscentos e cinquenta reais e oitenta e sete centavos²⁶), tais valores podem ter contribuído para que este sacerdote tentasse transformar a paróquia de São Bento em uma filial (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA, 2019). Os documentos sobre o caso, do ano de 1780, incluindo a petição endereçada a Coroa, estão transcritos na obra de Trindade (1945).

Não apenas as autoridades eclesiásticas cobiçavam a Vila mas também as políticas, visto que, de acordo com documentos da biblioteca do IBGE²⁷, São Bento do Tamanduá, pela ordem Régia de 1760, foi subordinada ao município de São José del Rei (atual Tiradentes, MG) se tornando seu distrito, apesar da distância considerável entre as duas localidades, cerca de 162km. Somente em 1789, São Bento do Tamanduá foi elevada a Vila, passando a ser independente e se tornando oficialmente o centro administrativo de sua região. Considerando-se que desde 1730 havia exploração de ouro no então arraial, o movimento jurídico da Câmara de São José del-Rei junto à Coroa no intuito de anexar São Bento do Tamanduá, acreditamos, tinha como provável causa o potencial econômico do local.

Em meio a este contexto de exploração do ouro e ocupação do território por parte da Igreja, estavam em plena atividade as Ordens Católicas leigas de Itapecerica. Entre estas, encontramos referências na bibliografia sobre a Irmandade do Rosário e a Confraria de São Francisco e Santo Antônio. No entanto, há indícios da existência de uma 3ª Ordem, que também pregava o culto a santos de devoção entre os pretos, o que iremos expor no próximo tópico.

2.4 As Ordens Católicas de Itapecerica

²⁶ Segundo a calculadora do site da Fundação de Economia e Estatística FEE. <<<https://www.fee.rs.gov.br/>>>

²⁷ O documento que trata da formação administrativa de Itapecerica pode ser consultado no seguinte endereço: <<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/itapecerica.pdf>>>

Em Itapecerica, a Igreja Católica exerceu sua influência principalmente por meio de duas ordens, quais sejam, a Confraria de São Francisco e a Irmandade do Rosário. A primeira, dedicava-se principalmente a questões relacionadas à educação, catequese e construção de templos católicos no território da Freguesia da Vila de São Bento do Tamanduá desde os primórdios do povoamento da região. Enquanto, a segunda, ou seja, a Irmandade do Rosário, tinha o principal objetivo de agregar os devotos de Nossa Senhora do Rosário cuja maioria era de pretos e mestiços, quer fossem escravos ou libertos. Portanto, nesta seção, fazemos uma breve descrição de ambas com base em documentos históricos.

Outra irmandade que supostamente existiu em Itapecerica foi a de Nossa Senhora das Mercês. Segundo Fonseca (2018), há um relatório de prestação de contas do ano de 1889 em que consta um saldo positivo de 260\$360 réis (duzentos e sessenta mil e trezentos e sessenta réis) atribuído a esta Irmandade. Porém não há outros documentos que atestem sua existência nem mesmo provas de sua fundação e de quem foram seus membros.

No entanto, além deste documento, encontramos indícios de que, de fato, tal irmandade possa ter existido. A data de construção da igreja de Nossa Senhora das Mercês é de difícil dedução pela falta de documentos preservados, supomos que a mesma já existia em 1825 por ter sido mencionada pelo Bispo Dom Frei José da Santíssima Trindade no documento em que ele avaliou a Matriz de São Bento e a Capela de São Francisco (FONSECA, 2018, p.90). Ainda existe a Igreja de Nossa Senhora das Mercês em Itapecerica e sua santa foi “incluída no rosário de Maria” nas palavras do atual Capitão Mor Anielo D’Alessandro, sendo festejada junto a outros santos pela Irmandade do Rosário. Considerando que, pelo fato de as duas Irmandades se remeterem, semelhantemente, à devoção do público afrodescendente, supomos que a Irmandade do Rosário tenha admitido membros da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês sendo esta última encerrada, uma vez que o saldo da Irmandade do Rosário, naquele mesmo relatório, era consideravelmente maior (579\$072 – Quinhentos e setenta e nove mil e setenta e dois réis), sendo economicamente mais vantajoso os dois grupos se unirem sob a administração do que arrecadava mais dinheiro. Na figura a seguir temos a Igreja de Nossa Senhora das Mercês atualmente.

Figura 20: Fachada da Igreja das Mercês em Itapecerica MG



Fonte: Acervo Paula Santos

2.4.1 Arquiconfraria de São Francisco

A primeira ordem católica documentada a atuar em Itapecerica foi a Arquiconfraria de São Francisco e pela abrangência de suas ações, não foram poucas as suas obras. Para ilustrar, podemos citar a construção de um dos templos católicos mais antigos da região, sendo dedicado a Santo Antônio e São Francisco, abençoado²⁸ em 1801, após cerca de 7 anos de obra. Esta igreja ainda existe e é largamente usada nas festividades e celebrações católicas, conhecida pela população como “Igreja de São Francisco” (ver figura 22).

Antônio Trinfão Barbosa, fundador da Arquiconfraria de São Francisco em Itapecerica, foi autor de diversas cartas e requerimentos endereçados à Coroa Portuguesa, pedindo recursos ou providências com relação à construção da então Capela de Santo Antônio e São Francisco, onde denunciava a demora dos responsáveis pela construção da nova Matriz de São Bento que, segundo ele, estava com atraso de mais de 10 anos (FONSECA, 2018, p.324). Segundo Fonseca (2018), tamanha era a obstinação deste religioso em obter recursos para terminar a obra da Igreja, que o mesmo foi pessoalmente

²⁸ A bênção do templo católico é semelhante ao ritual que os fiéis solicitam para que padres abençoem suas casas. Quando uma igreja é construída, uma autoridade eclesiástica é designada para celebrar a primeira missa e fazer a bênção da nova igreja.

a Portugal pedir mais dinheiro ao Rei para investir na obra, tendo inclusive sobrevivido a um naufrágio para completar tal missão.

Os restos mortais de Barbosa ficam no interior da Igreja de São Francisco protegidos por um vidro e acessíveis à visitação conforme a figura a seguir:

Figura 21: Restos mortais do fundador da Arquiconfraria de São Francisco



Fonte: (FONSECA, 2018) tese de doutorado.

Na figura seguinte temos a fachada igreja São Francisco de Itapecerica:

Figura 22: Fachada da igreja de São Francisco em Itapecerica MG



Fonte: Acervo V ania Gondim 2019

Abaixo podemos verificar que a igreja preserva suas características em fotos antigas de datas desconhecidas, mas pela composição do cenário podemos deduzir que são imagens produzidas entre o final do século XIX e início do século XX, considerando as vestimentas, veículos, casas no entorno da Igreja, estilo de calçamento da rua e a ausência da rodovia BR-050 que hoje passa ao lado do templo:

Figura 23: Igreja de São Francisco em Itapeçerica MG entre os séculos XIX e XX.



Fonte: Acervo Vânia Gondim 2019

Na próxima figura temos a imagem da referida igreja vista por outro ângulo:

Figura 24: Fachada da igreja de São Francisco vista por outra perspectiva



Fonte: Acervo Vânia Gondim 2019

Outro exemplo de obra realizada pela Arquiconfraria de São Francisco é o Colégio São Bento, hoje denominado Ginásio Padre Herculano (FONSECA, 2018, p.170) que além de ser fruto dos projetos educacionais da Arquiconfraria, teve seus primeiros quadros de docentes formados majoritariamente por padres, sendo considerado a **primeira escola municipal de Minas Gerais** (GIFFONI, 1989, p.17). Encontramos divergências na bibliografia quanto ao ano de criação do colégio São Bento, para Fonseca (2018) foi criado em 1883 tendo funcionado com este nome até 1891; para Diniz (2009) sua construção é atribuída à mesma época da emancipação política da Vila em 1789; enquanto que para Giffoni (1989), a cidade já possuía este colégio em 1782.

A construção da Matriz de São Bento, assim como ocorreu com o Colégio São Bento, também teve a influência da Arquiconfraria de São Francisco. Sendo a Matriz um ponto central da Vila, teve pelo menos duas edificações: a primeira construída em data desconhecida por ocasião da chegada dos primeiros habitantes em busca de ouro; já a segunda temos indícios que foi construída com recursos da Coroa Portuguesa já no século XVIII e que as obras podem ter durado de 1797 a após 1830, conforme os requerimentos oficiais que transcrevemos a seguir:

Requerimento de construção da capela-mor da Matriz de São Bento do Tamanduá (1797).

Referência documental: AHU. Cx. 143, doc. 42. Ano: 1797.

Senhora,

A suma indigência dos povos desta freguesia e termo da Vila de São Bento do Tamanduá, Comarca do Rio das Mortes, não permite poderem edificar com decência um Santuário capaz de nele Residir a Augusta e Majestade do Senhor livre dos desacatos que ameaçam as ruínas do indecente fabricado pelos primeiros povoadores, nem também se podem ornar dos paramentos de que necessita para a celebração dos Sagrados e Mistérios da nossa Santa Religião. Estas lamentáveis faltas que ocularmente se nos patenteiam e as rogatevas dos mesmos Povos de quem agora somos intérpretes sinceros e fieis abonadores, nos faz suplicar a Vossa Majestade, queira pela sua inata Piedade e Real Grandeza, mandar fazer a Capela-mor do novo Templo já delineado e dar os ornamentos para esta Matriz, das cores do Ritual e da forma que Vossa Majestade for servida.

[Cumprimento final ilegível]

Vila de São Bento do Tamanduá em Câmara de 8 de Agosto de 1797.

Manoel da Silva Porto

Francisco Xavier da Silva
José [?] Gomes
José Gracia Roza
[ilegível] Lopes Cardozo.

(FONSECA, 2018,p.265)

Pelo texto do requerimento pode-se notar que nesta data já existia uma igreja matriz mais simples que provavelmente foi construída nos primeiros anos de criação do arraial. Os pedidos dirigidos a Rainha de Portugal, no entanto, contemplam a construção de um altar para a nova Matriz, que é a atual. Após este primeiro requerimento foi feito pelo menos outro pedido em 1830:

Correspondência da Câmara Municipal de São Bento do Tamanduá solicitando recursos para as obras da Matriz (1830).

Referência documental: APM.CGP-1-2 Cx.13, doc. 31. Ano: 1830.

A Câmara Municipal da Vila de São Bento do Tamanduá em consequência da resolução do Excelentíssimo Conselho, que lhe fora comunicada em ofício de 16 de fevereiro do corrente ano, transmite por cópia dos dois autógrafos inclusos das representações que dirigiu à Augusta Assembleia Legislativa para serem presentes ao mesmo Excelentíssimo Conselho Geral. Deus guarde a V. S. por muitos anos. Vila do Tamanduá, 15 de dezembro de 1830.

Ilmo. Sr. Secretário do Exmo. Conselho Geral da Província.

João Quintino de Oliveira
João Antunes Corrêa
Francisco Ferreira Lemos
Luiz Mariano de Moraes
Antônio Ferreira da Silva

(FONSECA, 2018,p.266)

Em suma, não se pode negar que a Confraria de São Francisco foi, e ainda é, muito atuante em diversas e diferentes frentes de atuação junto à sociedade local e, conseqüentemente, deixando a influência das concepções de onde se origina: a religião católica.

2.4.2 A Irmandade do Rosário em Itapecerica: fatos históricos e curiosos

A Irmandade do Rosário dos Homens Pretos da Vila de São Bento do Tamanduá, como se auto denomina em seu livro de compromissos²⁹, foi criada em 1818, segundo ata de fundação assinada pelos membros da época (GIFFONI, 1989; SOUZA, 2012). De acordo com o capitão Aniello D'Alessandro, o livro original está sob os cuidados da Cúria da Arquidiocese de Divinópolis, Minas Gerais, por medidas de segurança, após o museu de Itapecerica apresentar vários problemas com inundações, invasões, falta de manutenção etc. Portanto, considerando-se o mapa populacional de 1814 (ver figura 18) é muito provável que na época de criação da Irmandade do Rosário (1818) havia um grande número de escravos e forros, pretos e mestiços e na localidade.

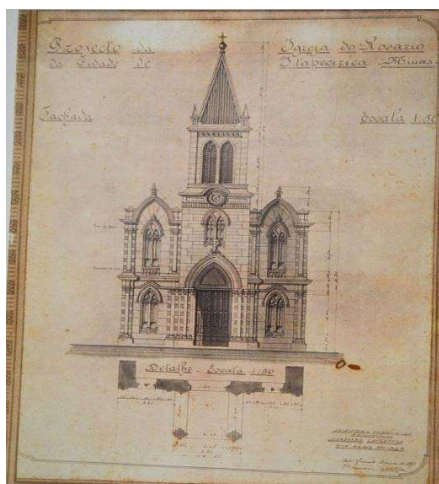
A Irmandade era responsável pela realização da festa do Reinado do Rosário e deu origem a Associação do Reinado a qual, por sua vez, realiza o evento desde então. A Irmandade redigiu o Estatuto do Reinado do Rosário em 1823 e a Constituição do Reinado do Rosário em 1975, conforme levantou Giffoni (1989, p.156). A pesquisadora teve acesso aos documentos originais, dos quais ela anexou as fotocópias em seu livro chamado Reinado do Rosário de Itapecerica.

Em entrevista para este trabalho, o atual Capitão Mor do Reinado do Rosário, Sr. Aniello D'Alessandro, nos contou que a Capela de Nossa Senhora do Rosário ficava em outra localidade, relativamente mais próxima da igreja de São Francisco e que, por ordens da Igreja, os escravos a mudaram de lugar, reconstruindo-a onde a igreja do Rosário se encontra hoje. Infelizmente não encontramos documentos oficiais que possam sustentar a razão de tal mudança, mas tivemos acesso a evidências de outra obra relacionada à Irmandade do Rosário, que tem sua história ligada a um mistério considerado uma lenda por parte da população local, refere-se à reforma da fachada da igreja. Segundo a crença popular local, um raio atingiu a frente da igreja, danificando-a. Sem recursos para sua reforma, foi necessária a retomada da Festa do Reinado para angariar fundos para as obras, festa que estava, até então, proibida por ordem da Igreja. A história divide opiniões na cidade, pois enquanto algumas pessoas julgam ser uma lenda dos reinadeiros outras afirmam que tudo aconteceu de verdade e por intervenção espiritual. De fato, a reforma existiu, segundo Fonseca (2014) o frontispício da igreja foi destruído por um raio,

²⁹ O livro de compromissos é semelhante a um estatuto, trata-se de um livro onde a Irmandade deixa por escrito os compromissos, as obrigações, os deveres, as missões que assume perante a Igreja e a sociedade.

ocasionando a reconstrução de toda a fachada em 1917. Sobre a fatídica reforma, encontramos o projeto na figura 25, seguir:

Figura 25: Projeto da reforma da fachada da Capela do Rosário de Itapeçerica MG



Fonte: Acervo Vânia Gondim 2019

Podemos observar na foto a seguir, a Igreja do Rosário por ocasião das obras na torre danificada pelo raio. É possível perceber que o desenho do projeto representa com bastante fidelidade a referida torre que estava mais escura que o restante da fachada (ver figura 26).

Figura 26: Vista da igreja do Rosário supostamente na mesma época da reforma



Fonte: Acervo Vânia Gondim 2019

Hoje, nesta região existe o bairro chamado Alto do Rosário, nome escolhido por ser uma região considerada alta na geografia do local e suas primeiras ruas terem nascido no entorno da referida Igreja.

Nesta outra imagem, na figura 27, a fachada já aparenta estar mais uniforme, pode ser que a foto tenha sido feita após a reforma.

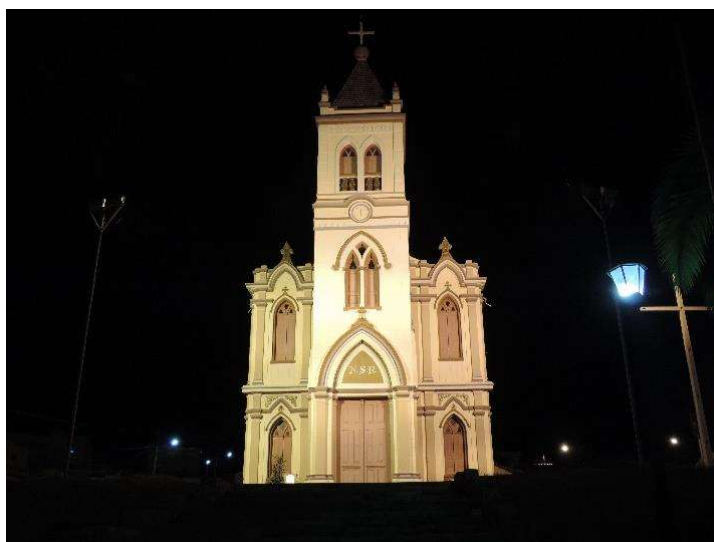
Figura 27: Fachada da igreja do Rosário supostamente após reforma



Fonte: Acervo Vânia Gondim 2019

Nas figuras a seguir podemos ver que a Igreja do Rosário atual mantém suas características:

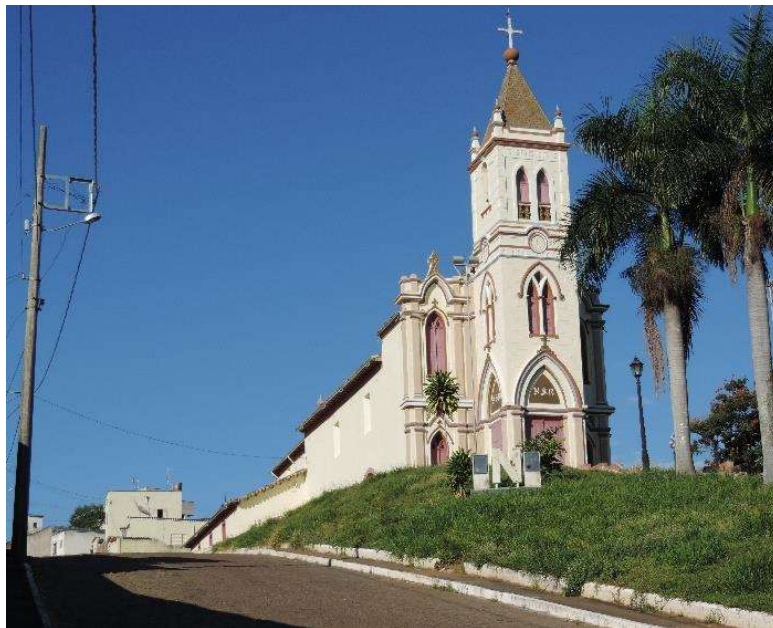
Figura 28: Fachada da igreja do Rosário atualmente



Fonte: Acervo Paula Santos

Na próxima figura temos a igreja do Rosário vista por outro ângulo:

Figura 29: Fachada da igreja do Rosário vista por outra perspectiva



Fonte: Acervo Paula Santos

Uma vez que as obras destas igrejas contaram com mão de obra escrava, existia uma confluência entre os negros e brancos contribuindo para o encontro de culturas distintas. Giffoni (1989), em seu livro intitulado de “Reinado do Rosário de Itapecerica”, descreve sua percepção da relação entre catolicismo e tradições africanas na cidade. Também elogia o trabalho dos padres franciscanos, pertencentes a Arquiconfraria de São Francisco, que, oriundos de São João del-Rei, teriam contribuído para a formação religiosa da população, incluindo-se os negros. Portanto, tal cenário religioso, segundo a autora, teria favorecido “[...] a anexação das devoções católicas às tradições africanas, como se nota no Reinado local.” (GIFFONI, 1989, p.19).

Como consequência de tamanha influência da Igreja Católica na cidade, as crenças, tradições, costumes ainda hoje são diretamente ligados à devoção aos santos católicos. O que podemos observar não apenas nas festividades religiosas, mas em outros eventos que podem incluir rituais e simpatias direcionados a essa devoção. Só para ilustrar, trazemos a seguir, um fato relativamente recente que mobilizou a grande maioria dos cidadãos itapecericanos em um ritual católico raro. Uma curiosidade que virou notícia na imprensa em 2014, um ritual religioso para pedir chuva. A crise hídrica atingia todo o país e Itapecerica sofreu a pior seca de sua história, de acordo com a Prefeitura Municipal,

ficando um longo período sem abastecimento de água. Uma missa foi realizada na igreja de São Francisco, presidida pelo Bispo itapecericano Dom Zicó, que deu entrevista à rede Globo sobre o evento e falou de consciência ambiental no seu sermão. O religioso, mesmo muito idoso e com dificuldades para andar, apoiando-se em uma bengala e com ajuda de outros padres e devotos, conduziu todos os trabalhos na missa e na procissão logo em seguida, que tinha como intenção a graça da chuva (GLOBO, reportagem, 2014).

Em 1937, houve uma crise semelhante em Itapecerica (GLOBO, reportagem, 2014), na época também foi realizada uma procissão para pedir chuvas, com a imagem de Nosso Senhor dos Passos, que tradicionalmente só sai da igreja por ocasião das procissões da Semana Santa, graça esta que foi alcançada na época. Como se vê, setenta e sete anos depois, a comunidade pediu que a Igreja novamente fizesse a procissão. Coincidência ou não, neste mesmo dia, desta vez em 2014, após as celebrações católicas, a chuva veio e foi suficiente para reabastecer o reservatório de água até os poços artesianos da Prefeitura ficarem prontos para atender a população.

São várias as tradições locais envolvendo questões de religiosidade, sobretudo católicas, em Itapecerica. Sendo algumas destas, pouco ou nada ortodoxas, às vezes partindo da iniciativa institucional da Igreja ou ao menos contando com seu apoio e aprovação. De fato, rituais como a realização de uma procissão para pedir chuva podem parecer nada oficiais aos olhos dos católicos mais conservadores, mas presenciar todo o evento ser coordenado pelo Bispo da cidade e terminar com uma missa na igreja de São Francisco nos auxilia no questionamento da existência real de uma fronteira entre o catolicismo popular e o oficial.

Assim, percebe-se que a história religiosa da cidade contribuiu para a manutenção de práticas devocionais que ainda se fazem presentes e vivas. Por isso é mister entendermos também as características atuais da cidade em busca de pistas dessa manutenção das tradições. Neste intento, descrevemos Itapecerica com os dados mais atuais a seguir.

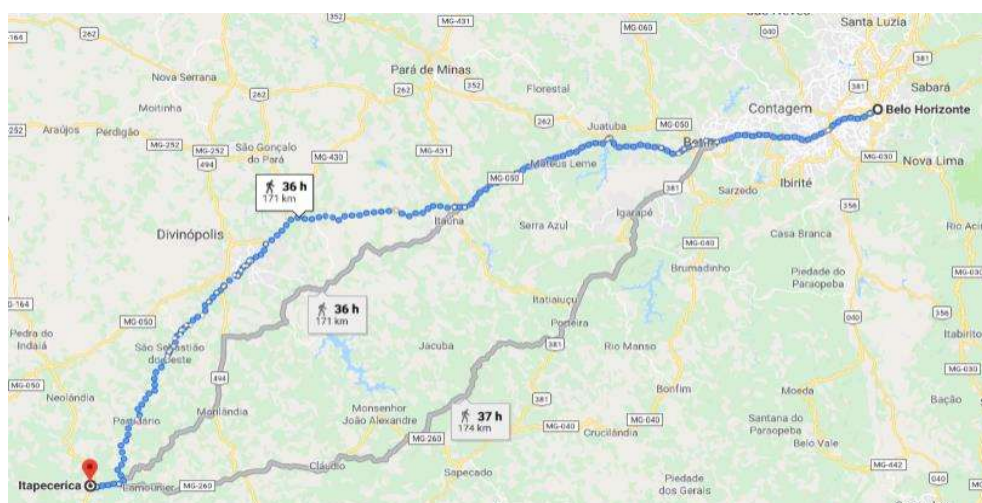
2.5 Uma cidade católica com seu passado africano no presente

Itapecerica encontra-se a 171 km da capital, Belo Horizonte (ver figura 30). Com a estimativa de população para 2019 de 21.762 habitantes, a maioria, aproximadamente

19.558, cerca de 90%, identificam-se como católicos apostólicos romanos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), restando apenas 10% para outras religiões. Tal desproporcionalidade nos motivou a buscar em trabalhos anteriores informações sobre a existência de uma manifestação religiosa afro-brasileira em um ambiente numericamente dominado pelo catolicismo, explicação já exposta em grande medida nas páginas anteriores.

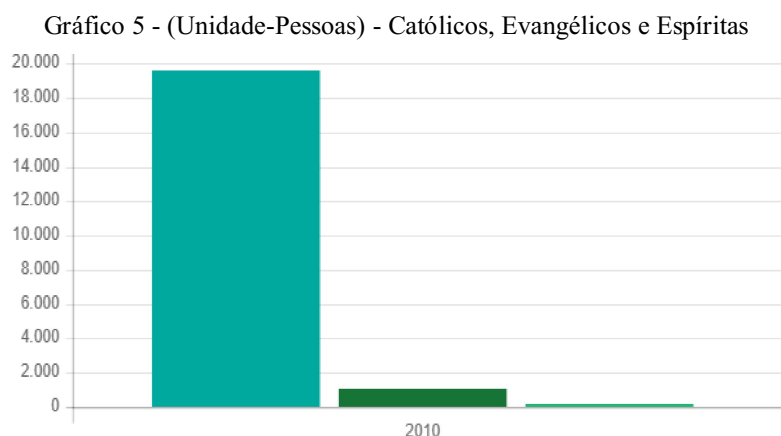
Na próxima figura apresentamos o mapa marcando a distância entre a capital mineira, Belo Horizonte e a cidade de Itapecerica:

Figura 30: Mapa - Belo Horizonte – Itapecerica



Fonte: elaborado pelo autor

Vejamos a seguir, um gráfico do IBGE (2010) indicando o quantitativo de católicos, evangélicos e espíritas na cidade. Interessante observar que o censo não considerou a presença de outras categorias além destas.



Fonte: (IBGE, 2010)

Concluimos que a história da cidade está imbricada com uma série de mudanças políticas decorrentes da exploração do ouro, da escravidão e da religiosidade, principalmente a católica. Ou seja, a alta demanda por mão de obra escrava e a forte presença da Igreja viabilizaram o desenvolvimento acelerado e a organização administrativa/religiosa da cidade, inclusive por meio das Irmandades como a do Rosário. Todo este cenário contribuiu para o início das manifestações em devoção a Nossa Senhora do Rosário e os demais santos do Reinado, justificando a predominante participação de católicos nestas manifestações afro-brasileiras.

Desta forma, se por um lado o catolicismo é predominante nesta cidade, por outro a influência africana não pode ser negligenciada não apenas nos Reinados, mas também em outras manifestações culturais ali presentes. Por exemplo, a Folia de Reis celebrando, principalmente, o nascimento de Jesus Cristo e a visita dos três reis magos, onde encontramos, apesar de elementos evidentemente católicos, o emprego de instrumentos como tambores, afoxés, gungas, pantagomes e vestimentas como fardas, elementos inegavelmente advindos da cultura africana ou reinadeira, afirmação que é corroborada pelo fato de não raro encontrarmos capitães do Reinado participando desses festejos. Outra manifestação cultural que acontece anualmente em Itapecerica é o Festival de Gastronomia Rural. O foco principal do evento é a divulgação e comercialização de comidas típicas da zona rural de Itapecerica, com o uso de barracas e cozinhas instaladas pelas ruas da cidade, oferecendo: degustações, venda de pratos típicos, bebidas e cursos de receitas. Neste ínterim, são construídos fogões e fornos a lenha pelas ruas da cidade e muitos dos pratos são heranças da época da exploração do ouro e da escravidão como: o

pastel de angu, feijão tropeiro, arroz de carreteiro, chouriço, língua de boi, linguiça, doces caseiros, biscoitos, bolos, etc. A Festa de São Cosme e Damião, muito comum em religiões afro-brasileiras, envolvendo a distribuição de balas, comidas e doces, principalmente para as crianças. Festa que acontece na sede do Reinado do Rosário com a participação de alguns dos capitães dos ternos de Reinado e se oferece um almoço, por meio de doações, para dezenas e às vezes centenas de pessoas. Rodas de Capoeira apresentadas nas praças públicas ao som de canções acompanhadas de pandeiro, atabaque e berimbau. Por fim, não poderíamos ignorar o Reinado, foco do presente trabalho. Portanto, após a contextualização histórica do município, dos Reinados e do catolicismo popular afro-brasileiro, temos mais segurança para discutir a manifestação congadeira em Itapecerica. Assim, começamos por analisar as versões locais do mito fundador, antes de descrevermos a festa do Reinado do Rosário.

2.6 As versões do mito fundador adaptadas a Itapecerica

Segundo o Capitão Anielo D'Alessandro, o mito fundador do Reinado do Rosário de Itapecerica varia entre duas histórias distintas que são transmitidas por tradição oral entre os reinadeiros. As duas versões itapecericanas mantêm vários aspectos em comum, variando o local de aparecimento da santa, seja em uma gruta/mina ou em um rio. Considerando a estreita relação da história da cidade com a exploração do ouro podemos supor que as atividades realizadas pelos escravizados nos rios e nas minas tenham influenciado nessas narrativas.

De acordo com o bispo Dom Gil Antonio Moreira Constantino Barbosa (1984) no início do povoamento de Itapecerica havia exploração de ouro nos ribeiros Tamanduá e Rosário³⁰. Feliciano Cardoso teria encontrado os dois rios repletos de ouro e batizado com esses nomes. Dom Gil (1984, p. 29) também menciona que entre as primeiras obras do local, informadas por escrito ao Bispo de Mariana, estavam “igrejas, casas e engenhos com serviços de mineração”. Por tanto, encontramos evidências de que os primeiros

³⁰ Faz parte da sabedoria popular que a presença de muitos tamanduás e vários animais peçonhentos no território influenciou a adoção dos nomes Tamanduá, em homenagem ao animal que ainda é visto na cidade e à São Bento, o santo que protege as pessoas contra os animais venenosos. Feliciano Cardoso pode ter batizado os rios de “Tamanduá”, por causa dos animais e “Rosário” em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, podendo ser indício da presença de devotos da santa no local, antes mesmo da fundação do Arraial de São Bento (primeiro nome de Itapecerica).

habitantes de Itapecerica, sobretudo os escravizados, tiveram a experiência de trabalhar nas minas e nos rios em busca de ouro. Assim, tal contexto de exploração aurífera fez parte do ambiente de construção das narrativas míticas que, ao se valerem de características identitárias, com elementos da realidade local, facilitaram a sua manutenção ao longo das gerações de reinadeiros, resultando no mito fundador apresentado pelo Capitão-Mor Aniello D’Alessandro, segundo o qual a lenda diz que,

Nossa Senhora apareceria no mar, outra diz que foi na gruta ou no rio. Uma escrava a mando de seu senhor, foi de madrugada buscar água em uma bilha, naquele tempo se usava a bilha, tipo cabaça de barro, pois conservava a água fresquinha. Neste dia, a negra não conseguiu chegar à beirada do rio, pois viu um grande resplendor e uma senhora linda de olhos azuis, vestes brancas, e o Rosário na mão e o Menino Jesus seguro pela outra mão. Voltou e disse ao seu senhor que ficou tão assustada que teve medo de tentar pegar a água. Mas o senhor não acreditou e disse: olha negrinha, amanhã vou mandar você e quatro capatazes, se for mentira, eu vou mandar te açoitar e te amarrar na roda d’água. E eles foram para a beira do rio. Os capatazes viram e ficaram impressionados, logo voltaram e contaram tudo ao patrão... O senhor, sabendo da verdade que era N. Sra do Rosário, proibiu os negros de frequentar a margem daquele rio. E convidou seus amigos religiosos para irem ver N. Sra do Rosário. Mandou erguer uma capela muito chique, para buscá-la e deixar no altar. Levou os padres, banda de música, muita reza e nada disso comoveu N. Sra do Rosário a sair de lá... Depois de muitas tentativas e sem conseguir êxito... Eis que aparece um escravo pra pedir ao senhor permissão para buscá-la. O senhor disse, olha negro você quer é ficar atoa, vai trabalhar... Vê lá se a santa vai acompanhar vocês, esses negros fedorentos. Mas deixo ocês tentarem, só uma vez. Ouvindo isto o escravo ficou muito triste, chamou os companheiros Congos e Moçambiques. Primeiro outros ternos cantaram e dançaram, N. Sra do Rosário sorriu mais não aluiu. Os Congos, com suas caixas, ganzás, chocalhos, chique-chiques, e manotas, (risos), mas ela não saiu. Mas quando chegaram os negrinhos do Moçambique, com suas vestes brancas, as caixas vermelhas sagradas, as patagongas, ou latas cheia de sementes de coité. E as congas amarradas nas pernas. E com vestes brancas, tanga e tubarão e os bastões. Eles cantaram na beira do rio e N. Sra do Rosário ficou muito alegre e aí ela aluiu. N. Sra do Rosário chorou, as lágrimas caíam no caminho. E os negros apanhavam e depois fizeram seu Rosário, que os Moçambiqueiros trazem cruzados no peito. Os negros cantavam que o Rosário veio de Angola (Aniello, 2019).

Nos chama a atenção que, durante a narrativa, o Capitão Aniello se refere à chegada dos “Congos” no plural, nos dando a entender que se tratava de mais de um grupo, provavelmente apelidados de congos por serem escravos oriundos do Reino do Congo. Já em relação à chegada do Moçambique, ele usa a expressão “negrinhos do Moçambique” dando a entender que se tratava de um único grupo composto por seus membros, os quais, podemos supor, seriam oriundos de Moçambique, da África. Estas

escolhas de denominações nos ajudam a entender a forma como a festa é produzida hoje em dia e os grupos participantes em Itapecerica, o que trataremos mais adiante.

2.7 A Festa do Rosário em Itapecerica: apontamentos gerais

A Festa do Rosário, em sua totalidade inclui uma infinidade de elementos: visita aos festeiros, missa conga, levantamento de mastros, cortejos, encenações sobre a abolição da escravidão, missa final, procissão dos ternos, entre outros. Cada parte é repleta de simbolismos e práticas devocionais próprias as quais abordaremos um pouco mais detalhadamente no próximo capítulo. Aqui, para que o leitor não se perca, traremos alguns apontamentos para situá-lo dentro deste universo tão complexo.

A festa do Reinado do Rosário de Itapecerica acontece todos os anos durante 5 dias de programação no mês de agosto. É uma manifestação constituída por celebrações, cortejos e rezas em homenagens a santos católicos, realizadas por devotos pertencentes ou não aos ternos, dentre estes se encontram os catopés, moçambiques, vilões e marinheiros, sendo esse último de onde tiramos mais informações. O trabalho de campo, no que diz respeito à festa, se deu na edição da Festa do Rosário de Itapecerica no ano de 2019.

Apresentaremos de forma descritiva características da festividade, sobre as quais iremos desenvolver reflexões acerca de seus sentidos no capítulo três. Para o momento, destacamos que a origem da Festa do Reinado do Rosário de Itapecerica está imbricada com a história do congado mineiro a partir da festividade promovida em Vila Rica (atual Ouro Preto) por meio da atuação do escravizado conhecido por Chico Rei, conforme nos apresenta Souza (2012):

Sobre a origem do Reinado de Itapecerica, o antigo capitão-mor evoca a figura mítica de Chico-Rei, segundo tradição oral, antigo soberano na África, escravizado e forçado pelo tráfico a migrar para os solos tupiniquins, mais especificamente para a região de Vila Rica: (SOUZA, 2012, p. 168)

Em entrevista com o Capitão-Mor Anielo D'Alessandro, este afirmou que “o nosso Reinado aqui começou por causa do Chico Rei, lá de Ouro Preto. Primeiro a festa era lá em Vila Rica, né, assim que fala?” Para Anielo (2019) as irmandades foram se inspirando na festa realizada pelo Chico Rei em Vila Rica e assim foram nascendo novos

eventos em diferentes cidades do Estado. Diferentemente de Anielo, o ex Capitão-Mor Zé Gominho afirmou em entrevista que já havia um “reinadinho” em Itapecerica e que o Chico Rei teria mandado o Reinado de Ouro Preto para lá, sendo ele o “manda-chuva” de outros Reinados nas redondezas (Giffoni, 1989, p. 25).

Passamos a descrever os ternos que participam da festividade em Itapecerica. As similaridades e especificidades, entre outras coisas, giram em torno de quais instrumentos são utilizados, a formação do grupo e o santo de devoção em sua bandeira. Assim, ao compreendermos características gerais de cada terno nos aproximamos do nosso foco de pesquisa que é analisar o sonoro e seus elementos circunvizinhos nesses processos de (re)construção de sentido no Reinado do Rosário de Itapecerica.

Todos os grupos são compostos por homens e mulheres e não há distinção de grupos femininos ou masculinos (ver figura 31). Apesar de não termos registrado nenhuma capitã itapecericana atuando na festa do ano de 2019, constatamos a presença de uma auxiliar de capitão no terno Marinheiro e uma capitã coordenando uma congada visitante. De forma geral, não encontramos nenhuma restrição à participação de mulheres nas funções dentro da festa, mas mesmo assim a grande maioria delas se encontra no papel de dançadoras, festeiras, cozinheiras ou atrizes nas encenações.

No Reinado dos Arturos, existem os ternos de Congo Masculino (farda azul com branco) e Congo Feminino (farda rosa com branco). Apesar da divisão entre masculino e feminino, observamos a participação de homens e mulheres em ambos os grupos, porém o grupo feminino é predominantemente composto de mulheres e vice-versa. Não registramos tal divisão no Reinado do Rosário de Itapecerica. Na figura a seguir, temos a imagem do Terno Marinheiro:

Figura 31: Terno Marinheiro de Itapecerica



Fonte: Acervo Paula Santos 2019.

Como participantes de Reinado de Itapecerica, presenciamos variáveis dentro desta festa ao longo dos anos, por exemplo, veremos a seguir que os ternos têm santos principais os quais ficam estampados em suas bandeiras, porém, além destes, outras divindades católicas também aparecem nas celebrações no palanque da festa, nos cantos ou como padroeiros de ternos convidados de outras cidades ou de outros Reinados dentro de Itapecerica, da zona rural ou dos distritos, podendo ser São Bento (padroeiro da cidade), São Domingos, Santa Ana, Nossa Senhora Aparecida, Divino Espírito Santo e Nossa Senhora da Guia. A seguir, apresentaremos um pouco das características ternos que presenciamos e que, de certa forma, apresentam-se mais perene dentro do que presenciamos.

2.7.1 O terno de marinheiros

A formação do Marinheiro consiste em: um capitão, dois caixeiros, um sanfoneiro, dois guias, quantos dançadores o grupo conseguir (pandeiro/espada) e um bandeireiro. A disposição padrão é a configuração em duas fileiras, preferencialmente do mesmo tamanho, em que cada uma é liderada pelo caixeiro seguido do guia e demais dançadores. O bandeireiro vai à frente do terno numa posição centralizada, já o capitão e sanfoneiro ficam no centro entre as duas fileiras. Entretanto, a formação pode variar de acordo com a presença de outros capitães, de festeiros ou por estarem em lugares e situações específicas que demandam alguma alteração ritual, alterações que descreveremos no capítulo seguinte.

O terno Marinheiro tem como santa padroeira a Nossa Senhora das Mercês. A bandeira com a imagem da santa é sempre levada à frente do grupo e seu nome aparece principalmente em versos improvisados do capitão e em orações especiais. Um exemplo da devoção do Marinheiro à Nossa Senhora das Mercês ocorreu nos dias de isolamento social em decorrência da pandemia do corona vírus, pois por meio de um áudio, no dia 31/03/2020, pelo aplicativo *whatsapp*, o capitão Geraldinho coordenou uma corrente de orações, formada pelos membros do terno, pedindo a intercessão da santa para livrar o mundo da doença. Para os congadeiros, um terno inteiro rezar para o santo de sua bandeira é uma das práticas rituais mais poderosas do catolicismo popular do Reinado, sendo recorrentemente associada a obtenção de graças e proteção.

Os instrumentos usados pelo terno são: pandeiros, sanfona, apito, espadas, ngoma/caixa e tamborim. Segundo o Capitão Geraldinho, “antigamente não usava pandeiro não, era reco-reco, as caixa e patangome” (Capitão Geraldinho, 2019). De acordo com os membros mais antigos do Marinheiro, os instrumentos foram se modernizando com o objetivo de atrair a participação dos mais jovens. Quando entrei no grupo ainda haviam dois reco-recos sendo usados e um patangome que só era usado para substituir algum pandeiro que estragasse, lembro-me que os mais novos, na época, achavam uma forma de castigo ter que tocar um destes instrumentos. Assim, os únicos instrumentos que permanecem como eram na época da criação do grupo são a ngoma, o tamborim, o apito e as espadas.

A ngoma ou caixa se faz presente em todos os ternos de Itapecerica e os tocadores são chamados de caixeiros, função de grande importância dentro do grupo, geralmente ocupada por duas ou três pessoas apenas e desempenha a função de liderança, fornecendo a base que os demais instrumentos devem seguir, pois existe uma hierarquia baseada no mito fundador e nas características sonoras. Ou seja, seu papel de destaque se deve pela sonoridade grave e também por ser o instrumento que, segundo a versão mais completa do mito fundador, foi usado para carregar Nossa Senhora do Rosário.

Os pandeiros são utilizados pela grande maioria dos membros do Marinheiro, fui iniciado neste instrumento quando ainda era criança. Seu método de ensino no grupo se baseia na imitação onde os novatos recebem o instrumento e são posicionados ao lado de alguém mais experiente para observar. A depender da situação o pandeiro desempenha um papel diferente variando entre marcar o tempo forte, fazer a subdivisão do ritmo das caixas ou reproduzir um som constante como um chocalho.

Também usadas pela grande maioria dos dançadores, as espadas fazem um papel coreográfico, porém, não podemos relegar o aspecto sonoro. As coreografias com as espadas possuem significados e simbolismos que trataremos no capítulo 3, por hora focamos-nos no aspecto sonoro. O som das espadas batendo umas nas outras é muito mais sutil que os pandeiros e pode ser usado para marcar o tempo forte durante a dança ou para fazer uma subdivisão do ritmo das caixas, porém os padrões rítmicos das espadas são mais lentos em relação aos pandeiros.

Os instrumentos de uso exclusivo dos capitães, tais como o tamborim e o apito são usados tanto para embelezar a apresentação quanto para dar comandos ao terno. O tamborim serve para mostrar aos caixeiros qual ritmo o capitão deseja que seja tocado e

o apito serve para dar comandos como parar, começar, acelerar entre outros. Quanto ao embelezamento, ambos podem ser usados para o capitão improvisar frases rítmicas com base no padrão das caixas, porém, pelo poder de projeção sonora, o apito é mais usado para esta função.

Outro instrumento que é recorrente nos ternos de Itapecerica é a sanfona, seu emprego nos cantos é igual em todos os ternos. Usada para dobrar a melodia do canto e fazer harmonias de acompanhamento. Cada terno tem um sanfoneiro, mas é comum que haja um substituto para revezamentos ou um segundo sanfoneiro que está aprendendo. Sempre que o capitão vai introduzir um novo canto, ele canta primeiro para o sanfoneiro que precisa tirar a melodia de ouvido e criar a harmonia com base no canto do capitão, essa harmonização segue um padrão tonal simples, com poucos acordes.

2.7.2 Catopé

A formação do terno é quase sempre igual à do terno Marinheiro, também sendo composta por: um bandeireiro, dois caixeiros, um capitão, um sanfoneiro e duas fileiras com vários dançadores. Assim como no Marinheiro, o Catopé também aceita o acréscimo de auxiliares ou aprendizes e o revezamento, principalmente entre capitães, caixeiros e sanfoneiros. A disposição básica do grupo durante os cortejos é a formação de duas filas lideradas pelos caixeiros, com o capitão e o sanfoneiro ao centro e o bandeireiro à frente de tudo levando a bandeira do santo.

Assim como nos demais ternos, São Benedito, o Santo de devoção do Catopé, aparece em sua bandeira e nos versos de seus cantos. Segundo a tradição do Reinado e de acordo com o catolicismo, o santo foi um escravo e, para a tradição do Reinado, foi um escravo muito bom cozinheiro, por isso é comum que, nos momentos das refeições, o santo seja lembrado, homenageado e solicitado para abençoar a mesa e a casa de quem oferece o alimento aos reinadeiros.

Os instrumentos do terno Catopé são praticamente os mesmos do terno Marinheiro, com a exceção das espadas. O terno usa: sanfona, pandeiros, caixas, tamborim e apito. As funções dos instrumentos também são as mesmas que no terno Marinheiro.

2.7.3 Vilão

A formação do grupo consiste na disposição de duas fileiras de dançadores lideradas pelo caixeiro com o bandeireiro logo à frente de todo o grupo. Entre as duas fileiras, ficam o capitão, o sanfoneiro e o violeiro ao centro, podendo variar conforme o local ou a situação demandarem. A dança, por exemplo, pode demandar formações variadas as quais Giffoni dedicou uma seção de seu livro a descrever as que observou e registrou em forma de desenho gráfico.

A bandeira do terno de Vilão leva a imagem de Santa Efigênia. Antes de se tornar uma santa católica, Efigênia foi uma princesa egípcia, originária da Etiópia (África) que contribuiu para a inserção do catolicismo em sua região. Por sua origem Africana e seu reconhecimento pela Igreja, a santa se tornou uma das padroeiras do Reinado.

Os instrumentos do Vilão são: caixas, varas, facas, violão, sanfona, reco-reco, apito e tamborim. As varas e facas do Vilão tem função semelhante às espadas do Marinheiro, com o diferencial de serem usadas durante a festa, os demais instrumentos são usados da mesma maneira que em outros ternos. O Vilão tem o diferencial de usar dois instrumentos harmônicos, o que reforça a preocupação do grupo com a harmonia e afinação dos acordes, que possuem mais notas agudas que os outros ternos, semelhante a folia de reis. O resultado sonoro do terno é mais leve e ágil, assemelhando-se às danças típicas europeias pois “[...] é dança de origem portuguesa, cujo nome equivale a morador na Vila ou camponês, [...]” (GIFFONI, 1989, p. 68).

2.7.4 Moçambique

A formação do grupo consiste em basicamente um bandeireiro que leva a bandeira do santo do terno à frente do grupo, um capitão, auxiliado ou não por outros capitães, dois caixeiros que se posicionam logo atrás do bandeireiro ficando um à esquerda e outro à direita, guardando espaço suficiente entre eles para ficar um capitão e um sanfoneiro ao centro. Logo atrás dos caixeiros ficam os dançadores com os demais instrumentos podendo formar duas filas, três ou se disporem de forma aleatória sem a formação de filas. O Moçambique é o terno, em Itapeceira, que dispõe de maior liberdade quanto à formação.

A santa do terno Moçambique é Nossa Senhora do Rosário, a padroeira do Reinado de Itapeçerica. Sua imagem é estampada na bandeira do grupo e seu nome aparece recorrentemente nos cantos e versos improvisados pelos capitães. Os demais ternos também prestam homenagens ou realizam cantos à santa, que por ser a principal da festa também é o centro das atenções na maioria dos rituais e rezas.

Os instrumentos utilizados pelo Moçambique são: gunga, patangome, tamborim, ngoma/caixa, apito e sanfona. O apito é de uso exclusivo do capitão e seus auxiliares, sendo usado tanto para dar comandos ao terno quanto para enfeitar os batuques mais animados. O acompanhamento rítmico dos cantos é realizado pelos instrumentos de percussão tocados pela grande maioria dos dançadores do terno. Entre a percussão, o tamborim é de uso exclusivo do capitão e seus auxiliares, tendo a função principal de pedir que as caixas realizem determinado padrão rítmico.

2.7.5 Personagens

Uma parte importante da festa do Rosário são os personagens representados por pessoas da comunidade, que buscam, por meio da encenação trazer ao presente figuras do passado relevantes na concepção da narrativa congadeira. A seguir passo a descrever alguns destes e o contexto no qual se inserem.

Representando uma importante personagem da história brasileira, todos os anos uma moça atua como a **Princesa Isabel**. A cada ano, uma pessoa diferente realiza essa tarefa e existe uma lista de espera para tal honraria. A Princesa Isabel é admirada, homenageada, escoltada pelos ternos de Reinado e se torna destaque nos meios de comunicação e publicidades sobre o evento. Além disso, tem o ápice de sua participação durante o grande cortejo e encenação de domingo, ocasião que mobiliza todos os ternos participantes, convidados, atores representando os escravizados e autoridades políticas e da Igreja.

Ao final das encenações de domingo, cabe a Princesa Isabel o papel de realizar a leitura da lei áurea de cima do palanque, interrompendo a execução de sentença de um escravo condenado a morte pela força e anunciando o fim da escravidão como uma forma de representar resumidamente os fatos históricos da época. Tal momento tem toda uma simbologia especial dentro da programação da festa e se faz um poderoso meio de

divulgação da história da escravidão em Itapecerica, contando com milhares de espectadores e não raro com a cobertura das imprensas, local e regional.

O **Rei e a Rainha da coroa grande** também são personagens escolhidos todos os anos e coroados durante a festa. As coroas usadas por estes festeiros são de prata, sempre passadas pelo Rei preto que tira a coroa do Rei e da Rainha da Coroa grande do ano anterior e entrega aos coroados para o próximo ano. As coroas passadas estão no Reinado de Itapecerica desde o ano de 1800 (Giffoni, 1989, p.61).

Diferentemente dos anteriores, o **Rei e a Rainha perpétuos** são títulos hereditários, passados de pai para filho desde o início do Reinado de Itapecerica. Em 1989, eram o Rei Alberto de Carvalho e a Rainha Benedita Maria (Giffoni, 1989, p.57). São os mais importantes festeiros do Reinado, sendo atribuída a eles uma simbologia espiritual e uma posição de liderança dentro da comunidade.

Ao final da festividade do Reinado, ocorre a festa da colheita. Trata-se de um pequeno evento dentro da festa maior do Reinado, onde a moça que angariar mais “votos” (representados por doações) será eleita a **Rainha da Colheita**. Os recursos financeiros obtidos pela eleição da Rainha são empregados nos custos da festa do Reinado para o próximo ano.

O **Capitão Mor** desempenha a função de liderar todos os capitães de todos os ternos do Reinado e administrar a festa para que tudo ocorra de forma a agradar aos festeiros e aos santos. Como símbolo de tal autoridade o capitão usa um bastão especial. O senhor Anielo D’Alessandro (atual Capitão Mor), recebeu o bastão comemorativo de 60 anos de dedicação ao Reinado do Rosário de Itapecerica durante a celebração da missa conga. Por respeito às tradições ancestrais, não descreveremos como este bastão é preparado, porém daremos detalhes, no terceiro capítulo, sobre o ritual para se fazer um bastão comum de capitão.

Os **festeiros de promessas** são Reis, Rainhas, Príncipes e Princesas que fizeram uma promessa a algum dos santos do Reinado. Em troca de se obter uma graça desejada, estes devotos se comprometem a vestir-se e sair nos cortejos do Reinado, bem como realizar doações e oferecer lanches aos reinadeiros. Portanto, são temporários e sua participação na realeza dura apenas enquanto cumprem a promessa.

Uma herança clara da África cristianizada, são os festeiros chamados de **mordomos**, terminologia análoga aos ajudantes das cortes congolosas e portuguesas. São

auxiliares dos Reis e Rainhas perpétuos e da Coroa Grande, ajudando a carregar as imagens dos santos e outras tarefas. Os mordomos desempenham um importante papel nas procissões, missa conga, cortejo de domingo e no levantamento dos mastros.

Os ternos, sua formação, os santos homenageados, a instrumentação musical, os personagens, além de outros aspectos não mencionados, possuem significados que vão além do físico. De fato, este é o foco central do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3: A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NO REINADO DO ROSÁRIO DE ITAPECERICA

3.1 Signos: buscando um entendimento

Nos capítulos anteriores partimos da construção na crença católica europeia em Nossa Senhora do Rosário, passando por sua inserção na África e sua chegada ao Brasil. Demonstramos como o choque cultural contribuiu para um catolicismo popular com características bantu, o qual se encontra em várias cidades mineiras e em suas manifestações, como podemos constatar no congado. Após trazeremos apontamento sobre o Reinado do Rosário, no capítulo 2, seguindo o modelo de Bakhtin trataremos de algo mais específico, qual seja, a construção de sentidos utilizados nos rituais dessa festa, pois como o autor afirma [...] “o nosso trabalho caminha do geral e abstrato para o particular e concreto.” (VOLÓCHINOV; BAKHTIN, 1929, p. 88).

É inegável que o contexto sócio-histórico-cultural tem um papel fundamental na construção de sentidos de toda a comunicação simbólica, Bakhtin chama esse contexto de Esfera Discursiva. Neste capítulo trataremos principalmente desta no Reinado do Rosário de Itapecerica, onde circulam discursos³¹ particulares dessas tradições. Por isso foi necessária a passagem histórica anterior, possibilitando focarmos no presente com a segurança de abordarmos questões que antecederam e contribuíram com os rituais reinadeiros, seus signos e seus sentidos.

³¹ Analisando as diversas formas de discurso nas obras de Bakhtin, principalmente no livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (BAKHTIN, 1929), podemos considerar que o discurso existe por meio de enunciados concretos e singulares, provenientes dos sujeitos discursivos de uma ou outra esfera da atividade social e da comunicação.

Salientamos que, assim como afirma Ângelo Cardoso (2001, p. 110) que “um evento singular pode ter mais de uma interpretação, não apenas em contextos diferentes, mas também no mesmo contexto”, as interpretações sobre os sentidos no Reinado dependem de quem interpreta, do seu nível de envolvimento na tradição e sua experiência, portanto, não podemos deixar de considerar a história pessoal e as crenças que fazem com que participantes com características semelhantes, ainda assim, entendam os sinais de formas distintas.

E as variáveis se estendem, pois, quando um discurso específico se apresenta investido de certos sentidos dentro de um ritual religioso, carrega consigo o resultado de uma sequência vinda de discursos anteriores cujo princípio exato, muitas vezes, é impossível de ser determinado. Ainda que tenhamos escolhido partir da formação católica da crença em Nossa Senhora do Rosário, como fizemos no primeiro capítulo, este é apenas um dos pontos históricos possíveis, uma vez que o próprio catolicismo tem uma história anterior. Sendo assim, para descrevermos os processos de formação de sentido dentro do contexto reinadeiro, facilita-nos delinear o tipo de discurso em questão.

Faz-se inviável, no entanto, qualquer tentativa de refazer o caminho do discurso até a origem primitiva pois, em conformidade com Bakhtin e Volóchinov (1929), acreditamos que o primeiro discurso só é possível em um cenário ideal. Para os autores, por exemplo, apenas o mítico Adão bíblico talvez possa ser o emissor do primeiro discurso. Com essa analogia, os autores tentam demonstrar que não há discurso que não seja o produto de outros discursos anteriores e ao longo deste capítulo verificaremos tal afirmativa.

Entretanto, a identificação de momentos pontuais no tempo e espaço, como os que descrevemos nos capítulos anteriores, tal como a escravidão, facilitará nossa comunicação e entendimento nos dando segurança para que se estabeleçam relações entre os sentidos sonoros das palavras e, no caso, suas heranças africanas presentes no Reinado do Rosário de Itapecerica, salientando que, como foi apresentado, tais heranças já traziam elementos europeus.

Ou seja, os elementos simbólicos e seus respectivos sentidos se sobrepõem, tornando sua separação algo, muitas vezes, menos interessante de se realizar, visto que determinados elementos costumam estar emaranhados em seu contexto e sua seção pode dificultar o entendimento de seu significado dentro do todo. Entretanto, visando uma organização didática, optamos por dividir os signos que compõem o gênero reinadeiro em três categorias: sonoro verbal, sonoro não verbal e não sonoro, mas, antes de

analisarmos e exemplificarmos cada uma destas categorias, faz-se mister algumas ponderações sobre o conceito de signo.

O signo, segundo Bakhtin e Volóchinov (1929) é ideológico e material ao mesmo tempo e “onde não há signo também não há ideologia” (VOLÓCHINOV; BAKHTIN, 1929, p. 91). Como demonstraremos nos exemplos observados em Itapecerica, a característica ideológica dos signos é abstrata e consequência de toda a história anterior somada ao presente ao passo em que a face material do signo é concreta e objetiva.

Além de ideológico, o signo traz consigo uma carga dialógica, relacional e casuística. Um objeto físico qualquer pode se tornar um signo, desde que inserido e reconhecido em um contexto. Pode deixar de comunicar, de fazer sentido ou ter este transformado quando extraído de seu contexto, pois “o objeto físico é transformado em um signo. Sem deixar de ser uma parte da realidade material, esse objeto, em certa medida, passa a refratar e a refletir outra realidade.” (VOLÓCHINOV; BAKHTIN, 1929, p. 92). Essa característica permutável torna possível que um mesmo objeto seja signo em diferentes contextos, com diferentes sentidos e, ao mesmo tempo, não deixe de ser um objeto da realidade concreta.

Muitas vezes, outros objetos concretos são acoplados a um primeiro quando se quer enfatizar a mudança de sentido do signo devido ao novo contexto, justamente para acentuar o novo significado que lhe será atribuído. Sendo assim, não que seja regra, mas, por exemplo, é comum a prática de se ornamentar os instrumentos e outros objetos do Reinado usando-se fitas coloridas, rosários, flores, entre outros. Desta forma, um objeto que teria um sentido, em outros contextos, adquire qualidades especiais que comunicam sua importância, sua nova função, dentro da esfera discursiva do Reinado. Considerando os chapéus dos dançadores do terno Vilão de Itapecerica como exemplo, podemos inferir que as fitas coloridas acrescentadas a eles geram novos significados, comunicando que são parte da farda deste grupo específico. Nesse caso o chapéu ornamentado é um objeto do Reinado que identifica os dançadores do terno. No entanto, se observarmos um chapéu desses fora do Reinado, sem as fitas coloridas e sem nenhuma outra ornamentação, tornam-se objetos físicos com outros sentidos como: chapéu de boiadeiro, de peão, de sertanejo etc.

Desta forma, todo objeto que já existe pode se tornar um signo e seus significados são dinâmicos. Para Bakhtin e Volóchinov “os signos também são objetos únicos e materiais e qualquer objeto [...] pode se tornar um signo” (VOLÓCHINOV; BAKHTIN, 1929, p. 93). Tendo estas características como referência, buscamos descrever os signos

e categoriza-los conforme nos foi permitido, respeitando os limites de acesso que o pesquisador teve em decorrência de sua inserção na comunidade e o aconselhamento dos capitães Anielo e Geraldinho.

3.1.1 Signos sonoro-verbais: A importância da fala

“[...] A realidade da palavra, como a de qualquer signo, está localizada entre os indivíduos e é produzida por meio do organismo individual, sem a ajuda de quaisquer instrumentos e sem nenhum material extra corporal. Isso determinou o fato de que a palavra se tornou o material sógnico da vida interior: a consciência (discurso interior).”
(BAKHTIN, 1929, p. 100)

Os signos verbais ocorrem por intermédio da palavra, dos sons verbalizados. No Reinado, esta categoria de signos compreende as letras dos cantos, os versos e recitativos. Sobre estes, encontramos uma grande variedade de significados e relações complexas nas quais, algumas, pretendemos apresentar a seguir, sem o intuito de esgotá-las no presente trabalho, mas visando a intenção de exemplificar quão ricos são os sentidos dentro do discurso reinadeiro e como estes possuem relações dialógicas com outros contextos, sejam sociais, culturais ou históricos.

De fato, detectamos muitos cantos que exemplificam o diálogo entre passado e presente, haja vista o uso atual sobre temáticas históricas passadas, por exemplo, como a diáspora. Esse assunto é tão marcante nos cantos que, para nos situarmos melhor, nos permitiremos dissertar um pouco sobre ele e alguns de seus desdobramentos.

3.1.2 A diáspora: a busca da ancestralidade, as adaptações ao novo e a relação dialógica entre passado e presente

A diáspora é uma das grandes influências temáticas das letras dos cantos reinadeiros em Itapeçerica. Por sua vez, como veremos, as letras encontram eco representativo nos acompanhamentos sonoros que são realizados por meio de instrumentos musicais. Neste ínterim, buscamos primeiramente entender o que é a diáspora para, então, tecermos comentários sobre a sua representatividade temática nas tradições do Reinado do rosário.

De acordo com o teórico cultural e sociólogo, Stuart Hall (2003), o termo diáspora tem origem no Holocausto judeu, todavia ele leva em consideração toda a história anterior partindo do êxodo judeu descrito no antigo testamento. Assim como temos feito em nosso trabalho, Hall (2003) fez uma escolha de marco histórico, a qual julgou mais adequada à sua pesquisa, conforme suas inferências e dados.

A investigação de Hall centra-se no processo utilizado pela diáspora africana e acrescenta contribuição relevante porque envolve a diversidade da propriedade envolvida no estabelecimento de vínculos e intercâmbios culturais no território colonial britânico e, neste caso, podemos estabelecer uma relação semelhante com as colônias portuguesas, tal como foi com o Brasil (SOUZA, 2012). Com tantas variáveis, considerando o êxodo dos escravizados africanos para o Brasil e conseqüentemente para Itapecerica, “como podemos conceber ou imaginar a identidade, a diferença e o pertencimento, após a diáspora?” (HALL, 2003, p.28)

Questionamento relevante e um tanto quanto complexo que, diante do levantamento histórico que realizamos, relaciona-se aos fatos da escravidão e da religiosidade com o fundamento nas tradições reinadeiras em Itapecerica, onde consideramos todo o processo de atribuição de sentidos do Reinado a um objetivo maior, qual seja, a manutenção do sentido de pertencimento, principalmente, africano, resultando na formação da identidade cultural. Nesta perspectiva, os rituais, as danças, os batuques, os cantos e suas relações com outras religiões de origem comum estariam simbolizando, entre outras coisas e apesar do dinamismo que o tempo ocasiona, uma memória coletiva ancestral africana, pois, “[...] a escravização não destruiu integralmente hábitos, maneiras de pensar e sentir de suas vítimas.” (NEVES, 2018, p.88)

Mais que uma “forma africana” de cultuar santos católicos, trata-se de uma devoção genuína ao Rosário; uma espiritualidade *sui generis* forjada a partir da experiência violenta da diáspora, mas que segue em movimento, é dinâmica. Uma espiritualização da experiência do cativo que junta (e atribui novos sentidos), em uma mesma malha – em um mesmo terno, em um mesmo reino –, Nossa Senhora do Rosário, Iemanjá, pretos-velhos e caboclos, escoras, antepassados, reis e rainhas congos. (NEVES, 2018, p.13)

Mesmo com toda a violência advinda do processo escravocrata, o “pertencer” não foi apagado das práticas dos escravizados no Brasil, que se utilizou de elementos remanescentes do passado para reforçar esta narrativa, focando em tais elementos e

mesmo adquirindo novos significados: “[...] a presença de traços da cultura africana que foram resistentes ao processo da diáspora e que também foram identificados no interior das Irmandades, sendo ressignificados a partir das estruturas de seu contexto” (RABELLO, 2018, p.37). Assim, podemos inferir que estes processos de busca da manutenção da identidade, da diferença e do pertencimento, encontrados na Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Itapecerica, foram e continuam sendo essenciais para uma série de narrativas, entre essas o discurso da ancestralidade.

Em decorrência da grande presença de escravizados e alforriados em Itapecerica a partir do século XVIII, não raro a ancestralidade se comprova nas relações familiares dos reinadeiros. Ao questionarmos como a tradição chegou à família do Capitão Mor Anielo D’Alessandro, obtivemos a seguinte resposta: “minha avó era negra e meu avô era italiano, ele conheceu o rosário por causa dela.” (Capitão Mor Anielo D’Alessandro, 2020). “O que é sempre reforçado, portanto, é que, a despeito da heterogeneidade étnica desses escravos, havia entre eles uma identidade básica que fundamentou a constituição de novas comunidades a partir da diáspora imposta pelo tráfico negreiro.” (SOUZA, 2014, p. 158-159)

A violência da escravidão, forçou a chegada de milhares de escravizados a Itapecerica, onde suas tradições e religiosidade encontraram maneiras de continuar se expressando, mesmo em um contexto de dominação da cultura europeia e, concomitantemente, do catolicismo. Podemos considerar o Reinado do Rosário, senão a maior, uma das maiores expressões deste pertencimento africano neste local, cujo mito fundador se apoia na fé em Nossa Senhora do Rosário, atribuindo-lhe a graça da liberdade.

“A pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidades [...] podem forçar as pessoas a migrar, o que causa o espalhamento — a dispersão. Mas cada disseminação carrega consigo a promessa do retorno redentor” (HALL, 2003, p.28). Assim nascem os mitos pós-diáspora, do desejo de um retorno redentor ou uma salvação com a intervenção divina, tal como o mito fundador do Reinado de Itapecerica. Mito que não deve ser tomado como uma narrativa simplória, pois sua propagação evidencia, mesmo que tacitamente, uma funcionalidade. Como observa Claude Levi-Strauss (1978) não faz sentido atribuir um caráter puramente fantasioso aos mitos, uma vez que,

As histórias de carácter mitológico são, ou parecem ser, arbitrarias, sem significado, absurdas, mas apesar de tudo dir-se-ia que

reaparecem um pouco por toda a parte. Uma criação «fantasiosa» da mente num determinado lugar seria obrigatoriamente única – não se esperaria encontrar a mesma criação num lugar completamente diferente.(LÉVI-STRAUSS, 1978)

Ainda sobre o contexto da diáspora, perguntamos ao Capitão Mor qual a importância do Marinheiro e sua resposta foi: “ah! os marinheiros portugueses tinham muita dó dos pretos, as vezes eles arriscava e desobedecia às ordem pra ajudar os pretos a aguentar a viagem que não era fácil.” (Capitão Mor Anielo D’Alessandro, 2020). Então, questionamos: O marinheiro ao qual o senhor se refere atuava nos navios negreiros? E a resposta foi: “É esses aí também, eles também estava longe de casa, tinha que ficar muito tempo no mar.” (Capitão Mor Anielo D’Alessandro, 2020).

A temática apresentada na fala do Capitão, referente aos marinheiros no tráfico de escravos, também é encontrada nos cantos do terno de Marinheiro de Itapecerica e têm relação direta com o tráfico de escravos praticado pelos navios portugueses a serviço de Portugal e do Reino do Congo.

Para nosso trabalho, analisamos alguns dos cantos mais recorrentes do terno de Marinheiros que fazem alguma alusão às navegações ou a questões diretamente ligadas à diáspora africana. Após selecionar alguns cantos, pedimos permissão aos capitães para apresenta-los neste trabalho. Os cantos permitidos pelos capitães foram analisados principalmente quanto ao sentido de suas letras, seus acompanhamentos e usos durante a festa.

“É importante observar que os repertórios de símbolos nem sempre são conhecidos integralmente pelos membros de uma dada comunidade” (CARDOSO, 2001, p. 113), ou seja, ainda que eu seja membro do terno Marinheiro, isso não significa que eu conheça todos os mistérios da tradição. Como dançador eu tenho acesso até onde os capitães permitem que os dançadores da minha idade saibam. Assim, cada membro da comunidade tem um tipo de acesso particular aos conhecimentos da tradição em um sistema complexo de transmissão e guarda dos saberes tradicionais. Desta maneira, consideramos a significação e a atribuição de sentidos um ato coletivo e dialógico, conforme o dialogismo de Bakhtin (1929) e assim também ocorre com a música, pois esta [...] “não se pode transmitir, ou ter significação, sem associações entre pessoas”(BLACKING, 1976, p. 2)..

Em um olhar mais aguçado sobre o canto “Marinheiro é hora”, cujo sons representamos em uma transcrição realizada a partir do que foi apresentado pelo terno Marinheiro durante o Reinado do Rosário de Itapecerica na edição de 2019, onde o

sentido do canto representa para o público, em geral, as viagens realizadas pelos marinheiros portugueses com os navios negreiros, podemos encontrar o dialogismo com o passado em elementos musicais, uma vez que sua melodia com características tonais se inserem em um universo com rituais de origem afro, demonstrando a coexistência de influências de origens distintas em um mesmo contexto. Ou seja, consciente ou não, o Reinado mantém uma relação dialógica com o passado e com culturas diversas, pois como observa Fiorin, ao analisar as relações dialógicas entre o passado e o presente sob a ótica Bakhtiniana, “o gênero vive no presente, mas lembra-se de seu passado, de sua origem, conserva a memória artística no processo de evolução” (FIORIN, 2011, p.56). Considerando o gênero do discurso reinadeiro, uma construção social, concordamos com Fiorin que,

Numa formação social determinada, **operam o presente**, ou seja, os múltiplos enunciados em circulação sobre todos os temas; **o passado**, isto é, os enunciados legados pela tradição de que a atualidade é depositária, e **o futuro**, os enunciados que falam dos objetivos e das utopias dessa contemporaneidade. [...] O passado serve para entender o presente. (FIORIN, 2011, p.22 e p.76)

Na figura seguinte apresentamos a transcrição de um dos cantos do terno Marinheiro.

Figura 32: Canto - Marinheiro é hora³²

Marinheiro é hora
Capitão Geráldinho
Transcrição: Idalmo Santos

♩ = 112

Vozes/sanfona
Pandeiros
Ngomas

9
Vozes/sanfona
Pandeiros
Ngomas

15
Vozes/sanfona
Pandeiros
Ngomas

Fine D.S. al Fine

Fonte: Transcrição do autor³³

³² Salientamos que, com relação a este canto, especificamente, foi-nos permitida a transcrição da melodia, letra e ritmos de acompanhamento.

³³ Optamos por não disponibilizar arquivos de áudio e vídeo colhidos durante o trabalho de campo por respeito a religiosidade ao evitar que tais materiais possam ser reproduzidos em contextos inadequados sem as devidas autorizações.

Bahktin também fala sobre o dialogismo social. Segundo ele “cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação sócio ideológica” (BAHKTIN, 1929, p.34). Fiorin, ao estudar sobre a comunicação nas relações sociais, baseando-se nas obras de Bahktin, descreve o processo pelo qual um enunciado é aceito por grupos com diferentes interesses.

A relação contratual com um enunciado, a adesão a ele, a aceitação de seu conteúdo faz-se no ponto de tensão dessa voz com outras vozes sociais. Se a sociedade é dividida em grupos sociais, com interesses divergentes, então os enunciados são sempre o espaço de luta entre vozes sociais, o que significa que são inevitavelmente o lugar da contradição. O que é constitutivo das diferentes posições sociais que circulam numa dada formação social é a contradição. O contrato se faz com uma das vozes de uma polêmica. (FIORIN, 2011, p.19)

A fala do autor pode ser verificada em canções presentes nos Marinheiros como a apresentada na transcrição da figura 1, pois, não coincidentemente, existe um ponto de Umbanda com letra semelhante. O ponto³⁴ “Marinheiro é hora” é recorrente em sites de letras para canções de Umbanda. No site “Umbanda Consciente”, encontramos:

Ponto Marinheiro é hora no site “Umbanda Consciente”:

Seu Marinheiro é hora
É hora de vir trabalhar
É céu é terra é mar
Oh marinheiro no balanço do mar
(CONSCIENTE, 2020, p. 01)

No site “Pontos de Umbanda”, editado pelo autor Pablo Garrido, encontra-se disponibilizada também uma letra semelhante atribuída ao ponto “Marinheiro é hora”:

Marinheiro é hora
É hora de vir trabalhar
Marinheiro é hora
É hora de vir trabalhar
É pau, é chuva, é pedra
Marujo nas ondas do mar
É pau, é chuva, é pedra
Marujo nas ondas do mar
Marinheiro é hora
É hora de vir trabalhar
Marinheiro é hora
É hora de vir trabalhar

³⁴ Nome dado às canções que se realizam nos rituais dessa religião.

É pau, é chuva, é pedra
 Marujo nas ondas do mar
 É pau, é chuva, é pedra
 Marujo nas ondas do mar
 (GARRIDO, 2020, p. 01)

Esta semelhança entre os cantos não é casual pois, segundo Cezar (2012), pertencer a religiões afro-brasileiras, mais especificamente à umbanda, é bastante comum no contexto da Congada, o que explicaria a presença de elementos semelhantes entre ambas as manifestações. Esta religião oferece aos congadeiros e moçambiqueiros uma organização de conceitos e práticas próprias da festa, mas para as quais se dispersam as explicações dos costumes expressas pelos capitães e benfeitores, intencionalmente oferecidas de forma parcial e fragmentária. Desta forma, os recém-chegados, já iniciados na umbanda, reconhecerão os diversos códigos e etiquetas da matriz de origem africana presentes no Reinado, o que lhes permite o diálogo e consequente acesso de forma relativamente mais rápida às pessoas em posições hierárquicas mais elevadas, devido ao seu conhecimento prévio.

Trabalhos anteriores como “O dossiê de registro do Reinado de Nossa Senhora do Rosário em Betim: discursos paralelos ou entrecruzamentos?” levantaram dados que demonstram haver diferentes opiniões entre os próprios congadeiros sobre a presença e influência de religiosidades africanas na festa. Como descreveu a autora Aline Pinheiro Brettas (2014) sobre os manifestantes, menciona-se

[...] uma reserva em relação ao espiritismo e às manifestações de origem mais voltadas para a cosmovisão africana, por parte dos congadeiros próximos ao catolicismo, o que gerou também conflitos familiares. Outros participantes, por outro lado, já vêm com mais naturalidade a relação com a umbanda e o candomblé, e percebem o sincretismo destas expressões religiosas com a devoção santeira (BRETTAS, 2014, p.62).

O diálogo com outras manifestações não se restringe à esfera religiosa pois, outros autores, como Melina Teixeira Souza (2011), Aline Pinheiro Brettas (2014), Talita Viana Neves (2018) e Kelly Araújo Rabello (2018), também mencionam a semelhança de cantos/pontos presentes em manifestações distintas. Para a autora, vários desses cantos - como outros versos cantados durante o Reinado que não têm relação direta com os guias ou caboclos - são comuns à umbanda, pontos de jongo, versos de partido-alto e capoeira.

Considerando as múltiplas reelaborações de elementos semelhantes entre grupos culturais distintos, tentar separar as características religiosas dentro de manifestações como o Reinado do Rosário, pode ser uma tarefa muito difícil ou mesmo inviável,

Ou seja, precisei aprender a não “abrir gavetas”, uma para o catolicismo, outra para a umbanda, outra para o Congado, como se estas coisas não pudessem estar todas no mesmo arquivo. Necessitei, ao invés disso, entender este Congado como uma teia, composta de diversas histórias, crenças, motivações e práticas que, unidas, formam o coletivo da experiência congadeira (RABELLO, 2018, p.66).

Concordamos com Rabello (2018) que não vale a pena tentar “abrir gavetas”, até mesmo por respeito à tradição, cuja história dialógica se relaciona com o atual, têm uma África ancestral também plural e a qual fundiu-se no novo mundo. O sentido a ser dado aos elementos dentro do congado deve ser observado, sempre que possível, levando-se em conta o todo. Desta forma, há que se considerar a complexa relação entre as crenças ancestrais e o catolicismo opressor cuja perseguição obrigou adaptações e restrições para religiosidades diferentes da dominante. Em suma, não cabe aqui discutir o quanto de umbanda, candomblé e outras tradições pode ser encontrado na manifestação reinadeira, mas se faz inevitável reconhecer a base comum, qual seja, a ancestralidade africana a qual, não esqueçamos, já trazia elementos católicos.

Como demonstramos nos capítulos anteriores, Itapecerica possui um passado escravista cujo contexto religioso era dominado pela Igreja Católica. Não nos espanta que estratégias para sobreviver naquele contexto ainda resistam ao tempo, uma delas pode ser o ato de se “evitar” letras que fazem qualquer menção a temáticas puramente africanas, talvez como consequência do esforço para deixar tais manifestações sobre o controle da Igreja resultando em muitas adaptações por parte das festividades de origem afro no intento de se adequar às exigências do catolicismo.

Assim, a romanização do catolicismo brasileiro só poderia ser efetivada na medida em que o poder religioso fosse totalmente transferido dos leigos para os clérigos. Ao promover tal centralização, o clero passou a exercer um controle cada vez mais acirrado sobre todas as manifestações religiosas, combatendo, enfaticamente, aquelas que não se enquadrassem nos limites permitidos. (JURKEVICS, 2004, p. 41)

Apesar da busca de se evitar à menção ao passado africano, é relativamente fácil encontramos referências ao que poderia ser compreendido como um sentimento de pertencimento à ancestralidade como, por exemplo, registramos menções em um pôster fixado nas proximidades da praça do bairro Alto do Rosário, com o título “Grande Reinado do Rosário”, onde havia os seguintes dizeres:

“Cânticos linhas de Angola Catopés,
Congo e Marujos saudando a Senhora do **Rosário**
festejando as coroas do **Rosário**
com fé a história do Reinado do **Rosário**”
(FIGURA 33, 2019, negrito nosso).

Como podemos observar na figura a seguir:

Figura 33: Poster afixado durante a festa do Rosário



Fonte: Acervo Paula Santos 2019

Tais dizeres nos permitem inferir um diálogo entre passado e presente, visto que por “Marujos”, entendemos os ternos de Marinheiro participantes da festa na atualidade,

mas também os marujos dos navios negreiros mencionados pelo Capitão Mor Aniello D'Alessandro; por “Congo”, os ternos de Congadas e o país de origem de muitos escravos; o termo “Rosário” e suas implicações já vigoravam na antiga África e foram transportados para o Novo Mundo; e, por fim, a expressão “linhas de Angola” nos remetendo a características atuais de seus seguidores, mas também a outra região de onde se originou muitos escravos. Isto é, encontramos aqui um sentido duplo que pode variar a depender da ótica em que se coloca.

Tantas menções ao passado nos remetem ao sentimento e a necessidade de “pertencer”. Informações dadas pelo capitão Mor Aniello reforçam, no que diz respeito à determinadas ações dentro dos rituais, esta busca do passado referencial. Segundo ele, a partir daquele ponto onde foi colocado o aviso apresentado na figura 33, os ternos participantes da festa precisam direcionar seus cantos e versos aos temas do rosário, de alguma forma, focados na escravidão. Esta seria uma das medidas por ele implementada para manter a tradição e o repertório antigo para que este não deixar de ser usado pelos capitães mais novos. Salientamos, aqui, que, neste caso, os sentidos das letras e seu objetivo está claro para o capitão que procura mantê-los como parte da tradição.

Este recurso demonstra o uso da oralidade como forma dialógica de transmissão de saber. No entanto, deve-se questionar a narrativa de que tal diálogo é passado apenas através deste mecanismo, como nos aponta Cardoso (2006) sobre a música de candomblé e o mesmo apontamento pode ser utilizado nos Reinados,

Indivíduos nascidos e criados em casa-de-santo, não necessitam adquirir a maioria dos conhecimentos através de questionamentos, visto que a observação já lhes garante grande parte das respostas. Também, muitas vezes, esse conhecimento já lhes é, por assim dizer, natural, uma vez que o adepto nascido no terreiro, por crescer vendo determinados comportamentos, os incorpora em seu cotidiano. Dessa forma, assim como em qualquer forma de aprendizagem humana, **a observação, a tradição oral e a incorporação comportamental, são mecanismos importantes na aprendizagem do candomblé.** Essas três formas de aprendizagem têm sido o pilar do ensino nessa religião. (CARDOSO, 2006, p.207, negrito nosso)

O autor também nos conta que o ensinamento através da escrita também é utilizado no candomblé já faz algumas décadas (CARDOSO, 2006, p. 207). Também nos deparamos com esta forma de transmissão de conhecimento em nossa pesquisa de campo. Nos foi permitido, por exemplo, ter acesso a um antigo caderno de anotações do ex

Capitão Mor, José Gomes Filho, também conhecido como capitão Zé Gominho, cujo título na capa é “Cópia dos Mouros” e de onde retiramos muitas informações que, de alguma forma, remetem-nos à diáspora devido ao seu conteúdo, o qual, de uma forma ou de outra, nos conduz ao passado onde o tráfico de escravos utilizava-se inevitavelmente das navegações, tema muito presente neste Caderno.

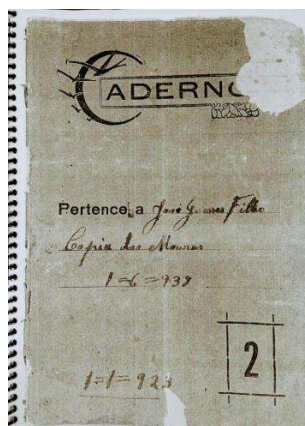
As informações contidas nele, além de, entre outras coisas, indicarem-nos a longevidade da festa em Itapecerica, remetem-nos à sobreposição de signos, uma vez que descreve a simultaneidade de dois tipos de signos distintos: o sonoro-verbal, já mencionado e o sonoro não verbal, no caso, a cenografia. De fato, as encenações estão presentes em grande parte dos rituais dos Reinados, sobrepondo outros tipos de signos, como veremos ao longo deste capítulo.

3.1.3 O diálogo entre passado e presente prossegue em signos sobrepostos: o sonoro-verbal e o cenográfico

Retornando ao documento mencionado, está datado de “01/01/923” e suas primeiras páginas trazem os versos que eram cantados na encenação onde, através de personagens Mouros, se recriava uma batalha naval. Segundo o Capitão Aniello D’Alessandro, havia inclusive um cenário que era montado para representar uma nau.

Na figura a seguir temos a capa do caderno que apresenta duas datas: 01/06/938 e 01/01/923. De acordo com o Capitão Aniello, a primeira é a data em que Zé Gominho provavelmente realizou a cópia e a segunda é a data do caderno de quem ele copiou. Os versos apresentam uma narrativa que, provavelmente foi usada na referida encenação dos, em Itapecerica.

Figura 34: Caderno - Cópia dos Mouros

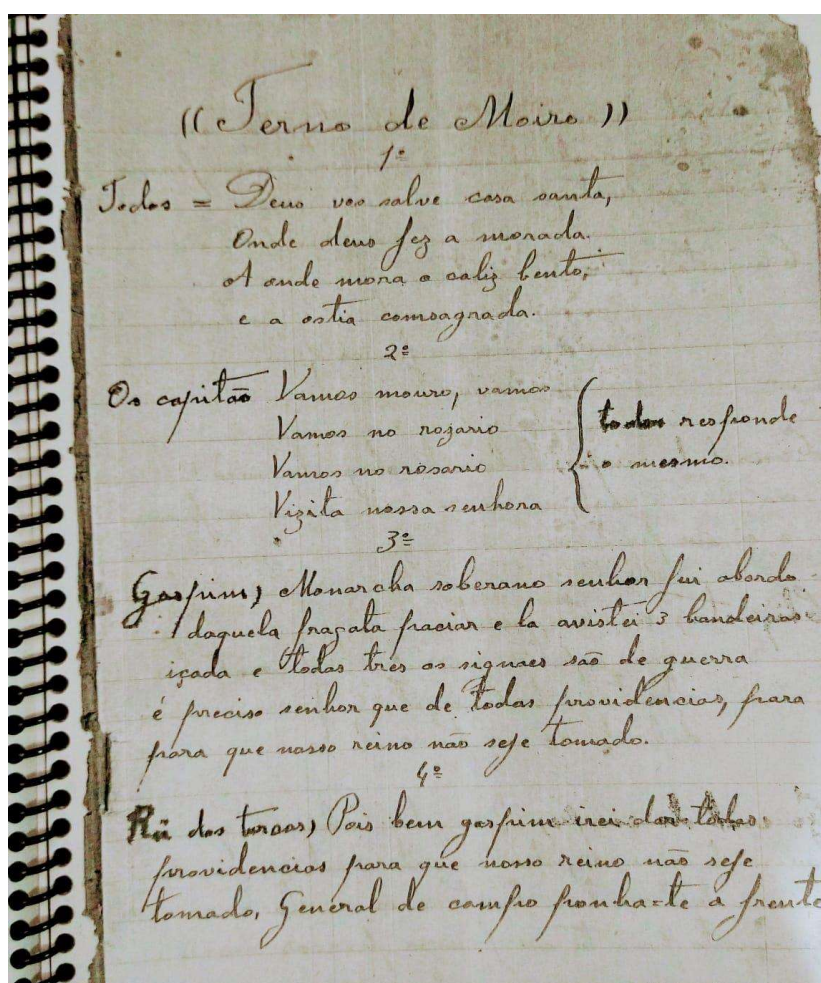


Fonte: José Gomes Filho 1938

Na primeira página, Zé Gominho já identifica as anotações com o título: “terno de Moiro”, o que consideramos se tratar do já extinto terno dos Mouros. Em seu conteúdo, podemos observar que houve uma preocupação com a organização dos manuscritos, deixando claro onde são versos cantados por todos, só pelos capitães ou outras personagens da encenação. Assim, no primeiro verso, marcado para ser realizado por todos, encontramos uma letra ainda muito usada pelos ternos durante o Reinado e também presente em outras manifestações como a folia de reis.

Apresentamos a imagem da página com o referido verso na figura a seguir:

Figura 35: Primeira página do caderno Cópia dos Mouros



Fonte: José Gomes Filho 1938

Temos os seguintes dizeres no manuscrito:

“Deus vos salve casa santa,
 Onde Deus fez a morada.

A onde mora o caliz bento,
e a ostia consagrada.”

(Caderno Cópia dos Mouros, 1923, p.1)

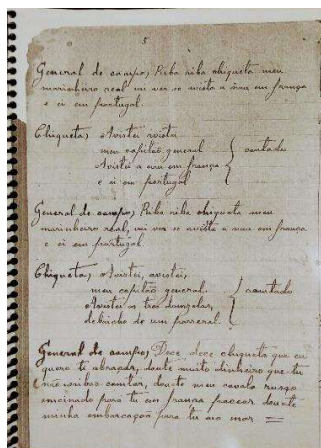
Além da mencionada folia de reis, que mantém semelhanças com os Reinados, como a religiosidade, por exemplo, podemos utilizar esta letra para exemplificar o diálogo que há entre manifestações culturais de caráter distintos, visto que Milton Nascimento, compositor da música popular brasileira se inspira nesta para lançar o sucesso musical “Calix Bento”, em 1976, onde outras características, além da religiosidade, imperam.

Já no contexto dos Reinados, este verso é muito usado em visitas dos ternos aos festeiros em suas casas e seu sentido tem a função de agradecer após um lanche ou almoço. Mas também pode ser utilizado em outros momentos especiais, como quando um devoto do santo pede que o terno abençoe sua casa, em um dado momento ritual dentro da Igreja do Rosário ou quando o terno visita a casa de um dos dançadores ou capitães. Assim como a maioria dos elementos que são adaptados em novos contextos, no terno Marinheiro esta letra também é usada com acréscimos, adaptações e alterações.

“Oh Deus salve a casa santa, ei, ai.
Onde Deus fez a morada, ai, ai,
Onde mora o caliz bento, ei, ai.
E a hóstia consagrada, ai, ai... “
(Capitão Geraldinho, 2019).

Na próxima figura, a referência ao passado continua presente, nos remetendo à Portugal e às navegações, ampliando sua origem além da africana.

Figura 36: Página do Caderno Cópia dos Mouros



Fonte: José Gomes Filho 1938

Na figura acima, temos os seguintes dizeres:

General de campo, riba riba chiqueta meu marinheiro real vai ver se avista a nau em frança e o rei em Portugal.

*Chiqueta, avistei {Cantado}
Meu capitão general
Avistei a nau em frança
e rei em Portugal*

General de campo, riba riba chiqueta meu marinheiro real vai ver se avista a nau em frança e o rei em Portugal.

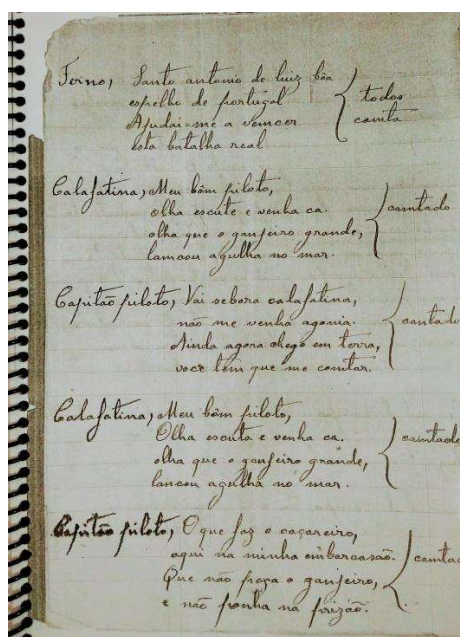
*Chiqueta, avistei avistei {Cantado}
Meu capitão general
Avistei as três donzelas
Debaicho de um parreral*

*General de campo, doce doce Chiqueta que eu
quero ti abraçar, dote muito dinheiro que tu
não saibas comtar, dote meu cavalo rusgo
ensinado para tu em frança pasear dote
minha embarcação para tu no mar*

As expressões “avistei a nau em frança”, “e rei em Portugal”, “remete-nos claramente às navegações e ao passado europeu e mesmo “avistei as três donzelas debaicho de um parreral”, podemos supor, remeter-se às plantações de uvas portuguesas.

Na figura seguinte, temos outra alusão ao terno dos Mouros, referente à Portugal e às batalhas.

Figura 37: Página do Caderno Cópia dos Mouros



Fonte: José Gomes Filho 1938

Terno, Santo Antonio de Luiz Boa {todos canta}
Espelho de Portugal

Ajudai-me a vencer
Esta batalha real

Calajatina, meu bom piloto {cantado}
Olha escute e venha cá
Olha que o ganjeiro grande
Lancou agulha no mar

Capitão piloto, vai se bora Calajatina {cantado}
Não me venha agonia
Ainda agora chego em terra
Você tem que me contar

Calajatina, meu bom piloto {cantado}
Olha escute e venha cá
Olha que o ganjeiro grande
Lancou agulha no mar

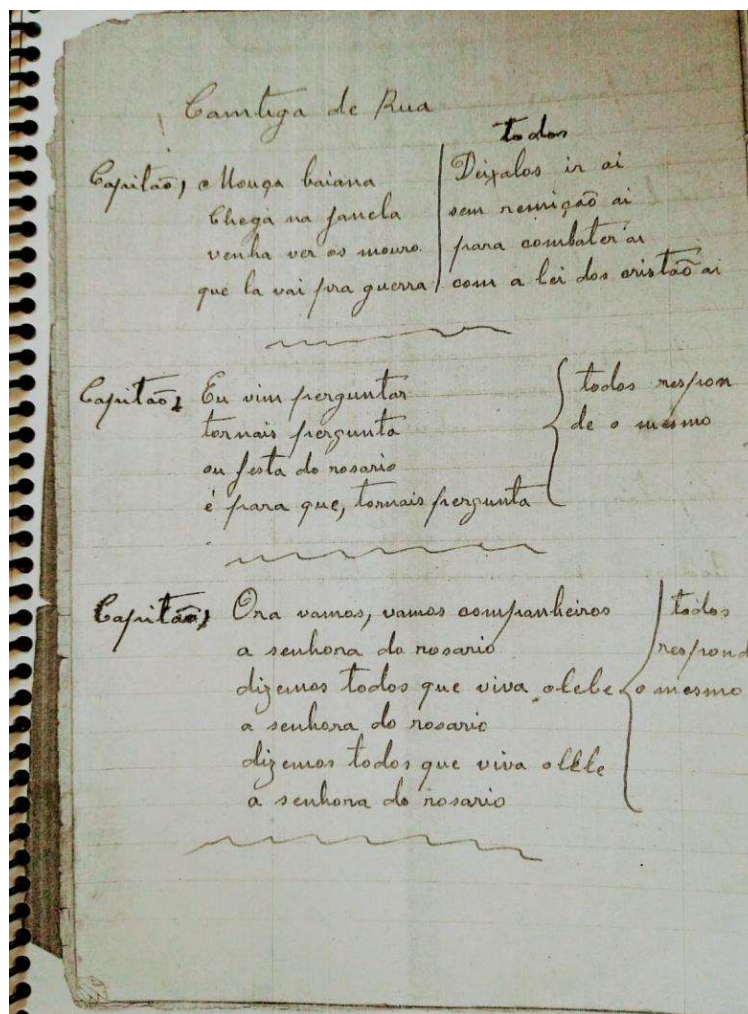
Capitão piloto, o que faz o caçareiro, {cantado}
Aqui na minha embarcação
Que não peça o ganjeiro,
E não ponha na prisão

No primeiro verso, indicado como um canto do terno, temos a expressão “luiz boa”, provavelmente uma corruptela de “Lisboa” – capital portuguesa – e a expressão “batalha real”. De fato, as referências às batalhas são relativamente comuns e, geralmente, são expressas por meio de expressões “batalha”, “luta”, “guerra” e “vitória”.

Na próxima figura podemos ver claramente um exemplo de adaptação quando se tem uma relação dialógica entre momentos temporais distintos. Nestes casos, os elementos de origem adaptar-se-ão ao novo contexto para assumir uma funcionalidade cuja manutenção original não se efetivaria. “Quando a atividade mental se realiza sob a forma de uma enunciação, a orientação social à qual ela se submete adquire maior complexidade graças à exigência de adaptação ao contexto social imediato do ato de fala, e, acima de tudo, aos interlocutores concretos” (VOLÓCHINOV; BAKHTIN, 1929, p. 120).

É o que podemos constatar ao observamos um verso que foi adaptado para o Marinheiro cuja letra atual, substitui o termo “mouro” por “marujo” e “Moça baiana” por “Sá rainha conga”, gerando um sentido atual. Como podemos constatar na figura seguinte.

Figura 38: Cantiga de Rua do Caderno Cópia dos Mouros



Fonte: José Gomes Filho, 1938

“Sá rainha conga,
 Chega na janela.
 Venha ver marujo,
 Que lá vai pra guerra.”
 (Capitão Geraldinho, 2019)

“Mouça baiana
 Chega na janela
 Venha ver os mouros
 Que lá vai pra guerra.”
 (JOSÉ GOMES FILHO, 1938)

Ao trocar “Mouça baiana” por “Sá rainha conga” e “mouro” por “marujo”, o terno Marinheiro adaptou o verso ao seu contexto atual. A expressão “que lá vai pra guerra”, representa as navegações e ao mesmo tempo nos remete aos conflitos, às batalhas, podendo serem estas genericamente interpretadas, sejam como “guerras” do negro escravo tanto no passado quanto do próprio reinadeiro com suas dificuldades diárias atuais.

Permita-nos uma relativa pequena digressão no assunto deste item, ao refletirmos que as mudanças e adaptações também ocorreram no uso do material sonoro que acompanha os cantos, pois, segundo o Capitão Anielo D’Alessandro “antigamente dava pra saber direitinho qual terno tá chegando mesmo antes de ver a turma, por que os toque era bem diferenciado, hoje tá ficando tudo muito parecido” (Capitão Anielo D’Alessandro, 2019). A preocupação do Capitão pode encontrar uma das suas razões na perda ou transformação de sentido do material sonoro musical, uma vez que a semelhança dificultaria a identificação de códigos que permitiriam atribuir um sentido característico aos toques. Além disso, para o atual capitão Mor do Reinado do Rosário, muitos ritmos se perderam no tempo pois foram deixando de serem tocados.

Essa dinâmica de semelhanças e diferenças caracterizando grupos entre os ternos ou guardas já foi observado por outros autores que estudaram outros congados, como Glaura Lucas:

Embora possamos identificar características melódicas distintas predominando em cada tipo de guarda, existem melodias e textos que são cantados por ambos, Congo e Moçambique. Assim, no que se refere aos parâmetros musicais, as falas rítmicas dos instrumentos, a meu ver, constituem a referência que mais identifica cada guarda, uma vez que os padrões rítmicos pertencem a cada tipo de grupo, não sendo nunca tocado pelo Moçambique um padrão do Congo, e vice-versa. Mesmo em relação ao timbre, há uma certa flexibilidade, podendo, por exemplo, o Congo incluir um patangome, próprio do Moçambique, em sua formação instrumental. Há, no entanto, importantes correspondências rítmicas entre Candombe e Moçambique reconhecidas pelos congadeiros, decorrentes da relação entre eles [...]. (LUCAS, 2005, p. 115)

Ambos os capitães entrevistados, Anielo D’Alessandro e Geraldo D’Alessandro, manifestaram suas preocupações com a preservação da tradição do Reinado. Medidas como o resgate de cantos antigos, a preservação de ritmos, a anotação de rezas e letras são atitudes por eles descritas como formas de manter a tradição para que, acreditamos, mantenham-se seus significados e, de certa forma, sua identidade cultural. Sobre este sentimento de preservação, Hall (2003) afirma,

Possuir uma identidade cultural nesse sentido e estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta. Esse cordão umbilical e o que chamamos de "tradição", cujo teste é o de sua fidelidade às origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua "autenticidade". (HALL, 2003, p.29)

Destarte, essa ligação a qual chamamos de tradição é fundamental para a construção de uma identidade reinadeira. Além da manutenção de sentido, as mudanças incomodam os congadeiros mais antigos talvez por se apresentarem como uma ameaça a sua autoimagem enquanto pertencente à tradição. Provavelmente essa é mais uma das razões pelas quais os capitães manifestam tanta preocupação com a preservação dos ritmos, dos cantos e das práticas de uma forma geral, sendo uma inquietação recorrente entre os capitães mais antigos, a preservação das heranças africanas. Recordamos que a luta por esta preservação já se fazia através do fenômeno intitulado “sincretismo” e sobre tal temática, observam os autores:

Os pesquisadores Núbia Gomes e Edmilson Pereira compreendem a formação dessa comunidade a partir de um esforço pela preservação das heranças africanas, no quadro de opressão gerado pelo sistema escravista; neste caso, a vivência religiosa vinculada ao catolicismo estaria atrelada a uma tradição de “sincretismo” e “dissimulação”, inaugurada por seus antepassados e que teria possibilitado conservar a religiosidade africana no interior das confrarias, encoberta por um “verniz de cristianização”. Daí que nos atuais grupos negros subsistiriam matizes africanas, “revestidos de configuração católica”. (SOUZA, 2012, p.23)

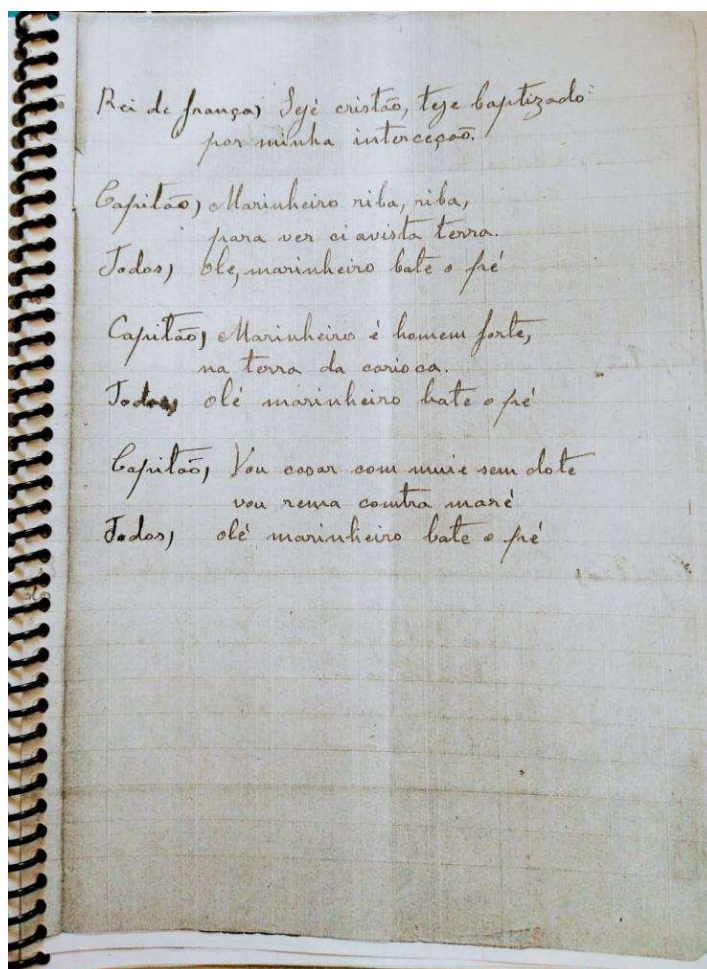
Apesar da “luta” pela manutenção da tradição, sejam pelos motivos mais variados, as modificações são um fato. Por exemplo, até o momento, demonstramos que heranças do extinto terno dos Mouros foram adaptadas e incorporadas a cantos do Marinheiro e, uma vez que comparadas às heranças africanas o terno dos Mouros tem uma história mais recente, somos levados a refletir o quanto as heranças afro já se modificaram. De fato, apesar do incômodo dos mais velhos, os elementos pertencentes ao universo da cultura reinadeira estão vivos e se modificando a todo momento.

Como exemplo, podemos nos remeter à primeira referência direta e específica sobre os marinheiros, observada na figura 8 do Caderno Cópia dos Mouros. Nos versos temos uma letra que menciona especificamente os marinheiros e sabemos, conforme os relatos dos capitães entrevistados, que a encenação dos mouros incluía a representação de uma nau, logo podemos inferir que muito possivelmente personagens de marinheiros também eram representados e seu

figurino pode ter influenciado na atual farda do terno que procura representar a farda militar dos marinheiros.

Na próxima figura, apresentamos a página cujos versos mencionam os marinheiros.

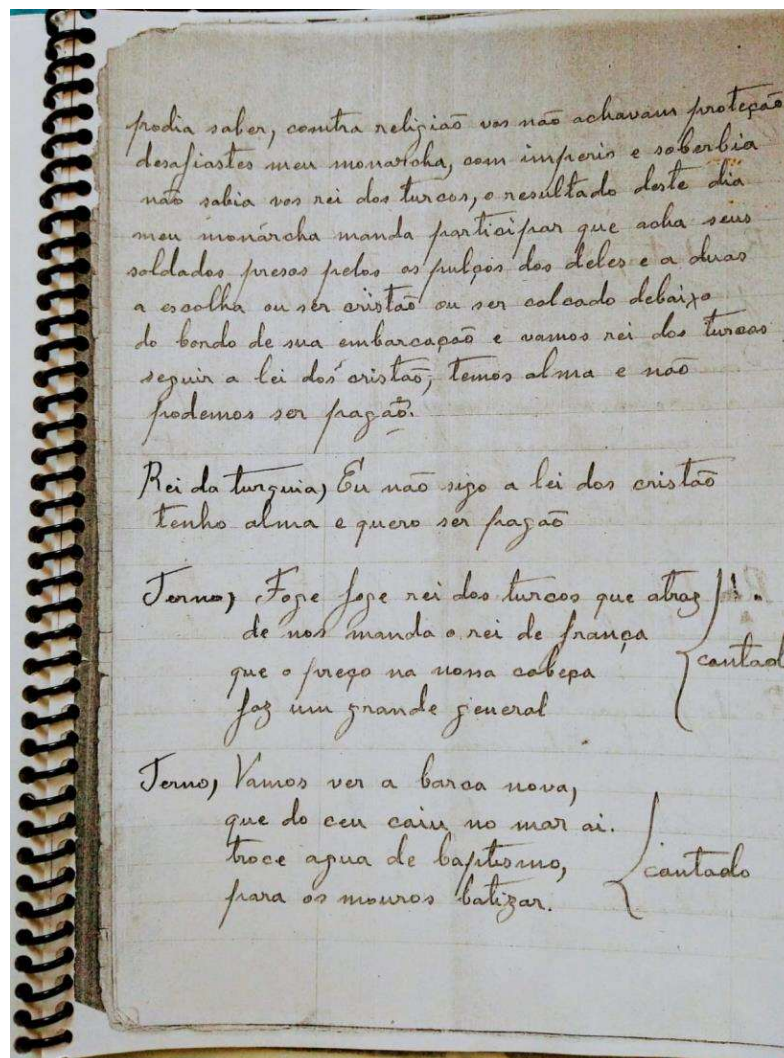
Figura 39: Página do Caderno Cópia dos Mouros



Fonte: José Gomes Filho

Também muito se perdeu com a extinção do terno dos Mouros, tais como personagens representantes da monarquia. Havia, à época do terno dos Mouros, representações de reis que hoje não participam mais da festa como: Rei da Turquia, Rei da França e o Rei de Portugal. Na figura a seguir, encontramos a comprovação da presença desta personagem, uma vez que nos deparamos com a fala do Rei da Turquia.

Figura 40: Fala do Rei da Turquia na encenação dos Mouros



Fonte: José Gomes Filho, 1938

*Rei da Turquia, Eu não sigo a lei dos cristão
 Tenho alma e quero ser pagão*

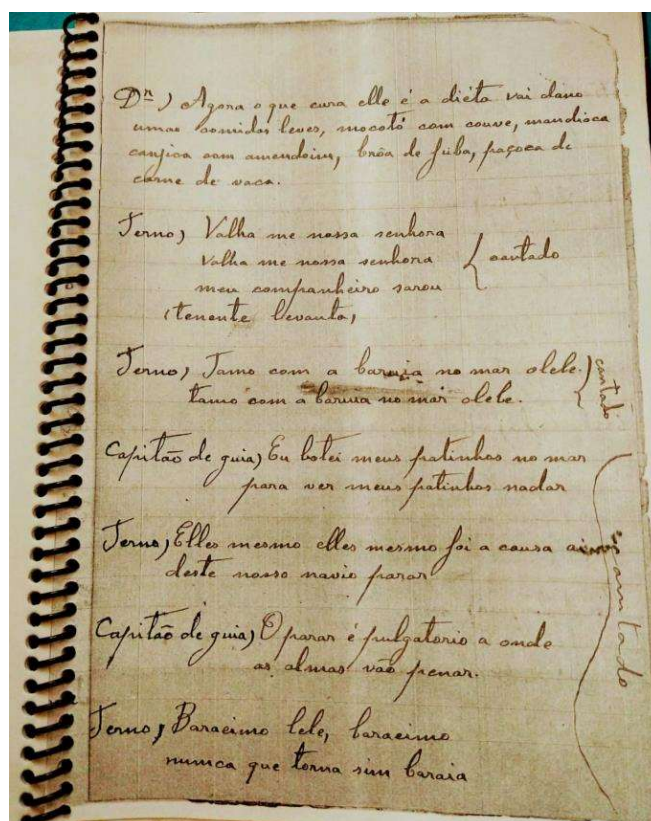
Entre as formas dialógicas com o presente, advindas do passado, deparamo-nos com a encenação. É recorrente nas páginas do Caderno já citado a anotação “cantado” ao lado direito dos versos e ao lado esquerdo a indicação de quem canta, se será o terno, todos, os capitães ou algum personagem específico como o “Rei da Turquia”. Essa estrutura nos lembra a composição de um roteiro musical, o que faz sentido quando levamos em consideração os relatos de que havia uma encenação dos mouros. Infelizmente não encontramos qualquer registro fotográfico ou jornalístico desta encenação, sendo este caderno a única evidência

material encontrada por nós de que a peça acontecia, pelo menos até meados dos anos 20. Não nos ficou suficientemente claro se esta cópia de 1938 serviu de material para a realização de alguma edição da encenação, por isso estamos considerando a suposta data do original que é o ano de 1923 como provável época em que essas encenações ainda ocorriam.

É interessante ressaltar que, pequenos trechos do texto, geralmente de três ou quatro linhas no máximo, têm sido usados nas edições atuais da festa como cantos, respostas, versos, exemplificando, novamente, a dinamicidade dessa manifestação ao incorporar elementos elaborando-os em seu novo contexto, estabelecendo uma relação dialógica com o passado, simultaneamente dialogando através da encenação contemporânea com o universo atual e, inevitavelmente, adquirindo novos significados e sentidos.

Ou seja, fica bastante claro que há na encenação referências diretas ao passado, seja às navegações ou às batalhas diversas. No entanto, também há trechos que não fazem tal referência e que ainda são aproveitados ou adaptados na festa atual do Reinado. Na figura a seguir, por exemplo, encontramos uma frase da encenação dos Mouros que foi adaptada para um canto do terno Marinheiro.

Figura 41: Página do Caderno Cópia dos Mouros



Fonte: José Gomes Filho 1938

O trecho indicado para o Capitão de guia: “Eu botei meus patinhos no mar para ver meus patinhos nadar” em muito se assemelha a um dos atuais cantos do Marinheiro.

“Eu botei meu patinho na lagoa.
Para ver meu patinho nadar.
Veio o velho, caçador, atirou, não matou.
Meu patinho na lagoa ficou...”
(Capitão Geraldinho 2019)

A mudança de “mar” para “lagoa” pode ser uma forma de aproximar mais a narrativa da realidade local, uma cidade do interior de Minas Gerais, distante do litoral. Mesmo estando a centenas de quilômetros de distância da beira-mar, havia anualmente uma encenação de batalha naval realizada pelos congadeiros, com a atuação do terno dos Mouros, em louvor à Nossa Senhora do Rosário. Uma direta referência às vitórias militares católicas e às navegações, tanto pela vinda de europeus para o Brasil, quanto pelo tráfico de escravizados africanos. Não encontramos evidências de quão antigas são as atuais encenações da Festa do Reinado do Rosário, se vieram para substituir a encenação dos Mouros ou se coexistiram com ela.

No canto “No tempo do cativo”, o capitão Geraldinho invoca a memória ancestral da diáspora africana ao cantar: “*Eu sou um nego véio, eu vim foi lá da Angola. Eu sou um nego véio, eu vim foi lá da Angola. Eu vou lá no rosário festejar Nossa Senhora.*” (Capitão Geraldinho, 2019, negrito nosso). Frases que remetem a uma origem do Congo, de Moçambique, Angola e outras localidades africanas são comuns nas letras dos cantos reinadeiros e além de significar o pertencimento a uma ancestralidade encontram no passado o sentido de muitas de suas letras.

Ancestralidade que busca através da tradição manter viva a lembrança, por meio de signos, de todo o sofrimento que o fenômeno da diáspora escrava trouxe. De fato, este sentimento está presente na temática de muitos signos sonoros e não sonoros realizados no Reinado e tamanha é sua presença que dedicamos o próximo item a este sentido encontrado com tanta frequência nos Reinados.

3.1.4 O sofrimento passado ecoando no presente

Na busca por construir uma melhor compreensão contextual da escravidão em Itapeçerica, encontramos registros de ações judiciais do século XIX arquivadas pelo poder judiciário. O Departamento de História da Universidade Federal de São João del-Rei, por meio do projeto “Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes”, catalogou documentos

antigos de algumas cidades mineiras, entre elas, Itapecerica. Estes documentos narram a aplicação de punições, segundo as leis da época, que incluem: açoites, trabalhos forçados, execuções por enforcamento, períodos usando uma peça de ferro no pescoço, prisão perpétua com trabalhos forçados, entre outras, todas com amparo da lei em vigor daquele período. E deste passado encontramos os sentidos que nos permite compreender muitos dos signos presentes no Reinado de Itapecerica.

Sendo assim, para ilustrarmos nossa dissertação, apresentaremos recortes de processos que demonstram o quanto o sofrimento era infringido ao escravo e do código criminal em vigor por ocasião dos casos aqui mencionados:

Código Criminal do Império do Brasil de 16 de dezembro de 1830

[...] Art. 14. Será **o crime justificavel, e não terá lugar a punição** delle: [...] 6º **Quando o mal consistir no castigo moderado**, que os pais derem a seus filhos, **os senhores a seus escravos**, e os mestres a seus discipulos; ou desse castigo resultar, uma vez que a qualidade delle, não seja contraria ás Leis em vigor. [...] Art. 38. **A pena de morte será dada na forca.**[...] Art. 40. **O réo** com o seu vestido ordinario, e preso, **será conduzido pelas ruas mais publicas até á forca, acompanhado do Juiz Criminal do lugar, aonde estiver, com o seu Escrivão, e da força militar, que se requisitar.** [...] Art. 42. **Os corpos dos enforcados serão entregues a seus parentes, ou amigos**, se os pedirem aos Juizes, que presidirem á execução; mas **não poderão enterral-os com pompa, sob pena de prisão** por um mez á um anno. Art. 44. **A pena de galés sujeitará os réos a andarem com calceta no pé, e corrente de ferro, juntos ou separados, e a empregarem-se nos trabalhos publicos da provincia, onde tiver sido commettido o delictio, á disposição do Governo.** Art. 60. **Se o réo fôr escravo**, e incorrer em pena, que não seja a capital, ou de galés, **será condemnado na de açoites, e depois de os soffrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazel-o com um ferro, pelo tempo, e maneira que o Juiz designar. O numero de açoites será fixado na sentença; e o escravo não poderá levar por dia mais de cincoenta.** (BRASIL, 1830, negrito nosso)

Como exemplo de como o sistema de justiça era desigual, diferenciando liberto e escravo, as leis da época regulamentavam o “castigo moderado”, mas não davam subsídios para uma fiscalização ou orientações claras sobre o que seria um “nível aceitável de castigo”, permitindo indiretamente que os senhores de escravos cometessem os maiores abusos e atrocidades quase sempre impunemente.

Processo Cr.02-27 (44 páginas)

O presente documento refere-se a uma denúncia de Antônio Gomes Silva contra os réus Manoel Gregório da Costa, Francisco Antônio de Araújo e

Pedro Luiz Nunes. De acordo com o libelo acusatório, os réus são acusados de terem ofendido o escravo Bernardo - Propriedade de Antônio Gomes - com dois cães fila quando o escravo apanhava água nas terras dos réus. Além disso, réus e ofendido tiveram inúmeras desavenças relacionadas aos valos que dividem as fazendas dos mesmos. Os réus foram absolvidos da acusação e como o documento está incompleto, não dá para saber quem deu a sentença.(ARQUIVOS HISTÓRICOS UFSJ, 2010)

Caso semelhante de absolvição de agressores de escravizados foi registrado em Candeias que, como já relatamos anteriormente, também foi um distrito de Itapecerica antes de se emancipar como cidade, onde, ainda em época de escravidão, era a Comarca Jurídica de Itapecerica que julgava os casos de Candeias. No resumo do processo a seguir, temos mais uma vítima escrava agredida cujo agressor foi absolvido pelo júri.

Processo Cr. 05-02 (72 páginas)

Em dias do mês de abril de 1878, na fazenda Mumbrica, freguesia de Candeias, foi agredido várias vezes o crioulo Camilo por Leonal do Couto Pereira. O crime foi denunciado pelo liberto Joaquim Antônio de Souza, pai da vítima. Camilo, como consta nos autos do processo, é ex-escravo de Ana Alves da Conceição, que por motivo de seu falecimento, ficou liberto pelo testamento com obrigação de prestar serviços aos seus herdeiros, entre estes o próprio réu. Leonel foi absolvido pelo júri de sentença e não foi obrigado a ficar com as custas do processo.(ARQUIVOS HISTÓRICOS UFSJ, 2010)

Em alguns casos restava como consequência dos atos criminosos cometidos por senhores de escravos, apenas o pagamento das custas processuais. Considerando que, em sua maioria, eram pessoas possuidoras de terras, imóveis e riquezas diversas, em muitos casos o pagamento das custas do processo não tinha se quer um caráter pedagógico-punitivo. Pelo contrário, contando com a absolvição quase certa, os agressores sustentavam uma sensação de impunidade mediada pelo poder econômico e *status* social dos senhores de escravos.

Processo Cr. 09-07 (60 páginas)

Os réus Antônio Guedes da Silva, Belarmino Ramos da Silva e Alexandre Ribeiro da Silva, na noite do dia 27 de dezembro de 1889, na fazenda do cidadão Avelar, em Itapecerica, agrediram o liberto Elianor, ex-escravo de Felício Flávio dos Santos. Os ferimentos foram causados com arma de fogo e cacete, uma vez que a vítima foi apreendida pelos agressores enquanto apedrejava a mesma fazenda. Os réus foram presos durante o julgamento, mas absolvidos pelo júri de sentença e condenados a pagar à municipalidade as custas do processo.(ARQUIVOS HISTÓRICOS UFSJ, 2010)

Encontramos, além dos casos de crimes cometidos por escravizados, os registros de denúncias e processos contra senhores de escravos por maus tratos e abusos. Nesses casos, era comum o arquivamento e até mesmo a absolvição do acusado com base em argumentos muito subjetivos e imprecisos como veremos a seguir

Podemos observar que a divergência religiosa poderia justificar agressões e atentados contra a vida dos escravizados.

Processo Cr.01-15 (22 páginas):

No dia 27 de março de 1836, Lourenço Ferreira da Costa agrediu Antônio Africano, escravo de Julião da Costa Ferreira, com um pau de ferro, levando-o quase a morte. O crime ocorreu próximo a Fazenda do Quilombo, na vila de São Bento do Tamanduá. De acordo com as testemunhas, **o denunciado alegou que o escravo ofendido era feiticeiro**, mas que por sofrer de moléstias não se lembrava do crime. O réu foi absolvido pelo Conselho de Sentença (ARQUIVOS HISTÓRICOS UFSJ, 2010, grifo nosso).

A denominação pejorativa de “feiticeiro” pode ser um indício de que o ofendido nesse processo praticava rituais religiosos diferentes do denunciado, o que poderia incluir tradições herdadas de sua origem africana. No contexto da época, era improvável que um homem livre em Itapecerica não se declarasse católico. Apesar de parecer um disparate, para os conceitos atuais de justiça, tal argumento foi suficiente para o Conselho de Sentença³⁵ absolver o denunciado.

Segundo o Capitão Mor, Anielo D’Alessandro, os capitães de Reinado e os dançadores ainda são vítimas de preconceito religioso pois “até hoje tem gente que fala que quem mexe com Reinado é feiticeiro, é macumbeiro, tem nada disso não...” (Capitão Anielo D’Alessandro 2020).

No próximo caso que destacamos, um escravizado foi julgado e punido por reagir, com violência em defesa de outros escravizados que apanhavam de seu senhor. Destacamos que não há, no acervo pesquisado, que conta com 1146 processos a partir de 1806, nenhuma condenação por açoites menor que 200 chibatadas (ARQUIVOS HISTÓRICOS UFSJ, 2010). Não bastasse a dor física, o réu era submetido a uma exposição pública como podemos observar no próximo processo.

³⁵ Conforme as descrições que encontramos nos processos, o Conselho de Sentença era equivalente ao júri popular dos tribunais atuais.

Processo Cr.02-07 (32 páginas):

Em setembro de 1847, na vila de São Bento do Tamanduá, o escravo José Crioulo foi acusado de agredir seu senhor Manoel Martins da Costa com uma enxadada. De acordo com as testemunhas, a agressão foi provocada porque o ofendido agredia seus outros escravos. O processo foi a júri e o réu condenado a **400 açoites, que seriam realizados nas grades da cadeia municipal**, de acordo com o artigo 60 do código criminal. O réu foi **condenado ainda a usar por 2 anos um ferro de ganho no pescoço**. Ao senhor ficou determinado que pagasse as custas do processo. OBS.: O réu não sabia dizer a sua idade, que foi deduzida pelo juiz (ARQUIVOS HISTÓRICOS UFSJ, 2010, grifo nosso).

Dos sofrimentos infringidos aos escravos no passado e transcritos anteriormente, encontramos ecos reverberando no presente nos eventos dentro da programação da festa, além dos cantos, nas encenações que retratam a dura realidade vivenciada pelos escravizados em Itapecerica, tais como cenas de trabalho forçado e castigos. É interessante salientarmos que, nestes casos, novamente, teremos de forma evidente a sobreposição de signos, com o signo não sonoro, cenográfico, servindo de reforço para a assimilação do sentido atribuído. Vejamos a figura a seguir.

Figura 42: Encenação da forca em frente ao palanque da festa



Fonte: Acervo Paula Santos 2019

Na figura acima, que descreve um momento da festa do Rosário, podemos ver a encenação de um enforcamento. Durante o período da escravidão no Brasil, a legislação previa a pena de morte para os considerados mais graves, como homicídios, agressão grave contra senhores de escravos (desde que cometida por escravos) e agressão grave contra autoridades. Não encontramos, nas bibliografias consultadas, a descrição de outras encenações de enforcamento em festas de Reinado, apenas nos trabalhos sobre Itapecerica, o que nos leva a considerar a possibilidade de ser a única que realiza esta encenação. Certamente, tal encenação no presente encontra sentido neste tipo de punição de outrora cujos registros históricos comprovam ter ocorrido em Itapecerica. Nesta categoria, por exemplo, encontramos o processo Cr.01-18 que condenou duas escravas a pena de morte, que de acordo com o Código Criminal em vigor na época, em seu art. 38, era dada pela força e uma terceira condenada a pena de 1500 açoites.

Processo Cr.01-18 (25 páginas)

No mês de dezembro de 1837, Maria, Justina e Feliciano, no meio do canavial, cometerão o crime de homicídio contra a pessoa de seu senhor Manoel José de Oliveira, dando-lhe enxadadas. O motivo seria porque seu senhor as castigava pelo serviço com pancadas. As réis foram levadas a júri que condenou as réis Justina e Feliciano a **pena de morte** e Maria a pena de **açoites, em número de 1500**. As custas ficaram a encargo das réis (ARQUIVOS HISTÓRICOS UFSJ, 2010, grifo nosso).

As manifestações congadeiras, aqui traduzidas em cantos e rituais, quer sejam sonoras ou não, são discursos dialógicos. De uma visão bakhtiniana, “todo enunciado constitui-se a partir de outro enunciado, é uma réplica a outro enunciado” (FIORIN, 2011, p.18). Desta forma, podemos considerar os enunciados presentes no discurso do Reinado como um eco da história da escravidão, o resultado das múltiplas réplicas aos discursos anteriores e as reelaborações religiosas de um povo, cuja ancestralidade se encontra na África cristianizada. É nesta sobreposição de enunciados que encontramos cantos como o transcrito abaixo.

Canto – **No tempo do cativo** – Versão do Capitão Geraldo D’Alessandro (conhecido como Capitão Geraldinho).

Capitão Geraldinho: “*No tempo do cativo quando o senhor me batia. No tempo do cativo quando o senhor me batia. **Eu gritava pra Nossa Senhora, ai meu Deus, quando a pancada doía.** Eu gritava pra nossa Senhora, ai meu Deus, quando a pancada doía.*”

Terno: “*No tempo do cativo quando o senhor me batia. No tempo do cativo quando o senhor me batia. Eu gritava **por Nossa Senhora, ai meu Deus, quando a pancada doía.** Eu gritava por Nossa Senhora, ai meu Deus, quando a pancada doía.*”

Capitão Geraldinho: “***Eu sou um nego véio, eu vim foi lá da Angola.** Eu sou um nego véio, eu vim foi lá da Angola. Eu vou lá no rosário festejar Nossa Senhora.*”

Terno: *“No tempo do cativoiro quando o senhor me batia. No tempo do cativoiro quando o senhor me batia. Eu gritava por Nossa Senhora, ai meu Deus, quando a pancada doía. Eu gritava por Nossa Senhora, ai meu Deus, quando a pancada doía.”*

Capitão Geraldinho: *“Eu vou levar a coroa, eu levo com meus irmãos. Eu vou levar a coroa, eu levo com meus irmãos. **Eu sou um Preto Véio, do tempo da escravidão.** Eu sou um Preto Véio, do tempo da escravidão.”*

Terno: *“No tempo do cativoiro quando o senhor me batia. No tempo do cativoiro quando o senhor me batia. Eu gritava por nossa Senhora, ai meu Deus, quando a pancada doía. Eu gritava por Nossa Senhora, ai meu Deus, quando a pancada doía.”*

Capitão Geraldinho: *“**No tempo do cativoiro, Preto Véio nunca trabalhou.** No tempo do cativoiro, preto véio nunca trabalhou. Preto Véio fumava cachimbo, na paz de Deus e Nosso Senhor.”*

Terno: *“No tempo do cativoiro quando o senhor me batia. No tempo do cativoiro quando o senhor me batia. Eu gritava por Nossa Senhora, ai meu deus, quando a pancada doía. Eu gritava por Nossa Senhora, ai meu Deus, quando a pancada doía.”*
(Capitão Geraldinho, 2019, grifo nosso)

Quando o terno apresenta o canto “No tempo do cativoiro”, percebemos múltiplas vozes em colaboração num culto ao tempo dos ancestrais. Quando é o verso do capitão, este se apresenta em um diálogo mais direto com a santa, o que não ocorre com a resposta do terno, pode-se notar a diferença com a alternância das palavras “pra” e “por”. Os versos do capitão, geralmente têm três frases e o coloca dentro e fora da situação narrada, demonstrando uma multiplicidade de personagens e polifonia vozes que ele representa na história.

Observamos, em outros eventos e até mesmo em momentos distintos da Festa do Rosário de Itapecerica, que há versões diferentes do canto “No tempo do cativoiro”. O que demonstra que, até entre os reinadeiros da mesma festa, cada um pode ter a sua forma de interpretar e comunicar essa memória ancestral, atribuindo-a diversos sentidos, pois como observa Daniel Faima (2015)

A busca dos “constituintes” do sentido num sistema estruturado de unidades mínimas ocultou, com efeito, durante muito tempo, a seguinte evidência: a atribuição de sentido a um objeto (a uma palavra) não é uma operação de etiquetagem, mas sim o produto de uma relação que cada indivíduo, cada locutor ou interlocutor constrói a seu modo (FAITA, 2015, p. 149).

Em um dado momento, no canto “No tempo do cativoiro”, o capitão apresenta-se assim: *“Eu sou um nego véio, eu vim foi lá da Angola”* o que nos remete diretamente a diáspora, já tratada no item anterior, a vinda de escravizados oriundos da região de Ndongo, atual Angola (SOUZA, 2014).

Porém, ao cantar os versos “Eu sou um Preto Véio, do tempo da escravidão” e “No tempo do cativoiro, Preto Véio nunca trabalhou” percebemos outra voz representada pelo capitão. Uma voz dissonante com as demais, o que pode nos levar a várias inferências, inclusive a de que uma frase sem sentido foi inserida no canto, visto que as manifestações congadeiras

são realizadas por seres humanos passíveis de equívocos, como outros qualquer. Porém, em muitos cantos, as vozes ancestrais aparecem de forma velada, acompanhadas de expressões de línguas africanas e ritmos ou danças especiais cujos sentidos não são totalmente compreendidos pelo público em geral visto que o aprendizado dos mistérios, que são a fonte dos cantos, orações e rituais da festa, é acessível em diferentes níveis que o reinadeiro só atinge com os anos de experiência e a convivência com os capitães e festeiros mais antigos. Sendo assim, algumas frases que podem não fazer sentido para o público em geral, pode transportar significados cujo entendimento foge à compreensão ordinária.

Outros cantos e versos também invocam a lembrança do “tempo do cativo” ou dos sofrimentos desta época. Um canto, muito popularizado pelo terno de Moçambique de Antônio Pretinho em Itapeçerica, mas que também faz parte do “repertório” do terno Marinheiro é o “Casca de Côco”.

A vovó não quer
Casca de côco no terreiro
Pois te faz lembrar
Do tempo do cativo
(CAPITÃO GERALDINHO, 2019)

É provável que outros ternos também o usem como verso ou como canto em dados momentos. Alguns destes versos não usam explicitamente expressões como: escravidão, dor, castigo, etc, mas o sofrimento está implícito para quem conhece o contexto da mensagem. Salientamos que, em um dado momento, o segredo e a discrição sobre as mensagens dos cantos, tanto no que se refere às práticas religiosas de matrizes africanas quanto às súplicas e lamentos, provavelmente eram estratégias para se ter permissão de continuar a realizar as festas e rituais que podemos observar ainda ecoando na contemporaneidade, como podemos ver no próximo canto.

Canto do Curió:
Tem dó, tem dó,
Tem dó de mim, tem dó
Abre a porta da gaiola
Pra soltar meu curió
(CAPITÃO GERALDINHO, 2019)

Um dos problemas que as associações de grupos de escravizados e ex escravizados, em grande parte, amenizou foi a falta da estrutura familiar, abalada pelas separações entre parentes enviados a diferentes regiões e em distintas situações em relação a liberdade. Neste contexto,

durante o período da escravidão, era comum que pessoas do mesmo grupo familiar estivessem separadas por milhares de quilômetros ou por estarem em condições diferentes, alguns já alforriados, outros ainda escravizados, outros cumprindo penas perpétuas etc. Podemos inferir que expressões como: “abre a porta da gaiola pra soltar meu curió” dificilmente tratar-se-ia de um pedido para soltar uma ave, mas de uma súplica pela liberdade de alguém querido que se encontra preso ou escravizado.

Quase toda a expressão verbal e sonora do Reinado é acompanhada de alguma dança. Podemos dividir as danças entre: dança solo do capitão, dança coletiva do terno, danças comuns a todos os ternos e danças especiais. Nos chamou a atenção a dança especial realizada pelo Moçambique durante o canto “vamo pinerar”.

Os caixeiros se viram em direção ao grupo e o capitão sinaliza que algo diferente vai acontecer. Os dançadores começam a se aglomerar abandonando a formação inicial e fazem um movimento de ir se curvando pouco a pouco, de cabeça baixa. Registramos uma imagem desse momento exato na figura a seguir:

Figura 43: Terno de Moçambique realizando dança 2019



Fonte: imagem registrada pelo autor

A coreografia tem um sentido dúbio, tanto lembra o trabalho nos rios em busca de pepitas de ouro, bem como o posicionamento do corpo ao se levar açoites, punição comum na época da escravidão. O sonoro acompanha a coreografia, com a dinâmica diminuindo a intensidade junto com o ato de curvar-se. Na finalização da dança, todos se levantam e fazem o sinal da cruz gritando três vivas a Nossa Senhora do Rosário.

Alguns cantos que representam outras formas de trabalho muito comuns na região de Itapeverica, sobretudo na época da escravidão, também são apresentados em diferentes

momentos da festa. Talvez esta flexibilidade em aceitar algo fora da temática escravista seja em função do sofrimento, da dificuldade da labuta, como denominador comum ou repouse em trabalhos realizados pelos ex-escravos ou filhos de escravos que ficaram na memória ancestral. Um destes cantos é o canto do carreiro, muito usado em deslocamentos difíceis como morros íngremes ou cortejos lentos.

Eu sou carreiro, eu nasci pra carrear
 Eu sou carreiro, eu nasci pra carrear
 A minha boiada é nova sobe o morro é devagar
 A minha boiada é nova sobe o morro é devagar
 (Capitão Geraldinho, 2019)

Além dos cantos que fala do sofrimento, direta ou indiretamente, os quais mantêm um tom mais austero, não podemos ignorar o aspecto de entretenimento da festa, além dos evidentes aspectos religiosos presentes, talvez até para contrapor toda a tristeza que envolveu este período de nossa história, a jocosidade pode ser detectada em alguns cantos. Sendo assim, alguns versos do terno em resposta ao capitão podem ocorrer com um sentido de humor ou de galanteio. Não há uma regra que defina que estes versos só ocorram em determinada situação, nos pareceu ser uma questão de oportunidade e consenso coletivo entre os dançadores.

Lá no céu tem três estrelas ei ai...
 Todas três encarreirada ai, ai...
 Uma é minha a outra é sua ei, ai...
 Outra é da namorada ai, ai...
 (terno Marinheiro, 2019)

Fui na horta panhar couve ei, ai...
 Marimbondo me mordeu ai, ai...
 Fui dar parte na polícia ei, ai...
 A polícia me prendeu ai, ai...
 (terno Marinheiro, 2019)

Oi quem quiser saber meu nome ei ai...
 Não precisa perguntar ai, ai...
 Eu me chamo marinheiro ei, ai...
 Marinheiro lá do mar ai, ai...
 (terno Marinheiro, 2019)

Apesar da letra humorística, chama-nos atenção, além da mensagem presente no terceiro verso que nos remete ao passado, a mensagem velada presente no segundo verso, a qual nos traz a menção já apresentada nos processos de outrora, quando o negro mesmo sendo vítima ainda era condenado e nada acontecia ao seu algoz.

Fato é que o sofrimento causado por toda injustiça do passado, sentimento comum no período da escravidão, perdura até os dias de hoje nas festas do Reinado rememorado através dos sentidos dados aos signos que ali se encontram.

3.1.5 Representações da liberdade: a Princesa Isabel

Se o sofrimento permeia o sentido de vários signos na festa do rosário, a esperança também está presente em outros. Toda a festa e seus tópicos apresentam-se extremamente relevante para aqueles que fazem parte de sua realização, entretanto, talvez a temática mais importante da festa seja a liberdade. Chegamos a esta conclusão devido aos inúmeros cantos e versos para homenagear a graça da libertação dos escravizados e à programação, que dedica um dos dias da festa, o domingo, especialmente para este tema.

Obviamente que o vocábulo “liberdade” nem sempre está presente literalmente, mas indiretamente seu sentido se apresenta e pode ser detectado facilmente, por exemplo, através de canções que falam de uma de suas representações: a Princesa Isabel:

Chover não vai não, tem estrela lá no céu
 Chover não vai não, tem estrela lá no céu
 Agora vou passear com a Princesa Isabel
 Agora vou passear com a Princesa Isabel
 A bandeira do Brasil, ela é verde e amarela
 A bandeira do Brasil, ela é verde e amarela
 Vou fazer minha homenagem à Princesa Isabel
 Vou fazer minha homenagem à Princesa Isabel
 (Capitão Geraldinho, 2019)

Este canto é bastante utilizado, principalmente em cortejos com a Princesa Isabel. Ao destacar as cores verde e amarela que são predominantes na bandeira do Brasil, o canto faz referência à família imperial brasileira. O verde é a cor do brasão da família Bragança à qual pertencia Dom Pedro I, avô da Princesa Isabel. O amarelo é a cor da dinastia Habsburgo que governava a Áustria, terra natal de Dona Leopoldina, avó da Princesa Isabel. De fato, por causa de sua importância dentro da temática da obtenção da liberdade, a nobre³⁶ participa de todos os

³⁶ Todos os anos a personagem histórica Princesa Isabel é representada por uma jovem Itapecericana diferente, existe uma fila de espera para este papel. O investimento financeiro para interpretá-la é o mais alto da festa, sendo necessário dispor de grande quantia em dinheiro para as amarrações e doações, além dos vestidos e joias que não podem se repetir ao longo dos dias da programação.

dias da festa. A cada dia, um dos ternos fica responsável por busca-la em sua residência, levá-la até o Convento³⁷ e de lá seguir até o palanque da festa.

Na próxima figura temos a imagem da Princesa Isabel de 2019, fazendo a leitura da lei áurea, sendo auxiliada por uma de suas damas de companhia que era alforriada.

Figura 44: Princesa Isabel de 2019 lendo a lei Áurea



Fonte: Acervo do perfil do Reinado do Rosário de Itapeceira no Facebook

Antes de chegar ao palanque para assistir as encenações dos escravizados e fazer a leitura da lei Áurea, a Princesa Isabel é levada para a igreja de Nossa Senhora das Mercês (ver figura 45) onde participada de um ritual do Reinado do qual não obtivemos registros. Após sair

³⁷ Local onde são reunidos os festeiros antes de continuar até o palanque da festa. Atualmente o Centro Cultural do Município é usado para esta finalidade.

da igreja, a Princesa participa do maior cortejo da festa, incluindo todos os ternos participantes que a conduzem até o palanque.

Nesta próxima figura temos a imagem da saída da Princesa Isabel partindo da igreja das Mercês.

Figura 45: Saída da Princesa Isabel da Igreja de Nossa Senhora das Mercês



Fonte: Acervo Paula Santos 2019

O signo não sonoro presente nas encenações manifesta-se consideravelmente na figura da princesa. No dia dedicado à “liberdade”, um grande cortejo atravessa o centro da cidade rumo ao palanque do Reinado. A Princesa Isabel sai da Igreja de Nossa Senhora das Mercês em sua “carruagem imperial”, acompanhada de damas de companhia e seus três guardas a cavalo. Neste cortejo, participam todos os ternos, inclusive os convidados de outros municípios. A figura acima registra o momento da saída da princesa.

Na figura a seguir podemos observar a personagem da Princesa Isabel, da edição de 2019, em sua carruagem, escoltada por cavaleiros e pelos ternos.

Figura 46: Princesa Isabel em sua carruagem sendo escoltada para o palanque da festa.



Fonte: Acervo Paula Santos 2019

Mas a Princesa Isabel não é a única a estar presente nas encenações, como podemos constatar nas figuras de 47 a 49. Outros personagens do passado se fazem presentes. Estabelece-se uma relação dialógica que traz ao presente vários elementos de um passado secular. Podemos ver as damas de companhia da Princesa, sentadas uma de cada lado dentro da carruagem, as escravas domésticas, que seguem o cortejo a pé. À frente da carruagem da “Princesa Isabel” vão os ternos, primeiro o de Moçambique e após estes se organizam os demais, representações das várias etnias de onde vieram os vários escravos; atrás da carruagem, seguem os atores interpretando o capitão do mato de chicote na mão, representação da autoridade branca e violenta daquele tempo; também podemos constatar a presença, dos escravos acorrentados condenados à força, exemplificando as diversas situações sofridas impostas ao negro daquela época; e, por fim, o padre que daria a benção final ao condenado, talvez uma representação da, até certo ponto, convivência do poder da igreja com a triste situação. Tudo ali, personagens, encenações, são signos que nos indicam um sentido relativamente mais homogêneo quando conhecemos a história passada.

Na próxima figura temos a imagem da Princesa Isabel e suas duas damas de companhia, alforriadas, em sua carruagem imperial.

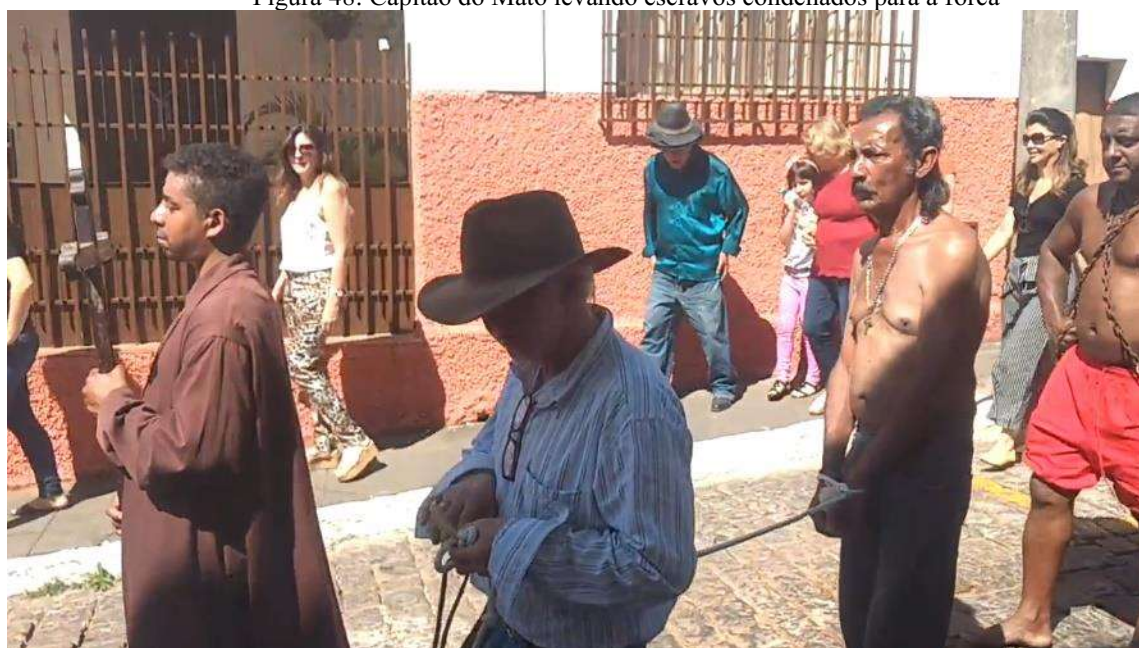
Figura 47: Princesa Isabel e suas damas de companhia



Fonte: Acervo Paula Santos 2019

Na figura a seguir podemos observar o padre, o capitão do mato e dois escravizados.

Figura 48: Capitão do Mato levando escravos condenados para a forca



Fonte: Acervo Paula Santos 2019

Na figura seguinte, temos os atores interpretando os dois escravizados condenados que serão levados acorrentados até a forca em frente ao palanque da festa.

Figura 49: Escravos acorrentados que fazem parte da encenação



Fonte: Acervo Paula Santos 2019

As encenações e seus sentidos concomitantes, os quais dialogam lembrando episódios do passado, como dito, estão presentes em muitos momentos da Festa do Rosário e outras amostras são facilmente encontradas. Além dos momentos descritos acima, no terno de Marinheiro, o qual faço parte, realiza-se a dança de espadas com coreografias que lembram uma batalha entre as duas fileiras do grupo. Segundo o Capitão Mor Aniello D’Alessandro (2019) “as espadas são do tempo do meu pai, ele foi do antigo terno dos Mouros...” A seguir temos uma imagem dos últimos momentos do cortejo de domingo, quando o terno Marinheiro passa ao lado da Igreja do Rosário apresentando a dança de espadas.

Na figura seguinte podemos observar o Terno Marinheiro realizando a dança de espadas, quase no fim do cortejo que vai até o palanque da festa.

Figura 50: Terno Marinheiro fazendo a dança de espadas ao lado da Igreja do Rosário



Fonte: Acervo Paula Santos 2019

Neste momento, representado pela figura acima, estamos batendo as espadas umas nas outras nos tempos fortes do ritmo. Quando a ngoma faz uma virada, acompanhamos com um ostinato que dura o tempo que a virada durar, demonstrando uma relação entre música e encenação a qual pode passar despercebido pelo público. As batidas são realizadas sempre em duplas, um de cada fileira. Combinadas com os passos da dança, as batidas lembram duelos e representam as batalhas.

Como descrevemos nos capítulos anteriores, as memórias das batalhas entre os povos católicos e os não católicos tinham grande importância já na África durante a fase de cristianização. Uma vez que os povos africanos também viviam constantes conflitos internos, inclusive por motivações religiosas, aprender sobre as batalhas católicas, atribuindo as vitórias às graças concedidas pelos santos, poderia ser uma forma de se identificar com a nova religião. Vale lembrar que uma das batalhas mais importantes da tradição católica foi a Batalha de Lepanto, onde uma pequena marinha católica venceu um exército islâmico turco, com a vitória sendo atribuída a um milagre pelas orações com os rosários que os marinheiros fizeram antes de lutar. A data da batalha de Lepanto, dia 07 de outubro, passou a ser também o dia de Nossa Senhora do Rosário no calendário católico. Por estas razões, vemos nas representações das batalhas algo tão significativo ainda hoje nas festas em questão.

Podemos inferir que os sons das batidas de espadas trazem em seu sentido uma forma de representar as lutas e as vitórias obtidas por graças religiosas, que tanto fazem parte do passado católico quanto do passado africano. Estas dramatizações com a representação de figuras de autoridade como os reis, rainhas, princesas e príncipes podem ter sido um dos fortes elos de ligação entre o catolicismo e as religiões africanas.

No final do desfile, a encenação prossegue. O terno de marinheiro posiciona-se em frente ao palco da festa, erguem-se as espadas e forma-se um corredor por onde a Princesa Isabel, os escravos e o terno de Moçambique passam. Em seguida, iniciam-se mais encenações, incluindo: o trabalho escravo, escravizados sendo açoitados e um dos escravos colocado na forca, que foi construída na praça em frente ao palanque da festa (ver figura 51).

Figura 51: Atrizes representando as escravizadas domésticas



Fonte: Acervo Paula Santos 2019

Na próxima figura (52) temos a representação do trabalho escravo doméstico. Demonstramos nos capítulos anteriores, com dados extraídos de documentos da época, que boa parte da população de Itapecerica era constituída de escravos e alforriados. Muitos destes tinham sua força laboral empregada no meio urbano e doméstico. Por isso, durante as encenações de domingo, atrizes representando escravizadas realizam trabalhos domésticos no palco do Reinado. Entre as atividades estão o trabalho no pilão e o trabalho na roda de tear. Ambas as modalidades eram muito comuns no tempo do cativo, além de outras atividades como limpeza, cozinha, ama de leite, lavagem de roupas etc.

Durante essas encenações o terno Moçambique cuida de todo o acompanhamento sonoro das cenas, fazendo batuques e cantos durante as mesmas. Além do Moçambique é comum que o Capitão Mor cante alguns versos acompanhado pelo terno e improvisos podem acontecer tanto pelos capitães do Moçambique quanto pelo Capitão Mor. Estes versos improvisados às vezes contam a história e às vezes comunicam algo do momento presente “[...] a própria comunicação verbal, através do improviso dos versos, é organizada dentro dos limites impostos pelas melodias dos cantos, estando, portanto, também condicionada às suas características temporais” (LUCAS, 2005, p. 305).

Na figura a seguir, temos a encenação de trabalho escravo com as atrizes realizando tarefas no pilão e no tear.

Figura 52: Encenação de trabalho escravo no pilão e no tear.



Fonte: Acervo Paula Santos 2019

O termo improvisação nem mesmo é mencionado pelos capitães e reinadeiros de Itapecerica, o mais próximo disso que encontramos é a palavra “brincar” sempre associada a uma execução mais livre de ritmos e versos do Reinado.

Apesar de os elementos inerentes àquelas músicas permanecerem os mesmos, como, por exemplo, os acentos rítmicos, a harmonia e, de uma forma um pouco mais flexível, a melodia, muitos elementos contribuem para que a audição desta música seja diferente, dependendo do dia, da situação e dos componentes que a executam. (PEREIRA, 2011, p.95)

A apresentação termina com a cerimônia de enforcamento de um escravo, interrompida pela leitura da lei áurea, realizada pela Princesa Isabel. Então, por ordem da princesa, o escravo é libertado antes de ser executado na forca. Os sons de fundo de todas estas cenas são comandados pelo Moçambique e o Capitão Mor, que dirige a cerimônia de cima do palanque. Em suma, podemos inferir que os desfiles e apresentações durante todo o domingo retratam diretamente não apenas os flagelos da escravidão, mas a esperança e a conquista da liberdade.

Fato interessante de se mencionar é que tamanha é a importância dada aos atores e atrizes que participam das encenações de domingo, que a Sra. Geralda Pio, que interpretou por muitos anos uma das escravas, teve uma estátua sua instalada na Praça do Rosário, em frente à Igreja, como homenagem póstuma (ver figura 53). Na escultura, ela está vestida como nas

encenações com um pilão ao lado, que era a ferramenta com a qual ela compunha seu figurino. A obra conta ainda com uma placa em sua homenagem ressaltando a sua importante dedicação ao Reinado.

Na figura seguinte, temos a estátua em homenagem a atriz Geralda Pio.

Figura 53: Estátua da Sra. Geralda Pio atriz que interpretava uma escrava



Fonte: Acervo Paula Santos 2019

3.1.6 Outros Signos não-sonoros

Entre os signos não sonoros, já mencionamos as encenações, em função de sua quase onipresença na festa. Entretanto, há outros signos também não sonoros, por exemplo, objetos que não produzem sons, mas carregam consigo um sentido dentro do ritual reinadeiro, como o bastão do capitão. Um objeto ornamentado e sagrado que representa a autoridade do capitão. Seus signos ornamentais têm o sentido de religiosidade, ordem e respeito. Os gestos feitos pelo capitão com o bastão são silenciosos, mas possuem uma função comunicativa e essa só se faz presente em virtude dos sentidos que lhes são imputados. Por exemplo, momentos antes de começar as atividades do dia, o terno Marinheiro se reúne na casa do capitão Geraldinho, onde este faz orações pedindo proteção para realizar seu trabalho com êxito. Os membros do terno

fazem um círculo e rezam juntos em volta de uma fumaça especial que é usada nos instrumentos, quepes e outros objetos, neste interim o capitão passa por cada membro fazendo uma oração e um gesto com seu bastão que confere ao dançador a benção e a proteção necessários para enfrentar suas obrigações do dia³⁸.

Na próxima figura podemos observar o Capitão Geraldinho fazendo os preparativos para benzer o Terno Marinheiro antes de darmos início aos trabalhos da festa.

Figura 54: Reza do terno Marinheiro



Fonte: Acervo Paula Santos 2019

Outros signos não-sonoros são gestos, principalmente, quando relacionados a objetos sagrados, como, por exemplo a bandeira do terno, a qual, segundo o Capitão Geraldinho é a peça mais sagrada do terno e ela própria um signo. Os gestos de beijar a bandeira, passá-la sobre a cabeça, ajoelhar-se perante ela, são signos que possuem o sentido de respeito ao santo do terno e pedidos de toda ordem. Por exemplo, na figura 55, temos a bandeira do terno Marinheiro sendo portada pelo bandeireiro Juraci Rocha (meu tio). O senhor Juraci, foi membro dos alcoólicos anônimos por anos e atribui a graça de vencer o vício à Nossa Senhora do Rosário e

³⁸ Não nos foi permitida a transcrição das orações do ritual de saída do terno por razões religiosas.

à Nossa Senhora das Mercês. Segundo ele, após começar a fazer a função de bandeireiro do terno Marinheiro, conseguiu superar o vício³⁹.

Na figura a seguir temos a imagem do bandeireiro do Terno Marinheiro portando a bandeira de Nossa Senhora das Mercês, a santa do grupo.

Figura 55: Bandeira do terno Marinheiro



Fonte: Acervo Paula Santos 2019

Os mastros que sustentam as bandeiras são feitos em madeira, com vários metros de altura, tendo em sua extremidade superior a bandeira com a imagem de um santo ou a coroa de Nossa Senhora do Rosário. São ornamentados com flores, pinturas e fitas coloridas, tanto trabalho empregado na composição dos mastros e das bandeiras nos faz refletir sobre o seu papel e sua importância na festa enquanto objeto pois, como já mencionamos, uma característica dos signos pode ser a aplicação de ornamentos de outros objetos físicos para, nesse caso, conferir-lhe atributos e valores, com o objetivo de diferenciar esse objeto de outros semelhantes, muitas vezes, dando-lhe um sentido diferenciado do usual.

Considerando a visão bakhtiniana (1929, p. 92), inferimos que as flores, os desenhos, as pinturas e as fitas coloridas, são signos cumprindo a função de qualificar os mastros e as bandeiras como objetos especiais, sagrados e dignos de homenagens. O que pode ser observado também no uso dos materiais sonoros durante o ritual de levantamento dos mastros e no hasteamento das bandeiras pois os ritmos e as danças usados para o levantamento são mais

³⁹ Existem outras signos e sentidos que não mencionamos por reconhecermos que fazem parte dos segredos da tradição reinadeira.

festivos, já no final da festa, no ritual de hasteamento das bandeiras, são realizados com mais calma e os cantos são mais tristes, essas escolhas não são casuais.

Na figura a seguir, registramos um mastro já levantado apresentando as características que descrevemos.

Figura 56: Mastro com o desenho da coroa de Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Acervo Paula Santos 2019

Além de toda a importância e respeito dedicados ao mastro em si, também há uma simbologia sobre os signos que o ornaram, motivando os devotos a desejar obtê-los durante a festa. No ritual de descida dos mastros, muitas pessoas se aglomeram no entorno dos ternos esperando uma oportunidade para colher uma das flores ou fitas que enfeitam o objeto. Os devotos acreditam na obtenção de graças e de boa sorte ao conseguir estes signos.

E mais exemplos podem ser levantados que demonstram a importância do mastro além do objeto físico, pois, perante ele, é normal se tirar o chapéu e fazer o sinal da cruz; mesmo antes do levantamento, devotos acendem velas, colocam imagens e realizam orações nos locais onde os mastros serão levantados. Assim, percebemos uma série de atitudes dos devotos,

dançadores, festeiros e capitães que demonstram a qualidade de objeto especial e sagrado que lhes é conferida.

Na próxima figura temos um mastro com a imagem de um dos santos do Reinado.

Figura 57: Mastro do Reinado com imagem de santa



Fonte: Acervo Paula Santos 2019

Desta forma, assim como outros objetos do Reinado, o sentido dos mastros vai além de um mero tronco, pois ocupam o espaço geográfico estabelecendo o início de uma temporalidade diferente, uma conexão com o sagrado. São como canais de comunicação entre os céus e a terra, por isso a importância dada a sua confecção com vários metros de altura e também o cuidado devotado a este, pois após os últimos eventos da festa, os mastros são retirados e levados em procissão pelos ternos para serem guardados, sendo utilizados novamente só no próximo ano.

Uma obra arquitetônica que chama a atenção em um dos locais onde ocorre a festa é a Coroa de Nossa Senhora do Rosário, construída na praça em proporções gigantescas (ver figura 58). Não encontramos informações precisas quanto às medidas oficiais da Coroa, mas tomando as residências e comércios no seu entorno como referência, podemos inferir tratar-se de uma

obra com algumas dezenas de metros de circunferência. O sentido dado a esta construção torna-se interessante de se observar visto sua transformação ao longo do ano. Construído pela Prefeitura, no cotidiano do itapecericano, trata-se de uma obra arquitetônica que enfeita a praça onde está situada. Porém, passa a compor o Reinado na época de suas realizações, reforçando a sacralidade daquele tempo e espaço.

Na próxima figura temos o monumento da Coroa de Nossa Senhora do Rosário, ocupando a praça onde ocorre a festa.

Figura 58: Monumento da Coroa de Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Acervo Paula Santos 2019

Isto é, considerando as concepções bakhtinianas de signo, este monumento se torna parte na temporalidade da festa. Os versos, as danças e os enfeites em seu entorno durante a festa são os signos que sinalizam a sua importância para a comunidade. Ao findar das comemorações do rosário, o monumento adquire outros sentidos que o colocam em um patamar aproximado aos demais monumentos da cidade.

Assim, o espaço vai sendo ocupado para uma construção coletiva de um contexto cultural onde os santos, os devotos, os reinadeiros, os turistas, os festeiros e os religiosos vão se expressar de diferentes formas. Cada integrante da comunidade é como uma conta do rosário,

todos são importantes para que a ideia geral seja percebida e apreciada. Neste ínterim, os fatos sonoros exercem um papel de suma importância, eles contribuem para uma comunicação entre todos estes agentes da festa, sendo os seus códigos entendidos ou ignorados de acordo com a experiência e nível de comprometimento de cada um.

Na próxima figura temos uma imagem mostrando parte dessa ocupação, onde podemos observar os objetos: Cruzeiro, Altar dos santos e a Coroa. Nessa área fica a maior parte do público que acompanha a festa, os devotos e os turistas. Todos os ternos passam em frente a estes objetos nos cortejos em direção ao palanque da festa.

Figura 59: Praça do Rosário, Cruzeiro, Altar dos santos e Coroa



Fonte: Acervo Paula Santos 2019

Estas mesmas ruas, praças e locais dentro da área urbana e rural da cidade foram ocupados por um contexto de escravidão e dominação católica durante o tempo do cativo. Ocupar estes espaços com manifestações herdadas dos escravizados como a Festa do Reinado do Rosário é uma forma de manter viva a memória da ancestralidade africana e de seu sofrimento. Entre os povos que outrora migraram para a região de Itaipericica: índios, africanos, italianos e portugueses, a cultura africana é que mais fixou raízes nas manifestações populares e provavelmente, grande parte da população atual tem alguma descendência africana como o Capitão Aniello D'Alessandro.

Ainda dentro dos signos não sonoros encontramos os sentidos que subjazem determinados atos a partir de certos significados atribuídos. Por exemplo, detectamos intencionalmente, em diferentes momentos, o recorrente uso do número três, seja nos cantos, nas danças, nos gestos, nos rituais ou na organização. Ao perguntarmos ao capitão Geraldinho por que seu bastão tinha três anéis de metal a resposta foi: *“há isso aqui?...É assim oh... é o pai, o fio e o espírito santo”*. Essa maneira de pensar não é observável apenas em Itapecerica, tendo sido estudada em outros contextos, como descreveu Lucas (2005).

A partir dessas correlações, o número três se vê multiplicado em diferentes dimensões de espaço, constituindo também uma importante base numérica para a organização temporal de atividades, em diversos níveis de duração. Vários gestos rituais, como, por exemplo, passar objetos sagrados – bastão, terço, espada – ao redor dos mastros, são realizados três vezes, de preferência. Também as guardas comumente contornam igrejas, capelas, mastros e cruzeiros por três vezes. (LUCAS, 2005, p. 250)

De acordo com a professora Irene A. Machado “para Bakhtin, signo é tudo aquilo que significa. Porém nenhuma significação é dada, e sim, criada no processo das complexas relações dialógicas de um com o outro” (MACHADO, 2015, p. 131). A partir da percepção dos devotos de que as três repetições de cada gesto ritual significam a expressão católica, “pai, filho e espírito santo”, inferimos que, neste contexto, também se trata de um signo.

Pai, Filho e Espírito Santo. Para os congadeiros, os significados da trindade – símbolo central do catolicismo – se apresentam mesclados a significados oriundos de elementos da religiosidade africana, além daqueles gerados a partir dos processos de transformação por que passaram, e ainda passam, os rituais do Reinado. Nesse sentido, a correspondência simbólica dos números desempenha um papel de grande relevância no reconhecimento da unificação desses significados, sintetizando essa visão negra particular do universo católico, através da qual os processos do rosário e os da ingoma se fundem. (LUCAS, 2005, p. 247)

No sentido de benção e proteção, o ato de se repetir três vezes um movimento, um gesto ou um material sonoro, também pode ser percebido na ocupação dos espaços físicos da festa. Um exemplo disso são os já mencionados mastros, cujo ritual de levantamento envolve uma série de comportamentos organizados dessa maneira como os três ternos envolvidos no levantamento de cada mastro.

Essa ideia é confirmada nas observações de campo, nas quais testemunhamos e participamos de atos como: dançar dando três voltas em torno do mastro; passar três vezes o chapéu, um instrumento ou o bastão em volta do mastro.

3.1.7 Signos sonoros não-verbais: apontamentos musicais

No Reinado há signos sonoros não-verbais que têm entre seus significados, o sentido de comando. Por exemplo, através dos comandos do capitão realizados por meio do apito ou do tamborim os membros do terno entendem o que deve ser feito, se terão que fazer uma meia lua na encruzilhada, se precisam acelerar, diminuir ou parar etc. Esse entendimento fica a cargo das realizações duracionais sonoras destes dois instrumentos além da identificação do reinadeiro.

Sobre o movimento da meia lua nas encruzilhadas, Glaura Lucas fez uma descrição em sua pesquisa sobre o congado dos Arturos e Jatobá, que se aplica também ao Reinado de Itapecerica,

Nas encruzilhadas e em outros pontos críticos de concentração de energias, os congueiros realizam uma movimentação especial: a meia-lua²¹. Ao atingirem esses espaços, as duas fileiras da guarda, ao invés de prosseguirem, se deslocam, uma em direção à outra, cruzando o espaço e retornando em direção ao Moçambique, que caminha atrás. Saúdam a bandeira de guia dos moçambiqueiros, e tornam a voltar ao ponto de onde iniciaram esse movimento, prosseguindo em frente no trajeto, com a inversão da posição das fileiras de dançantes. (LUCAS, 2005, p. 200)

No que diz respeito aos cantos e aos instrumentos musicais, suas realizações sonoras e seus significados, devido ao tempo relativamente pequeno que tivemos para desenvolver nossa pesquisa, a qual se condiciona a uma data específica de início e término, não conseguimos refletirmos suficientemente para expormos profundamente algumas questões por nós observadas. No entanto, permitir-nos-emos tecer alguns pequenos comentários acerca destes.

No que diz respeito às melodias, notamos que, assim como Lucas (2014), os reinadeiros consideram melodias diferentes com a mesma letra como sendo o mesmo canto e letras diferentes com a mesma melodia como sendo cantos diferentes. Seria então a variação melódica também uma escolha conforme o momento e o lugar, deixando claro a superioridade hierárquica da letra em relação a melodia e também ao ritmo. Sobre a perspectiva de Bakhtin, outros signos, os sonoros não-verbais e os não-sonoros estão, de alguma forma, a serviço dos signos sonoro-verbais, pois, [...] todos os outros signos não verbais são envolvidos pelo universo verbal, emergem nele e não podem ser nem isolados, nem completamente separados dele,[...]

(BAKHTIN, 1929, p.101). Mas, se mudanças na letra incomodam e são evitadas, há uma maior aceitação quando esta se dá nos versos do Capitão que, de fato, tem maior liberdade criativa.

Também observamos que alguns cantos ocorrem de maneiras bem diferente a depender do momento, onde variações rítmicas, melódicas e harmônicas podem acontecer sem causar grandes estranhezas.

Observemos a letra do a São Benedito, descrita a seguir:

Canto para São Benedito

São Benedito, passeou na praça.
 Ele é santo preto...
 Mas de boa raça...
 Meu São Benedito, hoje é seu dia
 Meu São Benedito, junto com a virgem Maria
 Eh São Benedito, ele é santo padroeiro
 Eh São Benedito, é do tempo do cativoiro
 Aqui na terra ele foi cozinheiro
 E subiu lá pro céu, um santo verdadeiro
 Eh São Benedito, passeou na praça.
 Ele é santo preto...
 Mas de boa raça...
 Meu São Benedito, não me deixa andar sozinho
 Proteja o Marinheiro, ele é nossa companhia
 Eh São Benedito, não me deixa andar sozinho
 Proteja meus irmão, proteja sua familia
 (Capitão Geraldinho, 2019)

Bastante utilizado em rituais para agradecer um lance e pedir benções para a casa da família que alimentou o terno, nessas ocasiões, seus ritmos e melodias são geralmente mais tranquilos, sendo que as melodias apresentam intervalos mais distantes entre si e por vezes ornamentados. Nas ruas, em cortejos, quando o terno se desloca com mais velocidade estes elementos podem sofrer alterações, apresentando ritmos mais acelerados e melodias mais planas o que exemplifica como o contexto influencia diretamente nas construções sonoras-musicais.

Entre os instrumentos usados pelo terno de Marinheiro na produção sonora, como descrevemos no capítulo 2, temos o pandeiro, a sanfona, as espadas, o tamborim e as ngomas.

Na figura 60, a seguir, temos o terno Marinheiro usando os pandeiros. O instrumento é tocado pela maioria dos integrantes do grupo. Os padrões rítmicos adotados são geralmente um obstinato ou uma marcação no tempo forte.

Nossa afirmativa tem suporte em nossas observações onde constatamos que, além dos ostonatos, os pandeiros também realizam uma marcação no tempo forte dos ritmos e acompanham a virada da ngoma. Essas marcações e viradas são realizadas, geralmente em cantos mais festivos e em momentos de deslocamento do terno em ritmo acelerado sem o uso da voz. Os padrões podem, ou não, serem realizados com coreografias, seguindo o mesmo ritmo das batidas no tempo forte da métrica. Os pandeiros podem sofrer alterações rítmicas a depender da demanda do capitão. Eles também são usados de forma semelhante a chocalhos em respostas a recitativos e versos do capitão em momentos rituais especiais.

Na próxima figura apresentamos outro ritmo realizado pelos pandeiros do Terno Marinheiro.

Figura 62: Transcrição da marcação e da virada dos pandeiros do marinheiro

Marcação e virada nos pandeiros
Terno Marinheiro

Trans: Idalmo Santos

The musical notation is in 2/4 time. The first staff, labeled 'Marcação', consists of four measures. Each measure contains a quarter note with an accent (>) followed by a quarter rest. The second staff, labeled 'Virada', starts with a measure of three eighth notes with an accent (>) and a bracket underneath, followed by another measure of three eighth notes with an accent (>) and a bracket underneath. This is followed by two measures of the quarter-note pattern from the first staff.

Fonte: Elaborado pelo autor

Se não conseguimos identificar funções e significados em muitas realizações sonoras, algumas inferências nos foi possível chegar através da observação. Notamos, por exemplo, que a massa sonora mais densa e uma textura mais cerrada e constante, parece-nos estar associada às funções de proteção. Nos cortejos, os ternos que contam com instrumentos capazes de preencher mais a textura, geralmente vão à frente, os pandeiros deixam a textura do Marinheiro mais densa e constante. Por exemplo, no cortejo de domingo, o último terno a passar é o Moçambique, sua massa sonora é mais leve e mais tranquila. As congadas, marujos, catopés sempre vão à frente abrindo os caminhos para a passagem do Moçambique, considerado o terno mais importante da festa. Essa organização é sagrada e segue a mesma lógica a partir do mito fundador.

Na figura a seguir temos o pandeiro usado pelo pesquisador durante o trabalho de campo, que também é o instrumento regularmente utilizado em suas participações no terno Marinheiro.

Figura 63: Pandeiro usado pelo terno Marinheiro



Fonte: Acervo Pessoal

Diferentemente dos pandeiros, as espadas não conseguem cumprir esse papel de preencher a massa sonora com ostinatos mais rápidos. Usadas apenas no dia de domingo, possivelmente uma herança do antigo terno dos Mouros, as espadas realizam quase sempre apenas uma marcação e uma virada (ver figura 64). Em outros momentos, nem mesmo é usada para produção sonora, ficando com a função de complementar as coreografias que lembram batalhas e duelos.

Sua potência sonora é bastante baixa e não podem ser usadas para preencher a textura, sendo necessário que parte do terno continue com os pandeiros para manter um certo nível de volume e densidade que caracterizam a função principal do terno, que é abrir os caminhos para o terno Moçambique, atraindo para si o que poderia atingir os moçambiqueiros, tornando mais leve o seu trabalho. Também percebemos que geralmente as pessoas mais novas ou aqueles que tiveram maiores dificuldades em aprender os movimentos coreografados com a espada são convocadas a ajudar com os pandeiros.

Na próxima figura podemos observar o Terno Marinheiro realizando os ritmos e coreografias com as espadas.

Figura 64: Terno Marinheiro usando as espadas



Fonte: Acervo Paula Santos 2019

Na figura a seguir representamos, na escrita musical, os padrões rítmicos das espadas. Provavelmente pela tradição e pelo suporte sonoro que dá aos demais instrumentos, visto que suas realizações se mantêm no apoio métrico, os ritmos sofrem muito pouca alteração permanecendo quase sempre nos mesmos padrões que transcrevemos. As suas batidas são feitas de forma coletiva, ou seja, não é possível realizar o som sem a colaboração do parceiro de dança que se encontra do outro lado do terno, o que torna o seu uso um trabalho de equipe.

Figura 65: Ritmos das espadas do terno Marinheiro

Ritmo das Espadas do Marinheiro

Trans: Idalmo Santos

Ritmo padrão

5 Virada 3

The image shows two lines of musical notation for the sword rhythm. The first line is labeled 'Ritmo padrão' and is in 2/4 time. It consists of four measures, each starting with a quarter note followed by a quarter rest, then a quarter note followed by a quarter rest, and finally a quarter note followed by a quarter rest. The second line starts with a measure containing a quarter note, a quarter rest, a quarter note, and a quarter rest. This is followed by a section labeled 'Virada' which contains a triplet of three eighth notes. The rest of the line follows the same pattern as the first line: quarter note, quarter rest, quarter note, quarter rest, quarter note, quarter rest.

Fonte: Elaborado pelo autor

Segundo o Capitão Mor, Anielo D’Alessandro, o fundador do atual terno de Marinheiro foi seu pai, que antes disso participou do terno dos Mouros. Supomos que em alguns cantos e no uso das espadas o Marinheiro tenha herdado algumas das características do terno antigo, pois de acordo com ambos os capitães entrevistados, o terno dos Mouros usava espadas e, como mencionado, realizava uma encenação de batalha naval, inclusive com a representação de uma Nau. Vale ressaltar que a marcação dos pandeiros é muito semelhante à marcação das espadas. Sendo os pandeiros um tipo de instrumento mais recente na história dos ternos, pode ser que parte dos seus ritmos sejam heranças das espadas do Terno dos Mouros.

Outro instrumento usado pelo Marinheiro é a sanfona. Em Itapeccerica todos os ternos contam com a presença de ao menos um sanfoneiro que pode revezar com outro em alguns casos. A sanfona realiza as melodias dos cantos e acompanhamentos nos baixos. Geralmente os sanfoneiros tiram essas melodias de ouvido conforme o canto do capitão e suas harmonias restringem-se em funções básicas do tonalismo, como tônica, dominante e subdominante.

Figura 66: Terno Marinheiro com espadas e o sanfoneiro



Fonte: Acervo Paula Santos 2019

Entre os instrumentos tocados pelos marinheiros a ngoma, ou a caixa, é o mais importante. Este instrumento tem um papel fundamental no Reinado, representando os tambores feitos pelos antepassados que carregaram Nossa Senhora do Rosário no mito fundador. Para o Capitão Geraldinho (2019) quem canta para Nossa Senhora do Rosário acompanhado da ngoma está “rezando duas vezes”. “Nesse catolicismo negro, a reza do rosário

é, então, conduzida pela ‘ngoma’, expressando a história do negro em Minas Gerais e revelando a maneira própria como os congadeiros interpretam a realidade.” (LUCAS, 2005, p. 298).

O tamborim é um instrumento cujo único com permissão para tocar é o capitão do terno. De formato semelhante aos tambores, porém de proporções bem pequenas, o tamborim é quem dita o ritmo da ngoma no início dos cantos, ou seja, suas produções sonoras têm significados que devem ser coletivamente interpretáveis para que se siga as ordenações do capitão. Em alguns casos, pode apresentar-se num formato retangular ou quadrado, em Itapecerica é mais comum em forma arredondada.

Na próxima figura temos a imagem de uma das visitas do Terno Marinheiro à casa de um dos festeiros, onde podemos observar o Capitão Geraldinho com seu tamborim.

Figura 67: Capitão Geraldinho de quepe branco e tamborim na mão



Fonte: Acervo Paula Santos

Confecionado, preferencialmente pelo próprio capitão, além de indicar o ritmo da ngoma, o tamborim é usado para comandar viradas, mudanças de ritmo, novos ritmos e para a realização de improvisações rítmicas do capitão durante os cortejos, entre outros sinais importantes para a festa. Por respeito aos mistérios da religiosidade do Rosário, não transcrevamos os ritmos do tamborim, cujo poder de liderança dentro do Terno é de grande destaque. O uso errado e fora de contexto dos ritmos do tamborim podem causar problemas. Este instrumento é tão importante que é recorrente a apresentação de cantos em sua homenagem.

Se a terra não me matar tamborim...
Se a terra não me comer tamborim...
Ai, ai, ai tamborim, eu quero morrer co cê tamborim...
(Capitão Geraldinho, 2019)

Além do tamborim, outro instrumento usado exclusivamente pelo capitão é o apito. O apito tem funções semelhantes ao tamborim, quais sejam, a indicação de sinais para acelerar o ritmo. Porém algumas funções são específicas do apito, tais como: dar o sinal de parada, chamar os dançadores para entrar em formação entre outras (ver figura 68).

Figura 68: Capitão Geraldinho com seu apito



Fonte: Acervo Paula Santos 2019

Na figura a seguir temos um caixeiro tocando a ngoma do Marinheiro durante a visita a um dos festeiros do Reinado.

Figura 69: Caixeiro Marinheiro tocando em visita a festeiros



Fonte: Acervo Paula Santos 2019

Sobre os tambores, os do Reinado do Rosário de Itapecerica são feitos preferencialmente de madeira e couro de boi. No entanto, a falta de artesãos que conhecem a maneira tradicional de fazer os instrumentos, acaba ocasionando o uso de outras alternativas. Este ngoma do Marinheiro que fotografamos (ver figura 69) apresenta um corpo metálico pequeno e uma cobertura de couro. Em alguns Reinados, existem os três tambores sagrados do candombe que não há mais em Itapecerica. De acordo com o Capitão Mor Anielo (2019), “o candombe é o pai do Reinado, é os tambor da senzala dos pretos”. Em Itapecerica, tanto os cortejos e rituais públicos quanto os rituais mais privados do Reinado são conduzidos ao som da ngoma, acompanhada ou não de outros instrumentos.

A ngoma apresenta diferentes ritmos para cada situação, como por exemplo: ritmos acelerados em momentos mais festivos como o levantamento dos mastros, ritmos mais tranquilos em cortejos lentos, repiques ou viradas em cortejos mais rápidos, entre outras possibilidades. Apresentamos a seguir a transcrição do ritmo mais característico do Marinheiro, segundo o Capitão Mor.

Figura 70: Ritmo e virada do Marinheiro

Ritmo Ngoma
Terno Marinheiro

Trans: Idalmo Santos

Fonte: Elaborado pelo autor

Como dito, os materiais sonoros realizados pelos instrumentos musicais têm principalmente a função de acompanhar as letras, juntamente com seus cantos, no entanto, outros sentidos também são transmitidos pelos sons dos instrumentos do Reinado, tais como avisos, proteção, benção, ordens, entre outros. Porém, nem todos podem compreenderão determinados sinais, pois

Cada campo possui seu próprio material ideológico e forma seus próprios signos e símbolos específicos que não podem ser aplicados a outros campos. Nesse caso, o signo é criado por uma função ideológica específica e é inseparável dela. (VOLÓCHINOV; BAKHTIN, 1929, p. 99).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Reinado Rosário de Itapecerica é formado por cantos, toadas, encenações e danças apresentadas pelos diferentes ternos que dele participam. Componentes essenciais da experiência religiosa, o sonoro e os instrumentos utilizados, fazem a conexão entre os congadeiros e seus ancestrais, revivendo as graças de Nossa Senhora do Rosário, narradas a partir do mito fundador até a liberdade dos escravizados. Assim, os sentidos atribuídos ao sonoro, bem como sua interação com os demais signos dessa cultura, possibilitam a inferência de que a comunicação reinadeira é dialógica, criando uma interface com outra temporalidade, com uma memória coletiva ancestral. Neste catolicismo afro-brasileiro, a reza do rosário é

conduzida pelo ritmo dos instrumentos e os verbos cantar e rezar quase se tornam uma única expressão nos enunciados dos reinadeiros.

A elucubração sobre a cultura, a história, a comunicação e a metodologia a ser empregada, foi desenvolvida ao longo do trabalho de campo e das leituras da bibliografia. A medida em que realizava o trabalho de campo, bem como as reflexões teóricas, este entre lugar, *insider/outsider*, foi ficando cada vez menos confuso. Refletir sobre meu lugar na pesquisa foi importante para entendermos como o encontro de culturas, as reelaborações e os ecos do passado afetam minha prática, tendemos a concordar com a afirmação de Nicholas Cook, segundo a qual, “muitos pesquisadores são *insider* em alguns aspectos e *outsider* em outros” (COOK, 2012, p. 22, tradução nossa)⁴⁰. Além disso, “como as distinções de *insider/outsider* e si próprio e o outro, nas quais a divisão musicologia/etnomusicologia foi inicialmente fundada, se tornam cada vez mais confusas e talvez redundantes [...]” (NOOSHIN, 2016, p. 1, tradução nossa), esta divisão pode não ser o melhor caminho para uma verdadeira colaboração durante a pesquisa.

Ao pesquisar uma tradição na qual também estou inserido, pude perceber as vantagens de tal posição e, simultaneamente, senti a necessidade de me afastar para observar meu objeto de estudo através de outra ótica. Perspectiva que foi auxiliada ao conhecer a concepção de dialogismo de Bakhtin. Teoria que contribuiu para meu entendimento dos vários enunciados a partir dos diversos signos e seus sentidos dentro da cultura reinadeira. Diálogos, signos, sentidos e enunciados que procuramos apresentar ao longo desta pesquisa.

Pesquisa que me fez refletir que ainda que pertencentes a uma mesma cultura, existem códigos e sentidos que não são conhecidos de todos. No caso do Reinado, há segredos marcando os limites que, apesar de negociáveis, existem por motivos diversos, entre estes o da preservação e sobrevivência da memória ancestral. Assim, ao possibilitar a reflexão e socialização de conhecimentos autorizados pelos próprios reinadeiros sobre os sons do Reinado, acreditamos que contribuímos para que a tradição e a academia se complementem numa parceria benéfica aos propósitos de todos.

Tencionamos a considerar que o propósito da academia seja a produção de conhecimentos, no plural. Ao passo que, os reinadeiros têm como propósito manter viva a memória coletiva ancestral africana e o culto aos santos e antepassados. Assim, acreditamos que estudar e socializar conhecimentos sobre esta tradição beneficia a ambos os lados.

⁴⁰ No original: very researcher is an insider in some respects and an outsider in others.

REFERENCIAS

- ANDRADE, Wesley Lima De; NOGUEIRA, Wanderleia Silva. CATOLICISMO POPULAR ENQUANTO EXPRESSÃO DA CULTURA POPULAR: PRÁTICAS E APROPRIAÇÕES EM QUIRINÓPOLIS (GO). **XII Encontro da Associação Nacional de História.**, [S. l.], p. 1–11, 2014.
- ARQUIVOS HISTÓRICOS UFSJ. **Acervos judiciários da comarca do Rio das Mortes.** 2010.
- BLACKING, John. Quão Musical é o Homem ? [S. l.], p. 1–73, 1976.
- BRASIL. **Código Criminal do Império do Brasil.** 1830.
- BRASIL. **Lei 3.270.** 1885.
- BRASIL, Ordem Dominicana Do. **São Domingos.** 2020. Disponível em: <https://www.dominicanos.org.br/>.
- BRETTAS, Aline Pinheiro. O dossiê de registro do Reinado de Nossa Senhora do Rosário em Betim: discursos paralelos ou entrecruzamentos? **Transinformação**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 51–60, 2014. DOI: 10.1590/S0103-37862014000100006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862014000100006&lang=pt%0Ahttp://www.scielo.br/pdf/tinf/v26n1/a06.pdf.
- CARDOSO, Ângelo Nonato Natale. Os signos no candomblé. [S. l.], p. 19, 2001.
- CEZAR, Lilian Sagio. Saberes contados, saberes guardados: a polissemia da congada de São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais. **Horizontes Antropológicos**, [S. l.], v. 18, n. 38, p. 187–212, 2012. DOI: 10.1590/S0104-71832012000200008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832012000200008&lng=pt&tlng=pt.
- COOK, Nicholas. Anatomy of the Encounter : Intercultural Analysis as Relational Musicology. [S. l.], 2012.
- DINIZ, Vicente Paulo. **“Gymnasium Ad Aeternitatem”**. Divinópolis: Gráfica Sidil, 2009.
- ESTATÍSTICA, Intituto Brasileiro de Geografia e. **Cidades: Itapeccerica MG.** 2010.
- FAITA, Daniel. A noção de “Gênero discursivo” em Bakhtin: uma mudança de paradigma. In: UNICAMP (org.). **Bakhtin: dialogismo e construção de sentidos.** 2ª edição ed.

Campinas, SP. p. 149–176.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 1ª Edição ed. São Paulo.

FONSECA, Gustavo Oliveira. **A ATUALIZAÇÃO DA TRADIÇÃO : ARQUITETURA E ARTE RELIGIOSA EM ITAPECERICA , MG**. 2018. [S. l.], 2018.

G1. **Moradores pedem chuva durante procissão em Itapecerica**. 2014.

GIFFONI, Maria Amália Corrêa. **Reinado do Rosário de Itapecerica**. Associação ed. São Paulo.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte.

HEADLAND, Thomas N.; PIKE, Kenneth L.; HARRIS, Marvin. **Emics and Etics_ The Insider_ Outsider Debate** Pheonix, Arizona USASAGE Publications, , 1988.

JURKEVICS, Vera Irene. **OS SANTOS DA IGREJA E OS SANTOS DO POVO : devoções e manifestações de religiosidade popular** . 2004. UFPR, [S. l.], 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Mito e significado. **Journal of Chemical Information and Modeling**, [S. l.], v. 53, n. 9, p. 1689–1699, 1978. DOI: 10.1017/CBO9781107415324.004.

LUCAS, Glaura. **Música e tempo nos rituais do congado mineiro dos Arturos e do Jatobá** 1. 2005. [S. l.], 2005.

LUCAS, Glaura. **Os sons do Rosário: o congado mineiro dos Arturos e Jatobá**. 2ª edição ed. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

MACHADO, Irene A. Os gêneros e o Corpo do Acabamento Estético. *In*: UNICAMP (org.). **Bakhtin: dialogismo e construção de sentidos**. 2ª edição ed. Campinas, SP. p. 131–148.

MAIA, Andréia Casa Nova; SOUZA, Vitor Leandro De. The Feast of Our Lady of the Rosary of Black Men: memory, heritage and popular culture. [S. l.], p. 227–252, 2017.

MESQUITA, Fabio De Azevedo. A VENERAÇÃO AOS SANTOS NO CATOLICISMO POPULAR BRASILEIRO : UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICO-TEOLÓGICA. **Revista Eletrônica Espaço Teológico**, [S. l.], v. 9, n. 2177– 952X, p. 155–174, 2015.

NEVES, Talita Viana. **O MOÇAMBIQUE DE TONHO E LENA: UM EIXO NA TRADIÇÃO AFRO-BRASILEIRA DO REINADO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO**. 2018. Universidade de Brasília, [S. l.], 2018.

PASSOS, Mauro. A (re)invenção de uma tradição religiosa e a sociabilidade do Congado no

interior de Minas Gerais. **Revista Brasileira de História das Religiões**, [S. l.], v. 7, n. 21, p. 69–81, 2015. DOI: 10.4025/rbhranpuh.v7i21.26578.

PEREIRA, André Luiz Mendes. Um estudo etnomusicológico do congado de Nossa Senhora do Rosário do Distrito do Rio das Mortes , São João del-Rei , MG André Luiz Mendes Pereira Belo Horizonte Um estudo etnomusicológico do congado de Nossa Senhora do Rosário do Distrito do Rio das Morte. [S. l.], p. 1–138, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA. **Prefeitura Municipal de Itapecerica**. 2019.

RABELLO, Kelly. **PELO SINAL DA CRUZ, AO SOM DO TAMBOR: INTERFACES DA EXPERIENCIA RELIGIOSA NO CONGADO BELAVISTANO**Juiz de Fora MG, 2018.

RAMOS, Jarbas Siqueira. O Corpo-Encruzilhada como Experiência Performativa no Ritual Congadeiro. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 296–315, 2017. DOI: 10.1590/2237-266066605.

SOUZA, Marina de Mello. **REIS NEGROS NO BRASIL ESCRAVISTA: História da festa de coroação de Rei Congo**. 2^a ed. Belo Horizonte.

SOUZA, Melina Teixeira. **O REINADO DE ITAPECERICA NO SÉCULO XX : DISTINTOS SENTIDOS DE TRADIÇÃO O REINADO DE ITAPECERICA NO SÉCULO XX** : 2012. [S. l.], 2012. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-75992011000200008&lng=pt&tlng=pt.

TRINDADE, Cônego Raimundo. **Instituição de igrejas do Bispado de Mariana**. [s.l.] : Ministério da Educação e Saúde, 1945.

VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Juliana Beatriz De. **Brasil de todos os santos**. [s.l: s.n.].

VOLÓCHINOV, Valentin; BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 2^a ed. [s.l: s.n.].

MOLINO, Jean. O Facto Musical. In: NATTIEZ e outros *Semiologia da Música*. Lisboa, Vega, s/d.